

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**UM DIVAGAR POUCO ATRAENTE: O TEMA DAS RAÇAS EM OS *SERTÕES* DE
EUCLIDES DA CUNHA**

KILDER BARBOSA DA SILVA

NATAL/RN
2012

KILDER BARBOSA DA SILVA

**UM DIVAGAR POUCO ATRAENTE: O TEMA DAS RAÇAS EM OS SERTÕES DE
EUCLIDES DA CUNHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sobre a orientação do Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior.

NATAL/RN
2012

KILDER BARBOSA DA SILVA

**UM DIVAGAR POUCO ATRAENTE: O TEMA DAS RAÇAS EM OS SERTÕES DE
EUCLIDES DA CUNHA**

Banca Examinadora

Edmilson Lopes Júnior
(Orientador)

Jean Carlo de Carvalho Costa
(Examinador Externo - UFPB)

Thadeu de Souza Brandão
(Examinador Externo - UFERSA)

Alexsandro Galeno Araújo Dantas
(Examinador interno - UFRN)

Ilnete Porpino de Paiva
(Examinador interno - UFRN)

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
(Suplente interno - UFRN)

Carlos Alberto Nascimento de Andrade
(Suplente Externo - UERN)

NATAL/RN
2012

“Dentro de algumas centenas de anos, neste mesmo lugar, outro viajante, tão desesperado quanto eu, pranteará o desaparecimento do que eu poderia ter visto e me escapou. Vítima de uma dupla inaptidão, tudo o que percebo me fere, e reprovado-me em permanência não olhar o suficiente”.

Claude Lévi-Strauss, Tristes Trópicos.

DEDICATÓRIA

À memória de Otávio Augusto Barbosa Filho, meu mano, uma triste homenagem.

À Neuma Lúcia, minha amada, que me deu as razões para terminar este trabalho.

À Mel Macedônia, minha filha, com um pedido de desculpas pela vida cigana.

À D. Maria da Conceição, minha mãe, porque ela é o princípio de tudo.

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento para reafirmar que Dorian Prudêncio, Artemilson Lima, Júlio Cesar, João Batista Lima (Zizinho), Gorette Barbosa, Marcelo Fernandes, Assis Marinho, Nélio, Jotó, Pedro Neto, Marize Barros, Mestre Artemar, Fábio Eduardo, Andrea Monteiro, Marcus Cauê, Manoel Raoni, José Evangelista, e certamente alguns outros que os ardis da memória me fizeram esquecer, são pessoas muito caras e que estão, de uma forma ou de outra, presentes neste trabalho.

Aproveito também esse momento para expressar o meu apreço e admiração por Reginaldo Macedo e Jussara Azevedo Macedo, pessoas desprendidas que sempre encontraram uma forma de me ajudar; pelo professor Luis Felipe de Araújo, que me acolheu em Bananeiras, facilitando a minha lotação naquele Campus da UFPB e, na pessoa dele, a todos os colegas de departamento que me liberaram por um ano para cursar os créditos do doutorado; e ao amigo que se tornou uma referência espiritual, Seu Zé Novo.

Agradeço à professora Hilanete Porpino que fez a revisão deste trabalho, me auxiliando na luta com as palavras, tornando o texto mais legível; aos professores João Emanuel Evangelista e Homero Costa, que participaram da qualificação, apresentando a contribuições importantes para o prosseguimento da minha pesquisa; aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, principalmente ao professor José Willington Germano, grande mestre, com quem sempre temos o que aprender; aos professores (a) Inete Porpino de Paiva, Jean Carlo de Carvalho Costa, Thadeu de Souza Brandão e Alexsandro Galeno Araújo Dantas, membros da banca examinadora deste trabalho pela disponibilidade e gentileza em participar desse momento importante da minha formação.

Por fim, agradeço ao professor Edmilson Lopes Júnior, meu orientador, cuja dívida de gratidão que tenho para com ele vai além do que a quase sempre existe entre orientando e orientador, pois sem a sua grandeza pessoal e abertura intelectual esta tese não teria se viabilizado como um trabalho acadêmico.

RESUMO

Os *Sertões* de Euclides da Cunha é um dos mais estudados livros do pensamento social brasileiro, com abordagens que vão da literatura a geologia, mobilizando conceitos e perspectivas teóricas e disciplinares as mais diversas. Neste trabalho, pretende-se identificar o processo de construção do conceito de raça por Euclides da Cunha nessa obra. Para atingir esse objetivo, será estudado, num primeiro momento, o processo de formação intelectual e política de Euclides da Cunha nos anos anteriores à sua ida a Canudos, com o propósito de identificar a presença de temas e autores no seu pensamento, utilizando-se, para essa finalidade, como fonte principal o seu epistolário e os artigos publicados na imprensa, nos quais estão expressas as referências básicas da sua formação e o diálogo sobre temas e autores que permearam a sua forma de pensar a realidade brasileira no final do século XIX e início do século XX. No segundo momento do trabalho, tomando como referência o estudo da presença das diversas teorias que explicavam o comportamento humano a partir de critérios raciais, com forte influência no ambiente intelectual brasileiro do final do século XIX, será realizado um esforço analítico no sentido de compreender síntese específica realizada por Euclides da Cunha no processo de elaboração de sua obra, no sentido de identificar os principais autores que fundamentaram o seu pensamento nesse aspecto, as mudanças na sua forma de pensar sobre o homem do sertão, na tentativa de compreender como o conceito de raça está presente na interpretação do conflito acontecido em Canudos e na ação de alguns dos seus protagonistas.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; Os Sertões; raça; teorias raciológicas; República; determinismo; atavismo; mestiço; Guerra de Canudos.

ABSTRACT

Os Sertões of Euclides da Cunha is one of the most studied books of Brazilian social thought, with approaches ranging from literature to geology, mobilizing concepts and theoretical and disciplinary perspectives the most diverse. This work aims to identify the process of building the concept of race by Euclides da Cunha in this work. To achieve this goal, will be studied, at first, the process of intellectual and political formation of Euclides da Cunha in the years prior to his trip to Canudos, in order to identify the presence of themes and authors in their thinking, using for this purpose, as the main source, your correspondence and press articles, which are expressed in the basic references of his training and dialogue on topics and authors that permeated their way of thinking about the Brazilian reality in the late nineteenth century and early twentieth century. In the second stage of labor, with reference to the study of the presence of several theories that explain human behavior from racial lines, with a strong Brazilian influence in the intellectual environment of the late nineteenth century, an analytical effort will be made in order to understand the synthesis made specific by Euclides da Cunha in the preparation of his work, to identify the main authors based their thinking on this aspect of the changes in your way of thinking about the man of the interior in an attempt to understand how the concept this race is in the interpretation of the conflict happened in Canudos and action of some of her protagonists.

Keywords: Euclides da Cunha; *Os Sertões*; race; raceologique theories; Republic; determinism; atavism; mestizo; Canudos War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 UM SOLDADO DA REPÚBLICA PARTE PARA O FRONT DE CANUDOS.....	30
2.1 Euclides e a República.....	30
2.2 Os primeiros esboços.....	47
3 A HUMANIDADE RACIALIZADA.....	57
3.1 Uma breve introdução às origens do pensamento racial.....	57
3.2 O contexto brasileiro e algumas influências do pensamento euclidiano.....	64
3.3 Nina Rodrigues: uma presença sub-reptícia	65
3.4 Gumplowicz: uma leitura forçada	69
4 A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE RAÇA	72
4.1 Algumas referências históricas	72
4.2 “Chumbados ao plano inferior...”	77
4.2.1 O sertanejo do norte	79
4.2.2 O mestiço proteiforme	83
4.3 A presença da raça	84
4.3.1 Antônio Conselheiro: o grande homem às avessas	85
4.3.2 Um combatente negro anônimo: a estátua modelada em lama	94
4.3.3 Pajeú: o troglodita sanhudo	99
4.3.4 Moreira Cesar: um desequilibrado	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

A Guerra de Canudos, levada a efeito no sertão da Bahia entre seguidores de Antônio Conselheiro e as tropas federais no ano de 1897, constituiu-se em um dos episódios mais dramáticos da história do Brasil. Cerca de um terço do efetivo do exército brasileiro, inclusive seus principais comandantes, foi mobilizado para dizimar uma comunidade mística no interior do sertão nordestino, que de acordo com estimativas do próprio exército, deveria ter uma população entre 15 e 25 mil habitantes.

O contexto político em que se realizou o conflito era particularmente delicado, e em certa medida explica a dimensão que ele adquiriu. A República brasileira, implantada há poucos anos, ainda alimentava o temor da restauração monárquica e se preocupava com a instabilidade causada pelos conflitos que ocorriam isoladamente nos diversos Estados, que poderiam por em risco a reorganização política do país.

Os *Sertões*, o multifacetado livro de Euclides da Cunha, é um resgate histórico da guerra Canudos e uma tentativa de inserção da mesma nos dilemas que enfrentava a jovem nação republicana, expressos de forma dramática naquela guerra: a construção de um Estado nacional moderno em um país com realidades sociais e culturais tão díspares, a diversidade étnica da população brasileira, a miséria material e o isolamento das populações do interior do país, dentre outros. Além de um relato da Guerra de Canudos, o autor de *Os Sertões* construiu uma interpretação do Brasil e seus dilemas, alguns dos quais expressos de forma dramática naquele episódio.

O livro mais conhecido de Euclides da Cunha é uma obra essencial do pensamento social brasileiro e, certamente, uma das mais estudadas da nossa história literária¹. Pesquisadores dos mais diversos campos das ciências humanas, e

¹ Como chama atenção Abreu (1998, p. 22), “Para se ter uma ideia da quantidade da produção em torno de Euclides da Cunha, existem três obras de referência expressivas. A primeira data de 1931 e trata do levantamento feito por Francisco Venâncio Filho de algumas centenas de obras com estudo biobibliográfico pioneiro sobre o escritor. A segunda, editada em 1971 pelo Instituto Nacional do Livro e realizada por Irene Monteiro Reis, reúne uma importante bibliografia com cerca de 3.000 títulos. A última, editada em 1995 pela Fundação Biblioteca Nacional e a Editora da Unicamp, fruto do trabalho de pesquisa de Márcia Japor de Oliveira Garcia e Vera Maria Furstenau, reúne mais de 4.700 referências de e sobre Euclides da Cunha disponíveis no Acervo da Biblioteca Nacional”. Há ainda o livro *Euclides da Cunha – bibliografia comentada* de Adelino Brandão (Editora Literarte, 2001), que com 756 páginas é, provavelmente, a mais completa obra de referência sobre Euclides da Cunha.

mesmo das ciências físicas e naturais, se detiveram sobre esse livro, que publicado em 1902, tornou-se desde então uma referência para a compreensão da realidade brasileira; transcendendo, assim, o objeto específico de seu registro histórico, o conflito entre os conselheiristas e o exército republicano.

Os *Sertões* foi um êxito editorial imediato. O autor não teve que esperar a posteridade para o seu reconhecimento. Em carta ao pai² logo após a publicação, ele fala da urgência de uma segunda edição, tamanho o número dos pedidos que chegavam à editora e que os Lammert não tinham mais como atender, pois a primeira edição já havia se esgotado.

Autor estreante, Euclides registrou em sua correspondência a ansiedade e insegurança vividas por ele no momento da publicação do livro. Diante de observações do amigo Escobar, que já havia chamado atenção para alguns descuidos, o escritor neófito já não tem mais coragem para reabrir o livro, teme que isso venha destruir o seu livro. Nessa angústia, compara-se ao grande ídolo: “Felizmente disseram também que Victor Hugo não sabia francês” (CUNHA, 1997, p. 141)³. Espera com ansiedade os artigos nos jornais. As expectativas, para ele, naquele momento não eram boas: “O resultado será levar pancada como um *cavalo acuado*, como dizem pitorescamente os nossos patrícios do sertão” (Idem, Idem, 142, o destaque é do autor)⁴.

Tanta apreensão parecia não justificar.

“Os *Sertões: a campanha de Canudos* teve três edições em apenas três anos, de 1902 a 1905. Um sucesso para os padrões da época. Até hoje um dos maiores êxitos editoriais do Brasil, com mais de cinquenta edições, incluindo uma edição crítica. Seu autor se tornou membro, em 1903, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a venerável instituição dos tempos do Império. E foi eleito, no mesmo ano, para a Academia Brasileira de Letras” (VENTURA, 2003, p. 224).

Na história editorial de *Os Sertões*, além das três primeiras edições, que ocorreram com o autor ainda vivo e que receberam inúmeras correções estilísticas de próprio punho, é de suma importância a quinta edição, realizada em 1914 pela

² Lorena, 19 de fevereiro de 1903, em Cunha (1997, p. 148).

³ Lorena, 19 de outubro de 1902.

⁴ Carta a Coelho Neto, Lorena, 03 de outubro de 1902.

editora Francisco Alves e Cia. Essa edição absorveu as anotações deixadas pelo próprio Euclides da Cunha em um exemplar da terceira edição, que servirá de base para as edições posteriores, tornando-se, assim, a edição definitiva do livro⁵.

Com a publicação do livro, Euclides passa rapidamente da condição de um calouro a espera, acuado como um cavalo, que receia as cipoadas da crítica, a um autor consagrado em um curto período de tempo. A apreensão é substituída pelo orgulho de um sucesso conseguido “sem reclamos, sem patronos, sem a Rua do Ouvidor e sem rodas” (Cunha, 97, p. 150)⁶. O orgulho justifica-se, pois “o percurso de *Os Sertões* é o de uma história de sucesso: um livro volumoso, ultrapassando seiscentas páginas na primeira edição, escrito numa linguagem rebarbativa, difícil de ler e que se esgota em três meses” (GALVÃO, 2009, p. 13).

O livro *Juízos Críticos* é um registro da recepção que teve a obra no meio jornalístico do Rio de Janeiro, a então capital federal e centro cultural do país. Editado pela mesma editora de *Os Sertões*, ele foi publicado após a segunda edição, em 1904, reunindo artigos de alguns dos jornalistas e críticos literários mais importantes da época. São nove artigos que saíram na imprensa diária logo após a publicação do livro de Euclides da Cunha, que somados, totalizaram 98 páginas.

Esse livro, que havia se convertido em uma raridade editorial, ganhou uma nova edição em 2003⁷. Nessa nova edição, além dos textos originais, foram acrescentados uma introdução dos organizadores, notas biográficas e mais dois textos que não constavam da edição original: o discurso de recepção de Sílvio Romero a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras e um artigo do botânico José Campos Novaes publicado originalmente na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Arte de Campinas*, no ano de 1902. Os organizadores da edição contemporânea registram a ausência de referências biográficas quanto aos autores dos artigos e, em alguns deles, também não há as datas da sua publicação e o próprio nome do organizador do opúsculo é omitido. Ao leitor contemporâneo, a leitura desse material remete a forma do jornal no início do século, em que os

⁵ Sobre a história editorial de *Os Sertões*, ver a introdução de Galvão a edição crítica, em Cunha (1998), particularmente p. 520-9, reproduzida com algumas alterações em Galvão (2009 p. 242–250). Ver também Amory (2009, p. 215) e a nota 21 na mesma página.

⁶ Carta ao pai, Lorena, 25 de fevereiro, 1903.

⁷ Nascimento, José Leonardo e Facioli, Valentim (Org.). *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Nankin Editorial, Editora da UNESP: São Paulo, 2003.

extensos artigos⁸ dividiam-se em várias partes, publicados com dias de intervalo entre uma parte e outra.

A importância intelectual e cultural dos autores que fazem parte da coletânea não é uniforme; algumas dessas figuras, com o passar dos anos, se tornaram ilustres desconhecidos. No entanto, dois deles são particularmente importantes para o processo de consagração literária do livro ora estudado. José Veríssimo e Araripe Junior eram jornalistas conhecidos e respeitados intelectualmente, além de membros e fundadores da Academia Brasileira de Letras na época em que escreveram as resenhas. A opinião deles tinha um importante papel no reconhecimento e na consagração de um autor, fazendo ou negando um renome literário; principalmente se for lembrado que se vivia em um país que dispunha de poucos mecanismos institucionais com essas funções além do jornal diário. Os leitores e os autores esperavam com ansiedade pela opinião de um desses críticos sobre uma obra que acabava de ser lançada. Além da importância do registro histórico, esses artigos reúnem, em suas apreciações, um conjunto de temas e abordagens que até hoje estão presentes nos estudos do universo euclidiano.

José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) era professor, crítico, historiador da literatura e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. No seu comentário do livro de Euclides da Cunha, ele faz longas transcrições, sendo quase uma condensação do mesmo. Nesse artigo, inscreve dois temas que serão discutidos por leitores e interpretes de *Os Sertões* por mais de um século. O primeiro deles é abrangência da abordagem, que mobiliza conhecimentos de uma gama variada de ciências e ao mesmo tempo tem as qualidades que também o caracteriza com “um poeta, um romancista e um artista” (2003, p. 46), somados ao profundo envolvimento emocional do escritor fluminense com o tema sobre qual escreveu.

O outro aspecto mencionado é a linguagem peculiar do autor, sobrecarregada “de termos técnicos, de um boleio de frases como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e, sobretudo, neologismo, de expressões obsoletas e raras” (2003 p. 47), que dão a obra um tom de gongorismo e artificialidade, que faz com que o seu maior defeito seja, segundo Veríssimo, a falta de simplicidade. No parágrafo final do artigo,

⁸. As duas partes do artigo de Araripe Junior publicadas originalmente no *Jornal do Comércio*, por exemplo, vai da página 33 a 71 na edição original de *Juízos Críticos*. A edição original encontra-se disponível em formato digital em www.brasiliana.usp.br

ele utiliza-se de duas expressões para caracterizar o livro, que farão parte de um debate euclidiano histórico, aquele que procura situar o caráter fundamental do livro, obra de arte ou ciência. São elas: “uma pintura vigorosa” e “um estudo” (2003, p. 54).

Veríssimo já havia tido um papel importante na carreira de Euclides da Cunha, ao apresentá-lo o editor de *Os Sertões*, Edgon Widmann Laemmert, um dos proprietários da editora Laemmert. Em carta ao amigo, Escobar refere-se a ele como um “fiador de alto coturno”, do qual se considera um “devedor”, pela “extraordinária gentileza” com que o havia tratado (CUNHA, 1997, p. 129)⁹. Ao próprio jornalista, quando anunciava a sua candidatura a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, ele reconheceu a importância do tom elogioso do artigo para o seu reconhecimento público como escritor, devendo-lhe “o favor da apresentação do meu nome, então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra, amparando-o com extraordinária generosidade” (Idem, Idem, p. 166)¹⁰.

Apesar da gratidão demonstrada, Euclides expressa a sua discordância no que diz respeito às observações quanto à linguagem usada no livro, achando injusta a crítica. Para ele,

“Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo, se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano” (Idem, Idem, p. 143)¹¹.

Tristão de Alencar Araripe Junior (1848-1911), conhecido crítico literário e teatral, escreveu estudos específicos sobre vários autores importantes da literatura brasileira, como José de Alencar, Raul Pompéia, Gregório de Matos e outros. A reunião da sua obra crítica resultou em cinco volumes, publicados nas décadas de 1950 e 1960 do século passado. Em 1903, foi nomeado Consultor Geral da República, cargo que exerceu até a morte.

No artigo de Araripe Junior, a relação ciência e arte será retomada em outros termos. A síntese entre a forma artística e o conhecimento científico é a apontada

⁹ Lorena, 25 de novembro de 1901.

¹⁰ Lorena, 12 de junho de 1903.

¹¹ Carta a José Veríssimo. Lorena, 03 de dezembro de 1902.

como a qualidade fundamental do livro. A primeira parte, sobre a terra, aquela que já afastou tantos leitores desavisados pelo hermetismo, é uma chave interpretativa da obra, “um estudo preliminar sobre a terra constitui a base do trabalho” (2003, p. 57).

Segundo Araripe Junior:

“Os *Sertões*, pois, fascinam e essa fascinação resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posto ao serviço de uma alma de poeta, que viveu em grande parte, a vida dos agrupamentos humanos que descreve nessas fulgurantes páginas” (JUNIOR, 2003 p. 57).

Araripe Junior é um leitor mais atento; pois, enquanto José Veríssimo produz um artigo que tem muito pouco de si, uma vez que a maior parte do texto é feita por transcrições, ele realiza uma análise em que pondera vários aspectos da obra, tocando em temas que até hoje têm alimentado polêmica sobre o livro; muito embora, essa análise também reproduza uma série de estereótipos sobre Canudos, que foram disseminados durante a Guerra, como o da promiscuidade entre os sexos, o livre dispor sexual das mulheres, o horror aos padres, além de caracterizar Canudos como uma reunião de assassinos e vagabundos.

Ao questionar a importância atribuída à raça para a compreensão do comportamento dos indivíduos envolvidos no conflito de Canudos, o autor toca em um aspecto importante no argumento euclidiano. Araripe Junior pergunta-se se o comportamento dos indivíduos singulares pode ser atribuído a uma origem genética ou racial comum, uma vez que entre os revoltosos, em diversos momentos da história do Brasil, iremos encontrar indivíduos de origens raciais das mais diferentes, inclusive aqueles considerados brancos, cometendo as atitudes mais bárbaras possíveis. Por outro lado, encontra admirável altivez nos indivíduos que, supostamente, estariam na condição mais baixa da evolução social.

Portanto, para Araripe Junior, a figura do jagunço seria melhor compreendida a partir do universo de relações sociais que lhe deram origem. Ao questionar o critério da herança racial para explicar o comportamento da população sertaneja, ele argumenta:

Os heróis desses movimentos eram, com efeito, mestiços pela maior parte; e pode-se afirmar que os movimentos iniciados pelo liberalismo nas capitais provincianas propagavam-se pelo interior sob aspectos de reação dos "homens de cor". Todavia, é forçoso confessar que no meio desses homens agitavam-se, mostrando-se idênticos caracteres, indivíduos de raça branca, tão brutos, sinistros e dissimulados como as sub-raças. Em Canudos, segundo se vê das narrações do Sr. Euclides da Cunha, encontravam-se caudilhos brancos, mulatos, caboclos, curibocas, cabras e tutti quanti. Quais os mais arrojados, é difícil apurar. Todos faziam a mesma coisa, com menor ou maior intensividade: não há meio de diferenciar pelos atos um Pajeu de um Vila Nova (JUNIOR, 2003, p. 60).

Outra feliz iniciativa editorial que permite resgatar alguns aspectos importantes do debate em torno da obra de Euclides da Cunha foi o livro *Euclidianos e Conselheiristas – um quarteto de notáveis*, com depoimentos e análises de uma mesa redonda realizada por iniciativa da editora Ática em 1986, mas só publicado em 2009, com a organização da professora Walnice Nogueira Galvão, também coordenadora da mesa.

Esse material seria publicado em uma coleção sobre escritores brasileiros, o que acabou não acontecendo. Todavia, reproduz um debate entre alguns dos mais reconhecidos estudiosos da obra de Euclides da Cunha e da Guerra da época, os notáveis aos quais o subtítulo se refere são Antônio Houais (1915-1990), Franklin Oliveira (1916-2000), José Calazans (1915-2001) e Oswaldo Galotti (1911-2011).

As intervenções dessa plêiade exploram um universo amplo e diversificado de temas, que vão de aspectos mais propriamente biográficos aos aspectos históricos da Guerra, passando por análises do conteúdo do livro, propriamente. São grandes intelectuais, cada um com a sua formação especializada, com anos de dedicação ao tema, cada um deles enfatizando aspectos relacionados às suas pesquisas e a sua formação profissional.

José Calazans, o grande historiador de Canudos, em uma de suas falas salienta a unilateralidade de Euclides da Cunha, ao tratar da figura histórica de Antônio Conselheiro. Para esse autor:

“O Conselheiro fica um pouco vítima das contradições do Euclides: o Conselheiro fica preso no que eu chamo ‘a gaiola de ouro de Os Sertões’. Mas é um Conselheiro que o Euclides pensou mais em função de seu ideário que da realidade, pois ele poderia ter apresentado muitos outros aspectos a respeito do Conselheiro e,

sobretudo, da gente que servia o Conselheiro” (CALAZANS, 2009, p. 63).

Em suas diversas falas, Calazans irá resgatar informações históricas importantes que possibilitavam tanto a Guerra e a Antônio Conselheiro serem compreendidos por ângulos diferenciados da visão presente em *Os Sertões*. Relacionando à religião do Conselheiro e dos seus seguidores com as práticas religiosas tradicionais do catolicismo popular da população sertaneja, ou falando a respeito dos escritos deixados pelo líder religioso, que pela sua coerência e fundamentação, punha por terra a afirmação de loucura feita por Euclides sobre ele¹².

Já Houais retoma o tema da confluência de linguagens. Para esse autor, Euclides era “um ensaísta, que tem muito de ficção, no bom sentido da construção de hipóteses de trabalho, e que tem, de poeta, a apreensão de uma realidade que ultrapassa a sua palavra, e que a realidade maior do Brasil” (HOUAIS, 2009, p. 20).

Quanto à crítica dirigida a Euclides, que apresentava as limitações das concepções que fundamentaram sua obra, Houais argumenta que:

“frequentemente, está-se querendo, em Euclides da Cunha, um tipo de conhecimento científico que a humanidade ainda não tinha, ao tempo em que ele escreveu o livro. De maneira que esse tipo de crítica, me parece que não apenas corrosiva, mas também intrinsecamente impossível! Ela não cabe, pelo simples fato de o que se está querendo, é alguma coisa que as epistemes humanas ainda não havia atingido” (HOUAIS, 2009, p. 21).

Mais adiante, já em franca polêmica com o jornalista Franklin Oliveira, Houais retoma a sua argumentação, situando *Os Sertões* no universo de valores da época, demonstrando por que não era correta uma crítica que exige do livro valores e perspectivas que não estavam presentes na inteligência brasileira na época em que o livro foi escrito. Para Houais, não se deve exigir dele uma visão “sociológica, socialista, marxista da sociedade, porque não tinha informações para isso” (HOUAIS, 2009, p. 44).

¹² “O que Euclides apanhou, que era um doente mental: Antônio Conselheiro deixa dois livros que a gente pode ler, onde não vejo um trecho sequer que contenha uma idiotice” (CALAZANS, 2009, p. 87).

Ainda segundo a fala de Houais, Euclides fazia parte de uma inteligência e compartilhava com ela uma determinada episteme e, nesse universo, construiu as suas possibilidades de diálogo. Percebe-se que ele é pouco crítico quanto aos processos de filtragens e seletividades de determinadas teorias, pois se é verdade, quando se refere ao Brasil do início do século vinte, fala-se de um país provinciano e periférico, tanto em termos econômicos quanto intelectuais, em que o acesso aos recursos das diversas áreas do conhecimento científico se realizava em termos completamente distintos do que é feito contemporaneamente; também, é preciso ponderar que existiam filtros políticos, ideológicos e institucionais, que exerciam certa seletividade na recepção de determinadas teorias em função das nossas demandas intelectuais específicas, que também eram políticas e ideológicas.

É essa linha de argumentação que segue Franklin de Oliveira, salientando que:

“a ciência já do final do século dezenove, começo do século vinte, não era toda a ciência reacionária a que ele se agarrou. Não era exclusivamente essa, de maneira que todos os autores que ele se abeberou fartamente sem nenhum critério, sem procurar discernir criticamente o que estava engolindo, formava essa ciência reacionária... E isso leva às afirmações e à maneira de encarar o problema de Canudos de forma errada” (OLIVEIRA, 2009, p. 34).

Oliveira também tenta discutir os referenciais mais amplos da obra de Euclides da Cunha que, ao escrever sobre o período da Independência à República, demonstra uma visão elitista da história, sem apreço pelos movimentos populares na história do Brasil, com ênfase nos “homens importantes”¹³. Porém, ele faz questão de expressar a sua admiração, pois essas considerações críticas não tirariam a grandeza do autor de *Os Sertões*.

As intervenções desse debate recuperam elementos importantes para a caracterização, dentro do pensamento social brasileiro, dessa obra que articula uma gama muito ampla de conhecimentos, que admiradores, desacordes, apologistas e estudiosos disputam sua natureza intrínseca. Literatura, obra científica, relato histórico, justificação ideológica do massacre, contra ou a favor dos habitantes de

¹³ Oliveira, ao referir-se ao ensaio *Da Independência a República* (Obras Completas, vol. 1, p. 245-300), afirma que, “nesse ensaio, o Euclides não mostra o menor apreço pelos movimentos populares do país. [...] Mas antes deste dizer dos fatos, o que me impressiona é a posição, compreende? Uma posição altamente elitista” (OLIVEIRA, 2009, p. 87).

Canudos, são algumas das questões que perpassam o debate sobre aquele que, nos termos de Euclides da Cunha, seria o “livro vingador”.

Nesse sentido, o esforço de interpretação de Luiz Costa Lima é uma rica reconstituição e contextualização das referências intelectuais de *Os Sertões*, com sentido de salientar a leitura peculiar que Euclides fazia dos autores em que se fundamentava. Gumpłowicz, Sighele, Renan e outros são abordados com a devida relevância, em função da importância que eles têm para constituição das referências a partir das quais o conflito entre os conselheiristas e as tropas federais foi interpretado.

A importância atribuída aos fundamentos teóricos, a ênfase na pretensão científica da obra estudada, distinguindo-se, portanto, daqueles autores que advogam para ela uma natureza fundamentalmente literária, é uma das particularidades da interpretação de Costa Lima. Ao tentar identificar como o contexto aparece nas dimensões textuais, ele articula a leitura do texto analisado com os traços mais gerais do sistema intelectual brasileiro. Assim, a noção de ciência de Euclides, herança do sistema intelectual brasileiro, é um conhecimento rígido e unilateral, que o levou a interpretar os autores por ele utilizados exclusivamente sobre o ângulo evolucionista (COSTA LIMA, 1997, p. 196).

Olhando o sertão com a visão moldada pelo modelo europeu de ciência, diante da qual tinha uma posição de um crente inflexível (Idem, 1997, p. 187), Euclides não conseguia distanciar-se da civilização de empréstimo. Por isso, não conseguia se identificar politicamente com os conselheiristas. Na análise da Guerra, ao mesmo tempo em que há a denúncia, há também a descrença diante daquela comunidade de mestiços. São por essas razões que:

“De Euclides, não se poderia esperar, em relação ao mundo de Canudos, mais do que a solidariedade de quem se mantinha a distância. [...] Seus padrões rígidos não lhe permitem olhar de fora para si mesmo e verificar que sua própria rigidez era proposta para uma educação à europeia” (Idem, 1997, p. 149).

Ao retomar o tema da relação entre literatura e ciência¹⁴, Costa Lima afirma que “*Os Sertões* se divide em uma parte central, movida por uma explicação

¹⁴ O tema da relação entre ciência e literatura não era uma originalidade do ambiente intelectual brasileiro; ele também estava presente nos países cujas teorias eram influentes no nosso ambiente

científica, e uma borda, a ornamentação literária” (Idem, p. 209). Não existe, portanto, um momento científico e outro literário, mas no texto científico a literatura aparece como ornamento, um aformoseamento da descrição científica, ressaltando expressivamente as suas verdades.

Ainda segundo Costa Lima, a literatura ocuparia um espaço marginal ou a subcena, em que a ciência era o campo principal ou a cena. A ciência cumpriria o papel de formular hipóteses e verdades científicas, enquanto a literatura teria um papel de cunho ilustrativo (Idem, 2000, p. 55), embora aparecesse, em alguns momentos, expressando dúvidas e hesitações, pois “a subcena forma o leito específico, *terra ignota*, cujo caráter e mistério, de acidente não explicável, se rebela contra o propósito determinante-descritivo do aparato científico” (Idem, 1997, p. 205, grifos do autor).

Portanto, para Costa Lima, *Os Sertões* é fundamentalmente um livro científico, em que a literatura se apresenta “como margem ornamental, a borda que embelezava o campo principal, cientificamente elaborado” (Idem, 2000, p. 55). O positivismo científico é dominante nesse esquema interpretativo; o que colocaria as outras formas de conhecimento em uma posição de subalternidade. “Seus mecanismos básicos eram a causalidade e o determinismo, idealmente traduzíveis por leis” (Idem, 1997, p. 204). Embora a realidade da guerra, os mistérios de um meio físico desconhecido, a resistência do sertanejo impusessem ao escritor elementos que transbordavam para além do esquema determinista, não há por parte dele um questionamento epistemológico dos esquemas fornecidos pela ciência originária da civilização de empréstimo.

Essa perspectiva colocava-o diante de um dilema, que é o dilema de evolucionismo nos trópicos, pois se em seu ambiente de origem, as nações dominantes do continente europeu, os evolucionistas podiam partir do pressuposto da superioridade da raça branca, expressão da civilização mais avançada, em um

intelectual: Inglaterra, França e Alemanha. Wolf Lepnies em *As três culturas* analisa o processo de criação do universo institucional próprio das ciências humanas nestes três países, descrevendo a trajetória de alguns dos principais intelectuais envolvidos nesse processo. Particularmente, no que diz respeito à França, o debate em torno do aspecto literário que envolvia a nova ciência, a sociologia, e seu espaço institucional, a *Souborne* é bastante elucidativa quanto às formas de fazer e os critérios de avaliação do trabalho intelectual das ciências humanas e a sua relação com a literatura e as ciências do mundo físico e natural.

país com uma população predominantemente formada por negros e mestiços, esse pressuposto tornava-se um problema teórico e político.

Se esse dilema é um ponto frágil do argumento euclidiano, é também a sua originalidade, porque é através dele que Euclides da Cunha tenta encontrar uma alternativa para situação não contemplada pelas teorias evolucionistas no universo intelectual onde elas foram formuladas. Aferrado a essas teorias, Euclides não consegue desprender-se delas, mas é suficiente atento para perceber a originalidade do quadro brasileiro ao se comparar ao contexto de origem em que tais teorias foram elaboradas. A solução encontrada por Euclides da Cunha é o resgate da ideia de caráter nacionalista e romântico de uma essência nacional, que seria o sertanejo¹⁵; com a diferença de que o romantismo partia do sentimento e da fantasia; já Euclides, do evolucionismo científico.

A ideia de uma raça forte, que representava a rocha viva da nacionalidade, situava a resposta intelectual formulada em *Os Sertões* no campo do mitológico, uma vez que “essa essência incompatível seja com a ideia de evolução, seja com a ‘cor’ da raça forte, só poderia entrar por uma torção específica: a do mito” (Idem, 1997, 54-5, grifos do autor).

Ainda dentro desse universo temático, um dos aspectos do livro de Euclides da Cunha que é lembrado reiteradamente na leitura de Costa Lima é a contradição presente na *Nota Introdutória*¹⁶ de *Os Sertões* com algumas teses do livro, principalmente quando os sertanejos, que são identificados no interior do livro como o germe de uma raça forte, estariam condenados a desaparecer. Essa afirmação encerraria alguns pontos problemáticos: de uma perspectiva histórica, ela atenua a ação do exército republicano, pois o autor de *Os Sertões* somente apressou algo que estava fadado a acontecer. Mas há também o problema de se atribuir o futuro da nação a um grupo que estava predestinado a desaparecer e também era composto de mestiços retardatários.

Por fim, é importante o registro da recomendação epistemológica de Costa Lima, ao informar que “Euclides precisa ser lido não como mito; porém, como o escritor que mais intensamente procurou pensar seu país. O preço

¹⁵ Ver Cunha (1997, p. 101-2).

¹⁶ Idem (1997, p. 13-4).

pago por não o fazermos está em, sem o seu carisma, repetirmos suas falhas” (Idem, 1997, 187) ¹⁷.

A produção intelectual da professora da Universidade de São Paulo, Walnice Nogueira Galvão, é uma referência fundamental para o estudo da obra de Euclides da Cunha, tanto no plano do esforço interpretativo e analítico, ora de natureza literária ora de natureza sociológica, como também em um inestimável esforço editorial. Esforço esse que permite ao estudioso ou ao simples leitor o acesso a uma série de fontes, que sem essa contribuição, seriam dificultadas ou incompletas.

Dentre tantas outras iniciativas editoriais, a professora organizou a *Edição crítica de Os Sertões*¹⁸ datada de 1985, a correspondência ativa¹⁹ de Euclides da Cunha, junto com o pesquisador Oswaldo Galotti, e uma edição comentada de *O diário de uma expedição*²⁰. A sua tese de livre docência, *No Calor da Hora*²¹, é uma compilação e uma análise das notícias veiculadas nos jornais, fruto das reportagens dos enviados especiais sobre a quarta expedição à Guerra de Canudos. Somadas a essas iniciativas, existem ainda apresentações a vários livros, manuscritos inéditos e, mais recentemente, a preparação da edição dos Autos do Processo do homem que matou Euclides da Cunha, Dilermando de Assis²².

No livro *Euclídiana – ensaios sobre Euclides da Cunha*²³, Galvão reuniu os diversos trabalhos que já tinha publicado sobre esse tema. São textos de origens diversas: artigos densos de análise literária, artigos mais breves publicados em jornais, apresentações de livros, alguns organizados pela própria autora, como já foi mencionado. Na primeira parte do livro (*Ecos literários*) há uma sofisticada análise de *Os Sertões*. Uma tentativa de discutir essa análise em todas as suas consequências teóricas requereria um esforço que iria além do escopo desse trabalho; por isso, a argumentação de Galvão será recuperada à medida que

¹⁷ O professor Luiz Costa Lima realiza uma das mais ricas e complexas leituras da obra de Euclides da Cunha. A intenção aqui não expressar toda essa riqueza e complexidade, mas apenas recuperar alguns pontos que são importantes para o debate euclídiano. Vários aspectos de suas teses serão retomados no capítulo 2.

¹⁸ *Os Sertões: campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ed. Ática, 1998. A primeira edição da edição crítica é de 1985, pela editora Brasiliense.

¹⁹ GALOTTI, Oswaldo e GALVÃO, Walnice Nogueira (Orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

²⁰ *Diário de uma expedição* (Org. Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Retratos do Brasil)

²¹ *No calor da hora*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1994. A primeira edição é de 1974.

²² Para uma apresentação mais detalhada da convivência da autora com a obra de Euclides, ver Galvão (2009), p. 09-24.

²³ *Euclídiana – Ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

contribua para a compreensão da inserção de *Os Sertões* e o seu autor no universo intelectual brasileiro, seus diálogos e originalidade.

A longa convivência de Galvão com a obra de Euclides da Cunha possibilita a análise de uma minúcia quase microscópica de *Os Sertões*. Ao organizar a edição crítica, a autora cotejou as três primeiras edições do livro, feitas quando o autor ainda era vivo. A autora encontrou cerca de 10 mil emendas produzidas por Euclides, e ele ainda deixou um exemplar da 3ª edição com uma série de acréscimos, que serve de base para as edições atuais. No entanto, segundo informa Galvão (2009) não se encontram nesses acréscimos e supressões unidades maiores como frases ou parágrafos. As correções, geralmente, são substituições com finalidade estilísticas.

Por seu estilo e por seus recursos linguísticos, Euclides da Cunha foi rejeitado pelos modernistas. “A retórica do excesso, o registro grandiloquente, o tom altíssimo só poderiam ser avessos ao espírito modernista. Acrescente-se a isso, a sua preocupação pelo uso da língua portuguesa castiça e até arcaizante...” (GALVÃO, 2009, p. 28).

Todavia, a autora capta no seu processo de supressão, acréscimo e substituição que caracterizaram o processo de revisão de Euclides “um progressivo abasileiramento do discurso” (Idem, 2009, p. 28), em que “a prosódia vai ganhando da ortoépia” (Idem, 2009, p. 28), o que aproxima a sua escrita do modo de falar brasileiro.

Além desses aspectos propriamente linguísticos e literários, Galvão (2009) salienta que vários aspectos do universo temático de *Os Sertões* irão constituir referências fundamentais dentro do próprio modernismo e da evolução posterior da literatura e das ciências sociais. Temas como “o negro, o índio, os pobres, os sertanejos, a condição colonizada, religiosidade popular, as insurreições, o subdesenvolvimento e a dependência” (Idem, 2009, p. 28), serão centrais para a produção literária e a das ciências sociais do Brasil no século XX.

Assim como os críticos do início do século que tiveram as suas impressões registradas no livro *Juízos Críticos*, Galvão (2009) também se impressiona com a amplitude de conhecimentos mobilizados na elaboração do livro. Para essa autora,

“o livro aparece como uma formidável enciclopédia em que teorias sobre as causas das secas que assolam o Nordeste ombreiam com interpretações psicocriminais da instabilidade nervosa dos mestiços, a crítica às táticas desenvolvidas pelo exército com análises de preceitos religiosos” (Idem, 2009, p. 34).

Os recursos literários e científicos utilizados obrigam o leitor a interpretar conhecimentos produzidos a partir de fontes distintas e até mesmo contraditórias entre si. O recurso à polifonia transforma o livro num espaço de choque de ideias. “O leitor desavisado vai encontrar dificuldade em precisar qual é, afinal, a teoria, ou a opinião, que autor subscreve”. [...] “As duas leituras, a ‘certa’ e a ‘errada’, são possíveis, só que ambas coexistem no livro, servindo ao mesmo princípio de construção literária” (Idem, 2009, p. 37, grifos da autora). Para Galvão, “Tudo se passa sob as espécies de um simpósio cujos convivas estão ausentes, mas em que suas ideias em entrecchoque os substituem em presença viva nas páginas do livro” (Idem, 2009, p. 36).

Segundo a referida autora, o livro constitui-se de suas contradições, o que torna uma tentativa de síntese impossível, “o argumento que se expõe num dado passo é seguido de seu contraditório, logo depois ou centenas de páginas adiante” (Idem, 2009, p. 43). É o que Galvão chama de movimento oximorático, em que o pensamento se move por categorias que se negam (heróis/desertores, por exemplo). O que em alguns momentos tem uma função mais enfaticamente literária, em outros, expressa um estratégia analítica, de movimentar-se por extremos, “pois o oxímoro em Euclides da Cunha não só arma como expressa a dificuldade real de alcançar uma síntese entre doutrinas contraditórias” (Idem, 2009, p. 43). Esse movimento de se auto-negar estaria presente o próprio desfecho do livro, pois é um relato de uma vitória que terminaria por ser uma derrota, diante da fraqueza do adversário e do absurdo da Guerra como um todo.

Um outro esforço de interpretação que merece ser registrado pela sua originalidade é o de Flávio Kothe, que em seu livro *O Cânone Republicano* faz uma crítica demolidora ao livro de Euclides da Cunha. Diante de um autor tão incensado, Kothe (2003) tem o mérito de enveredar por um caminho que poucos ousaram trilhar, afirmando um ponto de vista quase solitário no universo intelectual brasileiro.

Kothe comete a suprema heresia diante dos admiradores de Euclides da Cunha, escritor que desde os seus primeiros críticos sempre foi elogiado pela

capacidade literária, ao afirmar que ele não teria os nem méritos nem as qualidades de um grande escritor. Segundo Kothe: “Os truques retóricos querem levar a crer que Euclides da Cunha escrevia bem, mas a maior parte do seu livro é monótona, enfadonha e cansativa” (KOTHE, 2003, p.162). Euclides da Cunha seria, portanto, um escritor limitado em todos os sentidos, tanto nas qualidades literárias, como na concepção de mundo. Para KOTHE, “o seu horizonte de visão é tão limitado quanto arrogante e pretensioso” (Idem, p. 177).

Kothe liga as concepções presente em *Os Sertões* diretamente ao nazismo e ao fascismo, tomando Canudos como uma limpeza étnica. Para esse autor, “Euclides é autoritário, belicista, genocida e racista. Endossa e louva essa linha política. Não é apenas fascista: com o adendo racista, e por ser favorável ao extermínio em massa das degenerações raciais, é um nazista” (Idem, 2003, p. 270).

Conforme aponta Kothe, não há no livro a menor simpatia pelos canudenses; a obra é escrita com espírito de submissão aos militares e alinhada com os interesses dos grupos oligárquicos e da dominação católica. Euclides é um pensador reacionário e de direita (Idem, 2003, p. 254), que “se enfoca alguma bravura canudense, é para mostrá-la como desvario e para valorizar a ação dos militares” (Idem, 2003, p. 233).

Kothe realiza uma crítica ideológica de *Os Sertões*, baseada em um esquema maniqueísta, que explica o movimento das ideias a partir de um confronto entre esquerda e direita, reação e progresso, fechando-se para um exercício de uma leitura mais contraditória da obra, por isso não consegue ter uma visão mais matizada, detendo-se no seu esforço de denúncia.

Em algumas situações, a crítica é feita tomando passagens isoladamente, sem um esforço de conectá-las com outros momentos do texto euclidiano, de onde se poderia extrair uma interpretação menos reducionista. Mas, apesar dessas grandes limitações, o autor enfatiza alguns aspectos importantes, geralmente negligenciados nos leitores mais laudatórios de *Os Sertões*, como por exemplo, o fato de a Guerra ser descrita a partir da ótica de um especialista militar, em que os erros são estratégicos, de logísticas, e não a própria guerra.

A composição étnica da sociedade brasileira foi um tema marcante dos debates do pensamento social brasileiro no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Autores como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Paulo Prado, Oliveira Vianna, dentre outros, associaram as suas preocupações com o atraso

social e político do país à grande presença de mestiços, índios, africanos e seus descendentes na população brasileira. Partindo de diferentes perspectivas intelectuais, foram construídas teorias que tentavam interpretar a nossa realidade a partir de modelos evolucionistas, biológicos e utilizando-se da categoria 'raça' como elemento de distinção entre os seres humanos.

As teorias raciológicas foram uma das estratégias de legitimação das políticas expansionistas das nações europeias, contribuindo, assim, para a efetivação da sua posição hegemônica, tornando a superioridade da civilização europeia como decorrente das leis naturais que orientam a história dos povos (ORTIZ, 1985, p.15). Essas teorias, que afirmavam a distinção dos seres humanos através de supostos critérios raciais, exerceram um importante papel na afirmação de determinadas comunidades nacionais em diferentes contextos históricos; e, no interior destas, do privilégio de certos grupos sociais em relação ao conjunto da população.

Forjadas nas nações europeias, as teorias raciológicas modernas, apesar de suas diferenças nacionais, partiam sempre do suposto da superioridade da raça branca europeia diante de outras raças, seja por suas características mentais, físicas ou, no caso do determinismo mesológico, pelos fatores do meio geográfico no qual se originou determinada população.

No entanto, em nosso solo essas teorias foram incorporadas e reelaboradas pelos intelectuais brasileiros em função das nossas demandas específicas, relacionadas ao processo de afirmação nacional e da construção do Estado no Brasil. Para Ortiz:

“A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias 'importadas' têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma república que se implanta com nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional, projetando para o futuro a construção do Estado Brasileiro” (1985, p. 30-1).

A partir desse ambiente intelectual, Euclides da Cunha utiliza-se pressupostos raciais ao interpretar Canudos. As motivações que geraram a Guerra, a moral, a religiosidade, as ações individuais e coletivas trazem a marca da determinação racial,

o que expressa uma compreensão da sociedade fundamentada na ideia de que os diferentes grupos étnicos expressavam diferentes estágios evolutivos da civilização, e no qual a civilização europeia e a raça branca eram consideradas como as mais avançadas desse processo.

No ambiente intelectual brasileiro daquele período histórico, essas ideias se faziam presentes nas produções científicas, na literatura e, com grande influência, no discurso político, oferecendo para alguns intelectuais uma chave ideal para a explicação do descompasso do Brasil diante do progresso e da modernidade europeus, constituindo um verdadeiro paradigma de época; em alguns casos, gerando um desencanto da elite brasileira diante de uma nação constituída, em sua maioria, por negros e mestiços.

Em *O espetáculo das raças*, Lilia Moritz Shwarcz (1993) afirma que:

“a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. [...] Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século passado, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. De fato, a hibridação das raças significava nesse contexto ‘um tumulto’, como concluía o jornal *A Província de São Paulo* em 1887” (SHWARCZ, 1993, p. 13).

Assim, para além dos determinismos biológicos ou mesológicos, temos no Brasil a construção de um conceito de raça com uma finalidade iminente social. A incorporação dessas teorias pelos intelectuais e instituições relaciona-se às demandas locais por uma justificativa de critérios diferenciados de cidadania e de uma rígida hierarquização social. Os “homens de ciência” no final do século XIX abrigaram em suas instituições a ciência positiva e determinista, utilizando-se dela para “liderar e dar saídas para o destino desta nação” (Idem, p. 18).

Ainda segundo SCHWARCZ, esses indivíduos eram:

“Mistos de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhe deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (Idem, p. 18-19).

Euclides da Cunha foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, onde teve contato com um conjunto de ideias que formaram o ideário da elite educada daquele período, principalmente a elite militar. Também teve um longo convívio com a elite intelectual paulista, que tinha como uma de suas inspirações as teorias liberais de origem inglesa, particularmente, a partir das ideias formuladas pelo pensador Herbert Spencer. Como já foi mencionado anteriormente, há no livro de Euclides da Cunha um amplo e diversificado diálogo com um conjunto de autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente a sua interpretação da Guerra de Canudos. O objeto de estudo deste trabalho é a presença do conceito de raça em *Os Sertões*.

Para atingir esse intento, no primeiro capítulo desta pesquisa tentaremos reconstituir o processo de sua formação intelectual, recuperando o papel da Escola Militar da Praia Vermelha nesse processo, sua relação com a militância republicana, os autores que tiveram uma presença marcante naquele momento - com referência teórica e política - na tentativa de identificar as concepções políticas que animavam a convicção republicana em Euclides da Cunha. Ainda nessa primeira parte, os textos reunidos sob o título *Diário de uma expedição* serão analisados com a intenção de identificar a compreensão que o autor tinha do conflito de Canudos no período anterior a *Os Sertões*.

O segundo capítulo será dedicado à presença das teorias raciais propriamente ditas, iniciando por descrever o processo de formação e a sua presença em alguns pensadores modernos, principalmente aqueles que tiveram uma maior presença na obra estudada. Um passo seguinte será identificar a forma com essas teorias influenciam a compreensão da Guerra e a motivação dos seus protagonistas, na tentativa de identificar qual a relação das categorias usadas e o esquema teórico mais amplo da obra. Por fim, tentaremos perceber a marca desse pensamento na construção de perfis, por Euclides da Cunha, de alguns personagens da Guerra, tanto coletivos como individuais.

2. UM SOLDADO DA REPÚBLICA PARTE PARA O *FRONT* DE CANUDOS

2.1 Euclides e a República

Quando da sua partida para Canudos a bordo do navio Espírito Santo, em 03 de agosto de 1897, Euclides da Cunha já não era mais parte da corporação militar, tendo obtido a reforma no posto de tenente em 13 de julho de 1896. Há tempos havia manifestado a intenção de “abandonar a farda demasiadamente pesada para os meus ombros e passar a vida numa função mais tranquila, mais fecunda e mais nobilitadora”²⁴ (CUNHA, 1997, p. 31), pois como afirmara ao amigo Porchat²⁵, resolvera não insistir mais em uma carreira incompatível com o seu gênio. Em outra carta, escrita já depois de ter sido reformado, escrevera: “Dispondo de uma farda de deslumbrantes botões dourados e nada mais, sinto-me cada vez melhor dentro da minha blusa de operário”²⁶ (Idem, p. 101). Mas, a suposta ameaça as instituições da República representada pela rebelião de Canudos ressuscita o antigo ânimo republicano; é, pois, com um defensor de um princípio que via ameaçado pelos revoltosos do sertão baiano que partirá para o *front*.

Euclides da Cunha viveu intensamente a luta contra o regime monárquico e o processo de implantação da República no Brasil. No ano de 1886, matriculou-se no curso de engenharia da Escola Militar da Praia Vermelha. Nessa instituição, compartilhou com seus colegas os ideais e teorias que animavam a juventude militar naquele período, uma mistura do culto à Revolução Francesa com o positivismo de Augusto Comte e o evolucionismo de Herbert Spencer.

Em 13 de dezembro de 1888, ele é desligado da Escola Militar. Os acontecimentos que resultaram no seu desligamento são bastante conhecidos, embora os detalhes ainda hoje provoquem controvérsias entre seus biógrafos e

²⁴ Carta a Reinaldo Porchat, 07 de junho de 1892.

²⁵ Nesse momento de sua vida, o seu principal interlocutor será Reinaldo Porchat (1868-1953), parlamentar paulista, advogado e professor universitário, ligado ao grupo de intelectuais e políticos que gravitava em torno do jornal *O Estado de São Paulo* (fundado em 1875 como *A Província de São Paulo*), do qual Euclides também fez parte, mas sem maior organicidade. Esse grupo aglutina os setores da elite política e intelectual paulista menos ligado aos esquemas oligárquicos tradicionais, pregava reformas e apoiou o movimento republicano e abolicionista durante o Império. Exerceu uma forte influência política e cultural no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, com um papel muito importante na criação de instituições políticas e culturais, dentre elas a Universidade de São Paulo em 1934, da qual Porchat será o primeiro Reitor.

²⁶ Carta a Bueno Brandão, 06 de dezembro de 1896.

estudiosos²⁷. O motivo oficial do desligamento foi “incapacidade física”. Mas, o verdadeiro motivo foi a tentativa do jovem alferes de quebrar o seu sabre com a perna durante uma inspeção de tropas pelo Ministro da Guerra na Escola, e não conseguindo quebrá-lo, joga-o nos pés do referido ministro como forma de protesto. Nesse dia, 04 de fevereiro de 1888, os alunos desfilaram diante do Ministro e do Senador Silveira Martins. A revista aos alunos, nessa data, teve como objetivo impedir que eles participassem da recepção ao propagandista republicano Lopes Trovão²⁸ (1848-1925) que chegava da Europa.

Em um momento histórico de grande efervescência da campanha republicana contra o Império, o acontecimento adquiriu ampla repercussão pública, colocando Euclides no centro das controvérsias entre militares e o governo e, entre republicanos e monarquistas. Os principais jornais do país noticiaram o ato do estudante militar como um ato rebelde e discutiam as reais motivações. Se uma antiga reivindicação de promoção a qual os alunos teriam direito, mas que eram, há alguns anos, adiada, ou seria um ato mais frontal de protesto republicano contra a monarquia.

Um irônico artigo de Arthur Azevedo publicado no jornal *O diário de Notícias* expressa a polêmica gerada em torno do acontecimento. Diante das diversas versões, o cronista indaga-se:

Quem falou a verdade da Escola Militar? A Gazeta de Notícias? O governo? O Sr. Silveira Martins? O Sr. Joaquim Nabuco? De que lado está a deusa nua com um espelinho na mão? O Aluno Euclides da Cunha quebrou a baioneta, ou amolgou o sabre? Arremessou a arma ao pés do Sr. ministro da Guerra ou quis com ela furar sua pança de S. Ex.?... (VENTURA, 2003, p. 73 apud PONTES, 1938, p. 79).

²⁷ Para uma visão mais detalhada desse momento da biografia de Euclides ver Ventura (2003, p. 67-76) e Amory (2009, p. 42-5).

²⁸ José da Silva Lopes Trovão foi um ativo militante abolicionista e republicano e um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Amory (2009) descreve-o como: “Um dândi republicando, de monóculo e cartão de visitas em inglês, que antes tinha trabalhado como revisor de provas da sucursal carioca da editora Garnier, como tradutor de anúncios de jornal de produtos farmacêuticos europeus e como tutor de filhos de brasileiros abastados, Lopes Trovão era a coqueluche da multidão que o aguardava nas docas e dos cadetes, que da Praia Vermelha gritava e balançavam seus lenços, saudando o navio que adentrava o porto” (p. 42-3).

A atitude do governo diante do problema disciplinar foi um estratagema política. Ao invés de levar o aluno a um tribunal militar, que poderia resultar na pena de enforcamento; dando, assim, um mártir ao movimento republicano, o aluno é afastado por incapacidade física. “Sobre o pretexto da incapacidade física, o governo evitava a aplicação da pena de enforcamento prevista no código militar, ao mesmo tempo em que negava o caráter político de seu protesto” (VENTURA, 2003. P. 73).

Após a sua expulsão, Euclides da Cunha irá morar em capital paulista e se tornará um ativo publicista do jornal *A Província de São Paulo*²⁹.

O diretor do jornal, Júlio de Mesquita, acolhera-o de braços abertos. Integra-o no cenáculo de prestigiosos intelectuais republicanos que se reuniam na redação, de alguns dos quais se tornaria amigo por toda a vida, como foi o caso do próprio diretor, e passou a publicá-lo com regularidade, o que ocorreria até sua morte (GALVÃO, 2009, p. 21).

Nesses artigos, Euclides da Cunha expressará as convicções teóricas e políticas que fundamentam a sua defesa do regime republicano. Munido das categorias de uma ciência e uma teoria sobre história dos povos, que ele imaginava regida por leis objetivas e tão precisas quanto as do mundo físico matemático, irá teorizar sobre o destino político do país e comentar acontecimentos da política imediata no período histórico que antecede à queda do Império e, posteriormente, sobre os desdobramentos da implantação do novo regime.

Para ele, o futuro da humanidade era a civilização e a civilização era a república, era um destino inelutável, e o seu “curso retilíneo”³⁰ era assegurado pela lei científica da evolução. Essas concepções fundamentavam-se em um modelo teórico no qual a sociedade era regulada por leis naturais positivas que possibilitavam prever os estágios do seu desenvolvimento. Daí o futuro republicano ser garantido por uma lei positiva a reger o curso do desenvolvimento da sociedade. A evolução da sociedade no sentido da civilização, como ele ensina aos seus

²⁹ A época, “Com uma tiragem de 4 200 exemplares, era o maior da cidade” (VENTURA, 2003, p. 77).

³⁰ A expressão retilíneo é usada em algumas passagens com um sentido de fidelidade a princípios dos quais não deveria desviar-se e também de um curso histórico inexorável que a história deveria seguir. Ver Obras Escolhidas, vol. 2, p. 696, 723, 754, 729 e 769.

leitores, ao mesmo tempo em que adverte ao Imperador em um artigo de 1888, assume “o caráter positivo de uma lei, o seu curso, como esta é fatal e inexorável. Não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem”³¹... (CUNHA, 2009, p. 693).

A política, por conseguinte, deveria ser estudada e praticada de acordo com os mesmos parâmetros das ciências do mundo físico e matemático. O que fica claro em um artigo no qual Euclides da Cunha não se acanha em corrigir o Senador Francisco Otaviano, que ao despedir-se da política, chamou-a de “messalina histórica”. Diante de tal afirmação, o jovem cronista adverte:

Os que aplaudem esta frase monstruosa apredejar-nos-iam se alcunhassemos a química de *volúvel cortesã*, ou de *misteriosa hetaira* a matemática. Entretanto o absurdo é perfeitamente idêntico; a política emana de uma ciência tão positiva como qualquer uma destas e como qualquer uma repele objetivações que a desvirtuem³² (CUNHA, 2009, p. 717).

A passagem do Império para a República, em 15 de novembro de 1889, através de um pacífico movimento militar não foi fruto de uma iniciativa isolada de uma corporação, o exército brasileiro, na ocasião. O movimento tramado nos quartéis, que teve como desfecho a deposição de D. Pedro II e a assunção do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência, refletia um processo mais amplo e profundo de mudanças na sociedade brasileira. Raimundo Faoro, em seu estudo clássico intitulado *Os donos de poder: formação do patronato político brasileiro*, - cuja primeira edição é datada de 1958 -, mostra a articulação do surgimento e fortalecimento das ideias republicanas no Brasil com o surgimento de uma sociedade de classes e desarticulação da ordem estamental, que controlava o jogo político no Império de forma autocrática. Para o autor, “esse caldo psicológico responde a uma transformação mais profunda: emerge no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classes” (FAORO, 2008, p. 515)³³.

³¹ A pátria e a dinastia, A Província de São Paulo - 22 de dez de 1888.

³² Homens de hoje, A Província de São Paulo, 28 de junho de 1889.

³³ Sobre o processo de desestruturação da ordem estamental, ver também Fernandes (2006) p. 129 e seguintes.

O senado vitalício, a existência de um Poder Moderador exercido pelo imperador e um Conselho de Estado tornavam o regime então existente impermeável aos que se situavam fora dos grupos privilegiados pela ordem estamental. A estratégia comum era a incorporação de aliados através da cooptação, que incluía a distribuição de cargos no aparelho de Estado e de postos de nobreza. Estes últimos, com a sua banalização e a perda dos privilégios que o cargo deveria pressupor, viraram motivo de gozação pública.

Portanto, a República, apesar de ser um movimento de uma minoria numérica, era um movimento que galvanizava setores de forte influência política, econômica e social; principalmente, a parcela dos cafeicultores paulistas, menos ligada à exploração da lavoura através da mão-de-obra escrava e que deseja uma maior aproximação entre os centros econômicos e os centros de decisão política, a juventude militar, que reunia os militares de baixa patente e os estudantes da escola militar, além dos segmentos mais intelectualizados das classes médias urbanas.

O movimento republicano surge com o objetivo da organização do Estado em suas várias dimensões, mas sem uma discussão mais significativa sobre a nação e os critérios de pertencimento social que envolvia a noção de cidadania - discussão que ficou em segundo plano depois da Proclamação da República -, pois era mais urgente a sobrevivência política do país. Logo, inexistia um sentimento de identidade coletiva no processo de implantação da República brasileira, elemento fundamental para a construção dos laços sociais que foram necessários à construção da experiência republicana nos modelos clássicos da época moderna, o americano e o francês.

O regime republicano instala-se no Brasil sem a adesão da maioria da população, principalmente dos mais pobres, sendo a sua influência reduzida aos setores educados das populações urbanas. Os pobres das grandes cidades e do interior do país eram indiferentes e, até mesmo, hostis ao novo regime. “Eram frequentes as queixas dos republicanos em relação à falta de capacidade do novo regime de gerar entusiasmos” (CARVALHO, 1990, p. 128).

José Murilo de Carvalho, no seu importante estudo sobre o imaginário construído em torno da República no Brasil – *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*, apresenta-nos um quadro detalhado das disputas em torno dos símbolos e valores que permeavam o imaginário republicano em seu período inicial, permitindo a compreensão do universo intelectual e político do Brasil nesse

período histórico, principalmente as diferenças de credo e convicções políticas dos grupos sociais e facções políticas.

No referido trabalho, o autor identifica três modelos republicanos básicos a partir dos quais será pensada a tarefa de organização de um governo e construção da nação no Brasil, o modelo americano, o francês da Primeira República e o modelo francês da Terceira República. A identificação com esses modelos está relacionada a grupos sociais para os quais os modelos de organização institucional escolhidos expressam, além das suas convicções políticas, os seus interesses corporativos ou de classe.

Na experiência revolucionária americana, “a base do novo pacto político, tinha de ser a predominância do interesse individual, da busca da felicidade pessoal” (CARVALHO, 1990, p.18). Nesse modelo de organização institucional, temos uma nação sem patriota; “é a visão de uma coleção de indivíduos em busca de uma organização política que garantisse seus interesses” (Idem, 1990, p. 19). Nessa perspectiva, a instituição política era compreendida como a organização da liberdade, ou seja, dos mecanismos institucionais que garantissem as liberdades fundamentais de cada cidadão.

Os ideários da revolução americana foram assimilados no Brasil sem levar em consideração as transformações na estrutura social que aconteceram no seu país de origem, cujas mudanças sociais e nos valores políticos foram expressões dos sentimentos e aspirações desenvolvidas na prática de uma nova organização social. Essas ideias eram defendidas no Brasil, principalmente, pelos grandes proprietários rurais paulistas, que encontraram na nação um pacto que dá forma à nação como uma soma de interesses individuais, uma justificativa para a defesa dos seus interesses individuais e corporativos, o que resultou com a hegemonia conquistada por esse segmento social na consolidação da República no Brasil em um regime que perpetuou as rígidas hierarquias sociais e a concentração do poder, herdadas do Império.

Como salienta Carvalho (1990),

No Brasil, não houve revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração das desigualdades, da sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o

darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, 1990, p. 25).

O caso francês também foi tomado como referência paradigmática pelos republicanos brasileiros do século XIX. Na Primeira República francesa, em sua fase jacobina, caracterizada pela participação popular e pela:

intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do comitê de salvação pública. Era a república das grandes ideias mobilizadoras, do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão (Idem, p. 20).

Essa era a ideia de república presente na Primeira República francesa e que servia de inspiração para o grupo republicano denominado de jacobino no Brasil.

O projeto jacobino está, portanto, relacionado aos segmentos sociais que hoje chamaríamos de camadas médias. Esses grupos, que viam as suas possibilidades de ascensão social bloqueadas pela rígida hierarquia do sistema monárquico, importaram os ideais e crenças dos revolucionários radicais franceses, transpondo-os para a realidade nacional sem o menor esforço crítico, no sentido de ajustar as ideias desenvolvidas no calor da revolução francesa à realidade brasileira.

Já com relação ao modelo da Terceira República, o traço distintivo foi a busca da conciliação entre liberdade e o exercício do poder, ou seja, como “tornar a república um sistema de governo viável” (idem, p. 200). O grupo de pensadores, inspirados por esse modelo, em solo nacional, foram os positivistas ortodoxos, seguidores do pensamento original de Augusto Comte. Esse grupo misturava ideias progressistas, que pressupunham o reconhecimento dos direitos dos setores marginalizados, com uma visão autocrática do poder, vislumbrando uma transição suave para a república. Eles desejavam que o Imperador se proclamasse ditador republicano. “Mas, apesar da admirável dedicação dos ortodoxos, suas propostas tiveram efeito reduzido e passageiro. O apelo à integração, aos valores comunitários, feito nas circunstâncias de desigualdade social extrema, de luta intensa pelo poder, de especulação financeira desregrada, caía no vazio” (Idem, p. 31).

A Igreja Positivista do Brasil foi criada em 1880 por Miguel Lemos (1854-1917), organizando-se como um apostolado e angariando uma significativa simpatia

política e intelectual, principalmente no seio da juventude militar e de segmentos médios intelectualizados. Costa (1997) chama atenção para o fato de que a influência do positivismo como força política organizada deve ser ponderada, não chegando a ser tão poderosa e extensa como às vezes se atribui. No entanto, sua presença como uma referência intelectual difusa, foi muito forte no universo intelectual brasileiro do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Segundo Costa,

Exagerou-se, a nosso ver, a influência do positivismo no Brasil. Essa influência existiu, sem dúvida, e teve importância em um momento da nossa história, mas não foi tão poderosa, extensa e decisiva quanto se acredita. Uma pequena porção de nossa elite intelectual foi positivista ortodoxa, os adeptos do *Apostolado Positivista do Brasil* chefiados por Miguel Lemos (1854-1917) e por Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), mas a grande maioria dos *positivistas* aderiu ao espírito *cientificista* da época. Foi essa maioria, representante do positivismo difuso, que predominou no último quartel do século XIX até a primeira década do nosso século (COSTA, 1997, p. 330).

Nesse universo de referências intelectuais e políticas, existiam ainda os comteanos não-ortodoxos, ou oportunistas no linguajar da época, que apesar de inspirar-se nas ideias do mestre francês, procuravam adaptá-las aos processos políticos concretos. Eram influenciados pelo que Costa chamou de “positivismo difuso”. Para esse autor,

Maior alcance teve, entre nós, naturalmente, o positivismo difuso ou um certo *cientismo* que foi, aliás, a característica do espírito do século XIX. O positivismo difuso, com aquele sentido do útil, do imediato, voltado para ação, foi o que teve vigência positiva no século passado. Correspondendo mais à índole do nosso espírito, deixou a sua marca na nossa cultura (COSTA, 1997, p. 337).

Euclides da Cunha nunca foi um positivista, no sentido que esse termo tinha na vida intelectual e política do Brasil dos fins do século XIX, qual seja o de ser um membro Igreja Positivista, ou um seguidor das ideias do filósofo francês, em algumas de suas variantes em que se dividia movimento positivista brasileiro. Todavia, é inegável a sua simpatia pelo movimento e por esse “positivismo difuso”. Em vários momentos, ele usou a sua pena para defender o movimento nos artigos

que publicou nos jornais³⁴, expressando a sua simpatia, tanto pela doutrina e pelo seu criador, como pelo papel que os positivistas exerciam naquele contexto na sociedade brasileira.

Nesses artigos, Augusto Comte foi elogiado como “o maior dos mestres” e o seu livro *Síntese Subjetiva* é alçado à condição de “o mais admirável livro do século XIX” (CUNHA, 2009, p. 748)³⁵. Em textos escritos para defender os positivistas da crítica e da galhofa de que eram vítimas e mesmo de acusações injustas que eles sofriam, é evidente a simpatia do autor por um sistema intelectual capaz de realizar a junção entre ciência e religião, como o proposto pelo filósofo francês, que no Brasil conseguiu adeptos para organizar-se em um apostolado.

Para Euclides da Cunha, o positivismo era uma teoria que:

Baseada no mais amplo conhecimento do mundo e do homem, consorciando indissolavelmente a religião e a ciência, nobilitando e amplificando admiravelmente a vida individual pelas generosas expansões do altruísmo, a nova doutrina esta talvez destinada, no futuro, após uma maior e mais geral ascensão de todos os espíritos, a simbolizar a maior conquista da consciência humana (CUNHA, 2009, p. 749)³⁶.

Da mesma forma que ele compreendia que esse grupo - mesmo minoritário e isolado -, vivendo em uma sociedade ainda incapaz de entender a sua pregação, mas que se dedicando a um conjunto de princípios, fundamentado na ciência, aproximava-se muito do que o jovem republicano imaginava ser o papel do grupo

³⁴ O positivismo aparecerá como tema nos artigos da série *Divagando* dos dias 12, 26 de abril e 24 de maio de 1890, publicados no jornal *Democracia*; e também na série *Dia a Dia* nos dias 29 de março, 02 de abril e 29 de junho de 1892, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*.

³⁵ *Dia a dia*, *Estado de São Paulo*, 29 de Março de 1892. Esse livro foi o mesmo com o qual os alunos da escola militar presentearam Benjamin Constant quando ele foi promovido a tenente-coronel. Era um exemplar encadernado, dentro de um estojo luxuoso, com “lema positivista inscrito em letras douradas” (VENTURA, 2003, 64). Foi o último livro escrito por Comte, publicado em 1856, um ano antes da sua morte em 1857.

Em uma carta ao diplomata e historiador Oliveira Lima (1867-1827) de 22 de dezembro de 1908, portanto, dezesseis anos depois desses artigos e, particularmente, após ter estudado uma série de autores para o concurso da Cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, ele chega a conclusões mais ponderadas diante de autores que antes, ele reconhece, “rodeava-os de uma veneração religiosa” (CUNHA, 1997, p. 406). Nessa mesma carta, ele afirmará sobre Comte: que “só conhecia e admirava através da matemática”, autor que se revelou, após esses estudos, um ideólogo “capaz de emparceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos, sem distinção de nuances, em toda agitada que vai de Roscelin a S. Tomás de Aquino” (Idem, *ibidem*).

³⁶ *Dia a dia*, *Estado de São Paulo*, 29 de março de 1892.

reduzido, mas cientificamente esclarecido e devotado a uma causa que constituiria a aristocracia republicana³⁷.

Para Euclides, o positivismo não estava ao alcance de todos, pois “a sua ação só pode se fazer sentir nas consciências cuja estrutura entre como elementos os mais nobres princípios” (idem, p. 749)³⁸. Assim como ser republicano, ser positivista era ser parte de um grupo ainda isolado socialmente, mas destinado a cumprir uma missão privilegiada, pois toda evolução era resultado de uma ação ativa de minorias ousadas e inteligentes sobre as grandes massas passivas e ignorantes (idem, p. 729). Os positivistas eram “uma minoria robusta, um pequeno grupo - unido e forte - que pela magnífica atitude é como a miniatura da sociedade futura” (idem, p. 726)³⁹.

No entanto, o autor faz questão de deixar claro que “não pertencemos à minoria ilustre dos que, com uma abnegação notável, seguem todos os preceitos do novo dogma, através da metafísica dissolvente do nosso meio” (748-9)⁴⁰. Euclides não desejava aderir a um “ideal filosófico” (idem, p. 791) ainda no início de sua vida, pois sentia o risco de ter que revogar mais adiante, o que até então pensava⁴¹.

Para ele, o positivismo era “método filosófico”, fundamental para o “tirocínio acadêmico” (idem, p. 748) e, se nunca foi um positivista no sentido ser um adepto da religião comtiana, também nunca deixou de ser um adepto de uma ideia de ciência universal, em que se encontra tanto em Augusto Comte como em Herbert Spencer, uma compreensão da sociedade regida por leis lineares de evolução em que a história segue um curso retilíneo. Uma concepção de ciência baseada numa “concepção dinâmica que reduz a princípio único toda a vasta metamorfose da existência universal” (idem, p.768)⁴².

As concepções positivistas adaptavam-se a convicção de que o regime republicano era a superação da monarquia em nome do progresso e das leis científicas de evolução histórica. Um grupo social que se sentiu particularmente

³⁷ Para Euclides o governo republicano “é naturalmente aristocrático” (CUNHA, 2009, p. 710).

³⁸ Dia a Dia, Estado de São Paulo, 29 de março de 1892.

³⁹ Divagando, *Democracia*, 26 de abril de 1890.

⁴⁰ Dia a dia, *Estado de São Paulo*, 29 de março 1892.

⁴¹ “... nesse início de vida, um ideal filosófico não é ainda uma aspiração, destinada a realizar-se mais tarde e definido a altitude máxima da consciência, surgindo de um amplo conhecimento do mundo. Por ora seguimos sem Deus, nem chefes; não corremos riscos de revogarmos amanhã o que pensávamos hoje” (CUNHA, 2009, p. 791). Dia a dia, *Estado de São Paulo*, 29 de junho 1892.

⁴² Dia a dia, *Estado de São Paulo*, 20 de abril 1892.

atraído por essa visão da sociedade e da república foi o dos militares. A constituição de um regime meritocrático, com um executivo forte, seduziu a juventude militar e alguns segmentos da oficialidade, principalmente, aqueles ligados aos chamados “corpos científicos” do exército, constituídos pelas armas de estado-maior, artilharia e engenharia; na crença de que a sua formação técnico-científica, em oposição à formação literária da elite civil, os transformaria em uma nova elite política e intelectual, capaz de elevar o Brasil ao patamar das nações mais civilizadas.

O novo regime político, para esses “moços”, representava, ao mesmo tempo um regime político que possibilitaria o fim dos privilégios oriundos da situação na qual os cargos eram ocupados em função da origem familiar e da indicação política, a possibilidade sociológica de mobilidade social, uma vez que no futuro regime, o mérito intelectual do qual eles se supunham portadores, seria elemento definidor da formação da nova aristocracia governante.

A República no Brasil, portanto, foi um projeto de minorias intelectualizadas e de segmento sociais privilegiados economicamente, algumas das quais viam os seus canais de ascensão social bloqueados pelos rígidos mecanismos de acesso às posições de privilégios no Estado patrimonialista, forma que se configurou na burocracia monárquica.

A esse respeito, Holanda (1996) afirma que:

No Brasil, pode dizer-se só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante de vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, 1995, p. 146).

Os militares são um exemplo de segmento social que, por serem portadores de uma competência técnica específica e também, por acreditarem estar intelectualmente mais preparados para a direção do país, contrapondo à cultura científica ensinada nas escolas militares à formação bacharelesca da elite política e intelectual do Império, vislumbravam no regime político republicano a possibilidade de criação de mecanismos de ascensão social através do mérito.

A chamada juventude militar, integrada pelos alunos das escolas militares e os oficiais de baixa patente, principalmente aqueles ligados às ‘armas científicas’,

eram um ativo núcleo político a favor do regime republicano. Ao fazerem uma síntese própria de teoria de diversas origens nacionais, mas principalmente francesas, eles se viam com parte de uma elite intelectual, dotados dos recursos intelectuais necessários para colocar o país no rumo das nações modernas. Em uma sociedade na qual o acesso às posições de maior prestígio social estava relacionado à origem familiar e ao capital político disponível.

Conforme aponta Castro,

A mocidade militar com estudos superiores sofria, portanto, dupla marginalização: como parte do Exército dentro da ordem monárquica dominada pelos bacharéis em direito e como um grupo de oficiais com estudos superiores dentro de um Exército que não se modernizava. O isolamento e o ressentimento daí resultante possibilitariam o desenvolvimento de características ideológicas distintas e em grande parte contrários às elites civil (CASTRO, 1995, p. 29).

Quanto à composição social do alunado da Escola Militar, Galvão (2009) afirma que

os autores são concordes em atribuir a proveniência social dos alunos às camadas das incipientes burguesia e pequeno-burguesia urbanas. Há evidente exagero, ou confusão, quando chamam de 'pobres' ou de 'povo' aos alunos. Os pobres, ou do povo, eram os recrutados a laço para compor as fileiras de soldados rasos, sem estudo e sem qualificação acadêmica. A escola militar só formava o oficialato, o que já é uma primeira distinção (GALVÃO, 2009, p. 107).

Mais adiante, no mesmo trabalho, a autora cita o especialista em história militar, Jeovah Motta, que reafirma:

Não se tratava de gente rica... Para a academia acorriam rapazes filhos de militares, modestos funcionários, pequenos comerciantes e pequenos proprietários. Ela não era solução, nem atrativo, para os filhos de senhores de terra e de escravos, , nem para os filhos da alta cúpula burocrática (Idem, p 108, apud MOTTA, 1976, p. 81).

Dada à cultura bacharelesca da época, os filhos dos grandes proprietários frequentavam predominantemente os raros cursos de Direito que existiam. A carreira militar era pouco atraente para os membros das elites. Fundamentada em princípios

hierárquicos, com critérios próprios de ascensão, geralmente baseada no mérito e na formação escolar, controlados por mecanismos burocraticamente formalmente elaborados pelos pares, essa carreira reduzia a possibilidade de sucesso através dos mecanismos tradicionais, baseados no apadrinhamento e no prestígio familiar.

Naquele período histórico,

o exército tornou-se, cada vez mais, uma instituição profissional meritocrática, aumentando a importância dos vínculos estabelecidos dentro da própria corporação diminuindo o peso de fatores externos, como origem social e conexões de parentesco (CASTRO, 1995, p. 27).

A carreira militar, portanto, era uma das raras possibilidades de êxito profissional baseada no mérito e no capital educacional para segmentos médios da sociedade, sem capital econômico ou político que possibilitasse o acesso às posições privilegiadas no aparelho do Estado Imperial.

Nessa circunstância histórica,

a Escola Militar representou, no Império, uma rara possibilidade de ascensão social para as pessoas que não pertenciam à elite tradicional e cujas famílias não podiam custear cursos superiores nas faculdades de medicina e de direito... O ingresso na carreira militar e a ascensão por mérito, concretizada no título de alferes-aluno, representava assim, muitas vezes, a única possibilidade de ascensão social aberta para esses jovens e um bem simbólico fundamental para a construção de sua identidade social (Idem, p. 48).

Essa elite intelectual concebia o regime republicano como o único capaz de tornar o Brasil uma nação democrática e moderna. O positivismo nesse ambiente era uma cultura difusa, uma síntese de convicção política e crença religiosa; por isso,

não é difícil entender o interesse despertado pela doutrina positivista entre os alunos. Em primeiro lugar, pela importância atribuída à matemática e às ciências. Em segundo lugar, pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito – característico do ‘estágio metafísico’ a ser superado. Terceiro, pelo lugar de destaque reservado à nova elite ‘científica’ no estágio positivo que se avizinhava (Idem, p. 67).

Além do pensador francês Augusto Comte, cultuado de forma religiosa com direito a apostolado e com diversos grupos disputando o seu legado, o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) foi outra forte referência intelectual. Ele não teve igreja nem culto como Comte, mas as suas concepções estão presentes nas convicções de diversos pensadores, em alguns como uma adesão às suas concepções liberais ou às suas ideias evolucionistas sobre a raça humana, em outros como uma referência difusa, nem sempre explícita.

Uma referência de Euclides da Cunha, em carta, nos dá a ideia da presença do pensador inglês no universo intelectual paulista daquele período. Nessa carta, ele nos fala dos “trogloditas que vestem sobrecasacas, usam cartolas e leem Stuart Mill e Spencer – com a agravante de usarem armas mais perigosas e constantes que os machados de Sílex ou rudes punhais de pedras lascadas” (CUNHA, 1997, p. 87)⁴³.

A compreensão de um mundo regido por uma lei geral que explicaria, tanto as formas de expressão artísticas e literárias como a estrutura anatômica dos seres humanos é um dos fundamentos da concepção de progresso social de Herbert Spencer. As diferenças culturais entre os povos e o nível de organização de suas instituições, as diferentes formas de pensamento, aos quais ele associou a desigualdade entre as raças, tornam-se inteligíveis a partir da evolução do simples ao complexo.

Para o pensador inglês, o progresso é um processo evolutivo que se realiza seguindo uma lei universal, presente na evolução de todas as formas de vida ou matéria, inclusive os seres humanos. Em seu livro *Do progresso – sua lei e sua causa*, publicado originalmente em 1857, o autor parte de exemplos que vão das transformações da crosta terrestre e sua atmosfera até a arte nas civilizações gregas e egípcias, para demonstrar a universalidade da lei do progresso, que consiste na passagem do homogêneo ao heterogêneo; a sua universal lei do progresso.

Segundo Spencer,

quer se trate das transformações da terra, do desenvolvimento da vida à sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria, do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas transformações cósmicas, de que ainda existem sinais até

⁴³ Carta a João Luis, 09 de outubro de 1895.

os mais recentes resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo (SPENCER, 1939, p. 14).

A ideia de uma ciência capaz de identificar as leis da evolução, que se reproduziam tanto no mundo natural quanto nas relações humanas, embora com acentuadas diferenças com as concepções política de Augusto Comte, permitiu um convívio amigável entre Spencer e o pensador francês no rico universo de ideias e projetos no Brasil do final do século XIX. Como salienta Castro,

Muitos comentadores viram a obra de Spencer como uma extensão do darwinismo para além da biologia, embora ele próprio sempre tivesse enfatizado seu débito para com Lamarck e a defesa da ideia de evolução biológica anterior a Darwin. Muitos também viram na doutrina de Spencer um desdobramento do positivismo de Comte, apesar de Spencer negar essa conexão. É verdade que ambos empregaram analogias entre organismos biológicos e sociais e destacaram o papel fundamental a ser ocupado pela ciência nos tempos modernos, mas as diferenças doutrinárias e políticas entre os dois eram grandes (CASTRO, 1995, p. 71).

Outra esfera do pensamento em que as ideias de Spencer eram uma referência importante foi na elaboração das diversas teorias que explicavam as diferenças culturais e sociais entre os seres humanos a partir da ideia de uma espécie humana formada por distintas raças e cada uma delas representando estágios evolutivos distintos.

Para o pensador, homem branco europeu é o animal mais evoluído do que seu congêneres não civilizados. Parte de uma análise estritamente biológica em que compara o ser humano com os outros seres vertebrados, para fundamentar a sua teoria da evolução das formas de vida mais homogêneas para as heterogêneas, pois segundo a sua convicção,

Nos vertebrados, em geral, o progresso manifesta-se pela heterogeneidade crescente da coluna vertebral e, sobretudo, pela heterogeneidade das vértebras em que se assenta o crânio, distinguindo-se as formas mais elevadas pelo tamanho relativamente maior dos ossos que cobrem o cérebro, comparados com os maxilares, etc. Pois bem, este caráter, mais acentuado no homem do que em nenhum outro indivíduo grupo, acentua-se mais no europeu do que no selvagem. Por outro lado, a julgar pela maior extensão e

variedade das funções que desempenha, podemos inferir que o homem civilizado possui também o sistema nervoso mais complexo e ou heterogêneo do que o homem não civilizado, facto que corresponde à maior relação que o cérebro do primeiro tem com os gânglios subjacentes (SPENCER, p. 26).

As teorias de Spencer sobre a evolução das sociedades e as diferenças entre os seres humanos, além de um liberalismo adaptado ao Estado patrimonialista dos trópicos, exercera uma atração maior sobre a aristocracia paulista, ajustando-se ao ideário de uma classe de recente passado escravocrata, que tinha uma forte rejeição às populações mais pobres, nutrindo-se de toda sorte de preconceito, inclusive daqueles aos quais o pensador britânico dava o lustre teórico. Nesse meio a explicação das desigualdades sociais, por motivos biológicos, eram um recurso intelectual adequado para explicar a condição de superioridade política e social dos grandes proprietários rurais paulistas.

Euclides da Cunha foi um devotado militante da causa republicana desde sua época de aluno da escola militar, um “ex-rebelde da Praia Vermelha” (CUNHA, 1997, p. 423)⁴⁴, conforme seus próprios termos, para quem a República, apesar de ameaçada pelos políticos brasileiros, era além de uma forma de governo, uma causa e um destino inexorável das nações modernas. A defesa da sua causa era fundada em um raciocínio linear e em uma convicção científica que, em alguns momentos, assumia características de uma convicção religiosa. Mas mesmo nos momentos de maior ceticismo, ele não renunciará ao princípio, continuará “o mesmo crente, intransigente filho da nossa república” (Idem, p. 101)⁴⁵.

Mas essa república a qual Euclides devota a fidelidade de um crente, cedo o decepcionará, meses à sua implantação, a via desnaturada pela mesquinhez dos políticos brasileiros. Em junho de 1890, com 24 anos, foi reintegrado à Escola Militar. Era aluno da Escola Superior de Guerra, ocupando o posto de segundo tenente. Na mesma época, Benjamin Constant, o antigo professor da Escola Militar e ídolo da juventude republicana, era Ministro da Guerra e foi o responsável pela sua reintegração ao exército poucos dias após a Proclamação da República. Em carta ao pai, na qual também tratava da data do casamento, o julgamento do jovem oficial não poderia ser mais severo. “Imagine o Sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear, perdeu a auréola, desceu

⁴⁴ Carta a Otaviano, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1908.

⁴⁵ Carta a Dr. Brandão, 06 de dezembro de 1896.

à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – dói-me dizer isto – justamente desmoralizado” (Idem, p. 29)⁴⁶.

O ano de 1893 será particularmente decisivo para os destinos do recente regime republicano. Em fevereiro, eclodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, movimento cujos conflitos disseminam-se pelos demais estados da região e se prolongam até o segundo semestre de 1895. Em setembro do mesmo ano, será o momento da Revolta da Armada em plena Capital Federal. Embora esses movimentos não tenham uma clara conotação restauradora, mas à medida que colocavam em cheque a legitimidade do governo de Floriano Peixoto e também aglutinaram em torno de si os diversos grupos monarquistas ainda ativos, chegaram a por em risco a sobrevivência do próprio regime.

Os sentimentos de Euclides da Cunha, nesse momento histórico, não podiam ser mais contraditórios. Seu sogro, General Solon, um republicano de primeira hora, está preso acusado de conspiração contra o governo⁴⁷, enquanto ele, como tenente do Exército Brasileiro, é nomeado para servir junto a Diretoria Geral de Obras Militares, construindo trincheiras e fortificações no Morro da Saúde e no Cais do Porto para defender o Rio de Janeiro do bombardeio da frota rebelada. Ao mesmo tempo em que, revoltado com a situação do sogro, crítico e descrente do governo e das instituições políticas, acredita no legítimo direito de autodefesa do governo e compartilha do medo, disseminado entre os republicanos, de uma conspiração

⁴⁶ Carta ao Pai, 14 de junho de 1890.

⁴⁷ Acusado de conspiração, o General Solon foi mantido encarcerado de setembro de 1893 a agosto de 1894, é chamado por Floriano Peixoto de “patriota de rua” e acusado de comprometer a disciplina. Euclides, em uma carta de 6 de julho de 1894, destina ao “Ilustre General Solon”, assume a sua posição com relação a punição ao sogro “patenteia-me de sobra que o velho republicano a quem tanto deve a república, persiste na posição difícilíssima de não ser compreendido pelos que governam este país” (CUNHA, 1997, p. 64). Frederico Solon Sampaio Ribeiro (1839-1900), “Solon era o comandante de um dos regimentos de cavalaria que saíram de São Cristóvão na madrugada de 15 de novembro, para derrubar o governo, prendendo os ministros reunidos no quartel-general no campo de Santana, hoje Praça da República. Foi portador, em 16 de novembro, de mensagem do Governo Provisório a D. Pedro II, que comunicava a sua deposição e o banimento do país. Acompanhou, na madrugada do dia 17, o embarque da família real rumo a Lisboa” (VENTURA, 2003, p. 89). Ele será mencionado em *Os Sertões*, pois era o comandante do 3º. Distrito Militar, sediado na Bahia, e entrou em divergências com o governador Luiz Viana sobre a condução da Guerra, o que teve por consequência a sua exoneração. Ver Cunha (1998), p. 201 e 208, em que Euclides defende as posições assumidas pelo seu sogro. Para a visão do governador sobre esse acontecimento, ver a sua entrevista a Fávila Nunes, publicada no *Jornal de Notícias* de 07 de agosto de 1897, reproduzida em Galvão (1994), p. 140-149.

monarquista, apoiada por potências europeias com a finalidade de restaurar a monarquia.

Essa ameaça, mais imaginária que real, atormentará os republicanos nos primeiros anos do novo regime, pois o fantasma de uma conspiração monarquista financiada por potências estrangeiras, particularmente a Inglaterra, com o objetivo de restabelecer a monarquia foi uma tema recorrente no imaginário republicano e compartilhado por Euclides da Cunha.

As suas cartas desse período fazem referência constante à precariedade da sua saúde; em uma delas, ele chega mesmo a imaginar que estava perto da morte, numa clara manifestação de que os seus dilemas políticos e pessoais o afetavam de forma orgânica. Em uma carta de 15 de dezembro de 1893, diante das diversas ameaças que pairam no horizonte político, ele indaga-se:

O que nos reserva o futuro? A nossa grande pátria cindida pelas paixões decompor-se-á em minúsculos estados? Resistirá, forte, amparada pela república, à sinistra conspiração, dos velhos devassos imperiais, emudecidos a 15 de novembro e rugidores hoje? O que traduz a feição dúbia das potências estrangeiras e, sobre todas, a dessa perene inimiga do gênero humano – a Inglaterra - que realiza o fato assombroso de criar dentro de uma alma tão estreita os maiores homens do mundo, os Newtons, os Byrons e os Parnells?” (idem, p. 57)⁴⁸.

Quatro anos depois, Canudos ressuscitará esses fantasmas e também reacenderá a chama da devoção, expressa no ufanismo e sentido de missão com que assume a sua ida Canudos. Esse universo de temas será retomado quando da eclosão de Canudos, principalmente, depois da derrota da “Terceira Expedição”, chefiada pelo Coronel Moreira Cesar.

2.2 Os primeiros esboços

Quando eclodiu o conflito de Canudos, o país encontrava-se já há quase oito anos da transição para o novo regime. O Presidente da República é Prudente de Moraes, um representante da oligarquia cafeeira paulista, depois dos dois

⁴⁸ Carta a Reinaldo Porchat, 15 de dezembro de 1893. Ver também carta de 22 de novembro de 1893, p. 50-1.

presidentes militares, que realizou o seu governo tendo que equilibrar-se entre as pressões das diversas forças do campo republicano, inclusive do vice-presidente, o baiano Manoel Vitorino, que conspirava para depô-lo.

Quando Euclides da Cunha parte para Canudos, ele não é somente um jornalista imbuído de uma missão, um correspondente imbuído de uma missão jornalística ou um observador com formação científica e sensibilidade literária. Ele é também um defensor de um projeto político que imagina estar sendo posto à prova pelos rebeldes de Antônio Conselheiro.

Canudos reacende o seu ânimo republicano. A ameaça representada pelo “arraial maldito” reacenderá a paixão juvenil daquele que havia se arrependido de um dia ter se dedicado à política. As ponderações críticas e a decepção desaparecem e, novamente, reaparece o propagandista de uma causa, em momento de grande empolgação.

Euclides incorpora o discurso disseminado sobre Canudos, ao representar conflito como uma conspiração monárquica financiada pelas potências externas. Diante da ameaça de morte ao regime republicano, o “Viva a República” transforma-se em um bordão, repetido em quase todos os artigos desse período. As ponderações críticas das primeiras observações e a decepção irão desaparecer. Novamente, reaparece o propagandista defensor de uma causa, que a vê ameaçada.

O livro que se tornou conhecido como *Diário de uma expedição* é a reunião das reportagens escritas por Euclides da Cunha para jornal *O Estado de São Paulo* sobre a Guerra de Canudos, particularmente, sobre a quarta e última expedição, para a cobertura da qual ele partiu para o sertão baiano. Foram 34 artigos, além dos enviados da Bahia, acrescentam-se os dois mencionados anteriormente, publicados antes da sua viagem à frente de combate. O período dessa publicação vai de março a outubro de 1897. A sua primeira edição em um volume separado ocorreu na *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*, em 1927, tendo, a partir então, recebido inúmeras reedições, com títulos diferenciados⁴⁹.

Esse material reúne, desde as impressões da viagem até Salvador, a espera nessa cidade até poder embarcar no trem para Canudos, as impressões sobre o

⁴⁹ . Ver a Nota Editorial da edição organizada por Walnice Nogueira Galvão, Companhia das Letras, 2000, p. 32-3.

clima que se vivia na cidade com a chegada dos feridos em combate, as diversas paradas até a chegada a Canudos; o que só acontece já perto do fim da Guerra, até os impressionantes relatos dos combates, diante de uma Canudos já praticamente destruída, mas que, para estupefação de Euclides, não se rendia.

A primeira vez que Euclides da Cunha posicionou-se publicamente sobre o conflito de Canudos foi num artigo publicado em 14 de março de 1897 no jornal *O Estado de São Paulo*, com o título *A Nossa Vendéia*⁵⁰, no qual se utiliza da referência histórica da rebelião dos camponeses franceses contrários à República para discorrer sobre o significado da Guerra que se travava no sertão baiano.

No entanto, essa revolta já havia sido usada como referência para criticar aqueles que ele identificara como inimigos da República. Na edição de 06 de abril de 1892, do mesmo jornal paulista na série *Dia a dia*, ele refere-se “Vendéia perigosa” (CUNHA, 2009, p. 759)⁵¹ associando-a ao manifesto 31 de março de 1892, assinado por 13 generais contrários à permanência de Floriano Peixoto (1839-1895) na presidência⁵².

Esse artigo foi publicado no mesmo dia em que os generais apresentaram o manifesto ao público, intimando o vice-presidente, em exercício, a realizar eleições presidenciais, portanto, em plena crise suscitada pelo questionamento da legitimidade de Floriano Peixoto pelos seus pares de corporação. Aqui, o exemplo da Vendéia e a estratégia militar da guerrilha são comparados à ação daqueles que questionavam a posse de Floriano. Essa estratégia impôs aos exércitos mais

⁵⁰ Amory, em sua biografia sobre de Euclides da Cunha, esclarece que “O termo ‘Vendéia’ faz parte propriamente do contexto da Revolução Francesa. La Vendée era uma zona rural atrasada do oeste da França, ao sul de Nantes, onde em 1793 o recrutamento dos homens para o exercito republicano francês provocou uma rebelião sob comando de um carroceiro de Pin-en-Mauges, Cathelineau, e de outros. Os vendeanos ficaram famosos por suas táticas de guerrilha na zona de Bocage, mas comandados por um de seus generais aprenderam a lutar abertamente, em formações maciças, como fazia qualquer exército europeu. A revolta da Vendéia, que foi secundada pelos Chouans na Bretanha (sob o comando dos irmãos Cottureau), esteve latente até o inverno de 1797-1798, quando foi sufocada pelas tropas republicanas do general Louis Hoche. Depois dessa data, os vendeanos e os chouans deixaram de ser recrutados pelo governo revolucionário da França e receberam licença de abraçar o catolicismo” (AMORY, 2009, p. 103).

⁵¹ *Dia a dia*, *O Estado de São Paulo*, 06 de abril 1892.

⁵² O alagoano Floriano Vieira Peixoto, vice de Deodoro da Fonseca, que após a renúncia deste presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, falecendo um ano depois de entregar o poder. Euclides da Cunha conspirou pela deposição de Deodoro, foi um defensor do de Floriano, embora mais tarde expresse reservas críticas a sua figura histórica. Sobre a defesa do governo Floriano por Euclides Cunha, ver *Obras Completas*, Vol. 1, p. 757-65, ver também o perfil com o título *Marechal de Ferro*, publicado na coletânea *Contrastes e Confrontos*, idem, p. 8-12.

poderosos os seus mais desmoralizante revezes, posto que as vitórias dos exércitos regulares transformam-se em derrotas, pela insignificância de suas vitórias.

O artigo detém-se no significado que o movimento Vendeiano teve para a revolução francesa. Nele, o grande exército francês sofre a sua maior cicatriz, tendo que enfrentar um inimigo que recorria às ciladas e protegia-se nas florestas, evitando, assim, o combate franco e aberto. Ele também analisa as dificuldades enfrentadas por um exército regular, ao defrontar-se com um adversário que se adapta ao meio, que foge diante dos batalhões que combatem em linha reta. Expressa, também, o reconhecimento pela bravura e a dedicação a uma causa comum entre os camponeses monarquistas, fazendo-se “os últimos cavaleiros da velha monarquia derruída” (Idem, 759)⁵³, dando um sentido glorioso à vitória do exército republicano francês.

Por isso, o paralelo entre aqueles que questionavam a legitimidade do Presidente e os vendeianos é incompleto, pois Euclides não via nos opositores do governo princípios nem ideias capazes de alimentar o debate político. Neles, o articulista só via “um doloroso deserto tristíssimo de ideias” (Idem, 760), daqueles críticos que só queriam ocupar o poder. Por isso, a dura conclusão “A República vencê-lo-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia, com uma diferença fundamental. Porém - a glória do republicano francês foi verdadeiramente brilhante, graças à própria grandeza dos vencidos -...”⁵⁴ (Idem, p. 760).

Já com relação à Guerra de Canudos, a referência à Vendéia aparecerá em dois artigos publicados com quatro meses de intervalo entre eles. O primeiro dos quais, onze dias após a desastrosa derrota da famosa Terceira Expedição, chefiada pelo Coronel Moreira Cesar. No mesmo dia da publicação do artigo, Euclides da Cunha escreveu uma carta ao seu amigo João Luiz. Nessa carta, a derrota da expedição Moreira Cesar é julgada severamente. Nela, ele afirma que, para os republicanos, vivia-se uma “aterradora quadra de desastres”, quando a República “curvou a cerviz ante uma horda de desordenados de fanáticos maltrapilhos...”⁵⁵ (CUNHA, 1991, p. 103).

Se na carta do dia 14 de março ainda há uma tentativa de otimismo, com referências à “geração heroica de 15 de novembro” (Idem, p. 104) e a crença de que

⁵³. Idem.

⁵⁴. Idem.

⁵⁵ São Paulo, 14 de março de 1897. João Luiz Alves (1870-1925), parlamentar mineiro, foi Ministro da Justiça e do Supremo Tribunal, é um dos principais correspondente de Euclides.

a República se renovaria após essa provação, outra escrita quinze dias depois, dirigida ao mesmo destinatário, não poderia ser mais pessimista e de expressa decepção com os quadros da República. Diante da derrota da Terceira Expedição, ele comenta: “O que me impressiona não são as *derrotas* - são as derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos!” (Idem, p. 105).

Os dois artigos não trarão a público esse estado de decepção política e pessoal vivido na esfera íntima. Ao contrário: neles, afirma a certeza da vitória republicana, além de reproduzir a convicção de que Canudos configurava-se em uma tentativa de reação monarquista. Nesses artigos, o autor lança mão da mesma sequência que será utilizada em *Os Sertões: a terra, o homem e a luta*, detendo-se, principalmente, na terra e no homem.

A maior parte do primeiro artigo é uma descrição do relevo, da flora e das condições climáticas, feita com tamanha familiaridade que um leitor desavisado poderia supor uma presença *in loco*; é o terreno onde se realiza a luta⁵⁶. A natureza aparece como adversária principal. O solo nordestino é, para o autor, “talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas” (CUNHA, 2000, p. 44).

O homem do sertão, apresentado como vaqueiro, é descrito em seu modo de vestir e nos seus procedimentos na lida cotidiana, esboçando-se uma descrição que será mais detalhada em *Os Sertões*, utilizando-se basicamente a descrição de

⁵⁶ Amory chama atenção de que “A principal fonte de Euclides é a monografia de José C. de Carvalho sobre o transporte do meteorito de Bendegó no interior da Bahia para o litoral: *Météorite de Bendegó, Rio de Janeiro, 1888*, com uma longa descrição do sertão baiano pelo botânico J M. Caminhoá, texto onde Euclides da Cunha abeberou-se fortemente” (AMORY, 2009, p. 111). Nota 62. A obra em questão é um detalhado relatório sobre o transporte de um meteorito de 5360 quilogramas do leito do rio Bendegó, no sertão baiano, à cidade de Salvador. Foram necessários seis meses para que fosse percorrido tal percurso, hoje o meteorito encontra-se no Museu Nacional no Rio de Janeiro. No relatório o autor cita largamente o médico e professor universitário Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-1896), em passagens que serão transcritas quase literalmente na primeira e na segunda parte de *Os Sertões*. Nele, também há uma referência direta a Canudos: “Dos *Serotes das Pedras Miúdas* e do *Arraial* nasce o riacho do *Desterro*, principal afluente do Bendegó, que tem origem em uma lagoa aberta na fralda oriental da *Serra de Athanásio*, e que depois de percorrer um valle apertado e tortuoso vai juntar-se ao rio *Vasa-Barris* na povoação de Canudos a 45 quilômetros da sua nascente” (CARVALHO, 1888, p. 28). O relatório encontra-se disponível na Biblioteca Digital do Museu Nacional nas duas versões em que foi produzido originalmente, em português e na língua francesa. <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0014.html>.

Caminhoá como fonte. Para Euclides, “esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido, ainda refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam” (Idem, p. 50-1).

O solo e o homem justificam a aproximação entre Canudos e a Vendéia francesa. “Como na Vendéia, o fanatismo religioso denuncia as suas almas ingênuas e simples habilmente aproveitadas pelos propagandistas do império” (Idem, p. 51). O paralelo com o acontecimento histórico francês também se justificava pela dificuldade colocada por um meio físico, inapropriado para o combate regular e para a estratégia convencional em que um exército é treinado, o que tanto explicava a derrota sofrida pelo exército francês na Vendéia, quanto os do exército brasileiro. Em tom triunfalista, o autor concluir: “Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante dessa última prova” (Idem, p. 52).

No segundo artigo, o autor inicia, justificando a derrota das primeiras expedições, retomando os exemplos históricos de grandes exércitos que foram derrotados pela tática rudimentar de seus adversários. Nesse tipo de conflito, o primitivismo e a rusticidade do sertanejo são elementos que lhe é favorável, pois as dificuldades impostas pelo meio e a forma de combate dos conselheiristas impediam o uso de uma estratégia militar regular, dificultando o enfrentamento entre o exército, esses patrícios, “cujas forças estão na própria inferioridade e que, desbaratados hoje, revivem amanhã dos próprios destroços, como pólipos” (Idem, p. 54).

Novamente, o autor retoma a descrição dos fatores naturais, principalmente das características topográficas da região que circundava a população de Canudos, para salientar a dificuldade que o meio impunha ao exército. O jagunço é descrito como um indivíduo completamente adaptado às circunstâncias em que vive, tão rústico e primitivo quanto o meio que o circunda, inclusive em suas crenças medievais. O artigo termina reiterando a sua segurança na vitória das forças republicanas “que seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória” (Idem, p. 61).

Apesar do tom do discurso nos artigos ir alterando-se com o decorrer do contato do correspondente com a Guerra, uma vez que “torna-se mais reticente e menos ardoroso no entusiasmo republicano” (GALVÃO, 2009, p. 35), o posicionamento presente nesse conjunto de reportagens ainda é do defensor de

uma causa ameaçada pelos fanáticos de António Conselheiro, e que o autor, desde antes da sua partida, posiciona-se como seu partidário.

Ao ser comparado com o livro a ser escrito posteriormente, as concepções expressas em *Diário de uma expedição* alteraram-se significativamente. Ainda não há uma identificação do sertanejo por suas características raciais como é feito no livro vingador. A população do sertão é formada por “seres de todos os graus antropológicos” (Idem, p. 164), ou mesmo um “tipo etnologicamente indefinido” (Idem, p. 50-1), embora já seja considerado, numa passagem sem maior fundamentação, como o “cerne da nossa nacionalidade” (Idem, p. 140), ideia que será retomada em *Os Sertões*. O determinismo que se apresenta aqui é o do meio, fundamentado no historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862) autor que tomou o Brasil como exemplo das suas teorias em *Introduction to the History of de Civilization in England*⁵⁷, cuja influência também será recuperada em *Os Sertões* para explicar o nexos entre o temperamento moral e as condições físicas do ambiente.

O outro ponto que será retomado e aprofundado em *Os Sertões* é o julgamento que Euclides fazia do líder religioso dos canudenses. Numa de suas reportagens, ele cita longamente o livro do Tenente-Coronel da polícia baiana Durval Vieira de Aguiar, publicado quinze anos antes do conflito, no qual ele descreve Antonio Conselheiro, sua prática religiosa e as características do seu grupo de seguidores, em um dos raros depoimentos de uma pessoa que teve contato direto com ele.

A partir da descrição do policial baiano, o Conselheiro é enquadrado por Euclides dentro de um esquema evolutivo em que seu significado histórico é expressivo da sua retroatividade. Utilizando-se de raciocínio do mundo matemático, fundamentando-se no determinismo ambiental, o líder religioso adquire alguma grandeza como representação de estágios anteriores de evolução da civilização, pois “para Euclides, não ser republicano equivalia a pertencer a uma era pretérita, na evolução da humanidade” (LIMA, 2000, p. 18), tese que irá adquirir uma maior amplitude teórica em *Os Sertões*.

⁵⁷ BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. Vol. I. London: J. W. Parker and son, 1857. Vol. II. London: D. Appleton and company, 1865. Há também uma edição brasileira: *História da Civilização na Inglaterra*. 2 vols. Vertida para o português por Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1899-1900.

O autor convive com certa naturalidade com a barbárie da Guerra, pelo menos, não fazendo nenhuma restrição às atitudes do exército com os seus prisioneiros. A prática da degola, que renderá algumas das páginas mais indignadas de *Os Sertões*, é mencionada sem nenhuma restrição moral⁵⁸. Villa (2002) chama atenção para o fato de que Euclides da Cunha,

Em 21 de outubro chegou a São Paulo, logo de manhã, vindo de trem, do Rio de Janeiro. Cinco dias depois, escreveu o último artigo sobre a Guerra louvando o batalhão de São Paulo, que teria seguido o exemplo histórico dos bandeirantes. Sobre o destino dos jaguncinhos e a degola dos prisioneiros, nenhuma palavra, e isso quando esse tema era discutido pela imprensa carioca e baiana (Idem, p. 37-8).

Em 10 de setembro, Euclides escreveu a primeira reportagem em Canudos. Numa extensa matéria, ele descreve o seu primeiro encontro com aquela “aldeia sinistra” (CUNHA, 2000, p.178), já são quarenta e três dias após ter partido do Rio de Janeiro. Após subir a última encosta que o separa do arraial, em cima de um cavalo, ele observa aquela paisagem que denominou de “surpreendedora” (Idem, p. 174). Assim como em *Os Sertões*, em *A Nossa Vendéia* as suas considerações iniciam-se pela disposição topográfica e a constituição geológica do terreno, que o autor estranha não ter sido alvo da atenção dos que até então tinham escrito sobre aquela região.

Posteriormente, ele analisa a organização urbanística da Canudos. As ruas fora alinhamento, distintas do ordenamento urbano das cidades do litoral, é para ele surpreendente. A aparência das casas, a divisão dos cômodos, o material utilizado na construção, as ruas desertas que “lembra uma cidade fulminada por maldição tremenda dos profetas” (Idem, p. 178), mas que escondia os seus atiradores como demônios invisíveis, são descritas em relatório minucioso.

A seguir, ainda na mesma matéria, é feita a apreciação da dificuldade que tal meio impunha ao progresso das forças do exército, obrigando-os a marchar por vales com sucessivas subidas e descidas, ao mesmo tempo em que facilitava ao esconderijo do seu inimigo que, acobertado pelas “trincheiras toscas” (Idem, p. 180) tornava-se invisível. Aqui, novamente, o autor justifica os revezes sofridos pelo

⁵⁸ Ver Cunha (2000), p. 75 e 168.

exército diante das dificuldades colocadas pelo tipo de combate e de estratégia usada pelos conselheiristas.

O último registro da Guerra feito por Euclides da Cunha, ainda em Canudos, data de primeiro de outubro, portanto, quatro dias antes do final da Guerra. Nessa reportagem, o autor começa com um elogio às manhãs de Canudos, que pela intensa incidência do sol sobre as cristas das serras que rodeavam a região, apresentam uma luminosidade que não se compara às manhãs paulistas nem às mineiras. Mas naquele dia, ao contrário do que era comum na região, tinha-se “uma manhã de inverno paulista [...] agravada pela fumaça negra e espessa do bombardeio” (Idem, p. 206).

A partir de então, o autor descreve em minúcias e precisão o bombardeio e os estragos causados nas rudes moradias dos canudenses que, para o espanto do narrador, suportava tudo em silêncio. Mas, diante da tentativa de invasão do arraial pelo exército, esses “selvagens adversários” (Idem, p. 206), que pareciam já extintos, o repele com uma saraivada de balas. Nesse momento, o movimento das tropas já era obrigado a imitar as mesmas táticas dos jagunços e avançar com a sinuosidade de uma cobra.

Também, será nessa matéria, que ficou registrada a presença singular do quinto batalhão da polícia estadual baiana, constituído por sertanejos e apresentando o mesmo valor e resistência dos sertanejos que combatiam. Aqui, o registro da valentia dos soldados da polícia baiana e a sua importância para o desenlace à Guerra, não se fará, como em *Os Sertões*, associado às características raciais dos integrantes daquele batalhão.

É nesse artigo que aparece a primeira manifestação de admiração pelos canudenses. Apesar de descritos como selvagens, o repórter tem que admitir que “há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados...” (Idem, p. 208). O uso de vocábulos como “surpreendente”, “surpresa”, “incompreensível”, “fantástico”, “anormal” expressa uma dificuldade analítica para compreender a reação de uma população que, mesmo estando há vários dias sem água e nem comida, sendo bombardeada com granada e dinamites, sofrendo as ações de um exército guiado pela mais racional e lógica ação militar, respondia com um heroísmo incompreensível. Quando já se dava a Guerra por vencida, após o intenso bombardeio, os canudenses demonstram uma resistência que vai além de uma

compreensão racional. “Tudo é incompreensível nesta campanha: a batalha continuava mais acesa e mortífera, se é possível” (Idem, p. 214).

Além da admiração pelos sertanejos, há aqui também as primeiras manifestações de dúvidas quanto ao sentido da campanha. Ao voltar da frente de batalha, em que foi surpreendido pela resistência inesperada dos sertanejos e, ao passar diante do hospital de sangue, observando uma cena só comparável ao Inferno de Dante, e ouvindo gritos e imprecações dos que agonizavam, o autor observa três cadáveres. A dúvida sobre o sentido da Guerra parece assaltar o jornalista, pois manifesta: “sentia uma desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitos ideais, perdidos, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue” (Idem, p. 218).

O uso de palavras “fantástico”, “gente estranha”, “surpresa”, “surpreendente”, “campanha original” configura-se como flagrantes do processo no qual o ex-militar apaixona-se por aquele que ele imaginava ser o seu adversário, “aquela gente estranha não fraqueou sequer na resistência” (Idem, p. 216), obrigando-o a repensar as convicções que trazia do centro-sul do país⁵⁹. O abandono dos ideais no chão de Canudos, que jaziam juntos com os ex-companheiros de farda, parece principiar uma mudança na compreensão que ele tinha sobre a natureza desse confronto e os diversos atores nele envolvidos; o que ganhará uma complexa diversificada explicação em *Os Sertões*.

⁵⁹ Nísia Trindade chama atenção para constante presença do imponderável, da surpresa, da inversão como elementos sempre presentes no pensamento de Euclides. Pare a autora, “Além do tributo ao cientificismo e aos determinismos do seu tempo, que em nenhum momento Euclides da Cunha nega ou se propõe a superar, talvez um dos elementos mais presentes em *Os Sertões* esteja exatamente na dificuldade de transformar homem e circunstância em algo cognoscível. Surpresa, inversão e transmutação, do ambiente físico, dos sertanejos ou de um processo de transformação histórica esperados pelo autor, são temas recorrentes” (LIMA, 2002, p. 75).

3 A HUMANIDADE RACIALIZADA

3.1 Uma breve introdução às origens do pensamento racial

O verbete *raça* do *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*⁶⁰, escrito por Jonh Rex, menciona uma reunião da UNESCO realizada em 1950, convocada para discutir o que era conhecido cientificamente sobre raças e em que sentido era possível usar esse termo cientificamente com relação aos humanos. A partir dos resultados dessa reunião, Rex esclarece que:

“As diferenças biológicas existentes entre membros de diferentes grupos étnicos não tem a menor relevância para os problemas de organização social e política, vida moral e comunicação entre os seres humanos.

Está muito claro, portanto, que não existe justificação alguma na ciência biológica para o uso popular do termo “raça”. Não devemos falar de alemães, franceses e britânicos, ou de árabes e judeus, ou de protestantes, muçulmanos ou israelitas como raças. Trata-se, de fato, de grupos nacionais, étnicos ou religiosos ligados pela organização política e a cultura comum.

O uso popular de terminologia racista significa, porém, que existem muitas situações em que o grupo física e culturalmente distinguíveis são definidos como raças, e quando tais definições são adotadas temos o que se pode chamar de situações de relacionamento racial, mesmo que os grupos envolvidos não seja raças em sentido científico” (REX, 1996, p. 638-9).

O estabelecimento dessas verdades básicas e fundamentais para o convívio humano, sintetizadas nesse verbete, expressa um avanço conceitual e político para a humanidade que, para atingir esse patamar, necessitou de um longo processo de construção de referências científicas e societárias envolvendo a relação entre etnias, nações e Estados, inclusive relações intra-nacionais entre etnias diferenciadas, que ainda hoje se encontra inconcluso. Do ponto de vista das disciplinas que hoje constituem as ciências humanas, é deveras conhecido o vínculo que tiveram, pelo

⁶⁰ Outhwaite, William e Bottomore, Tom. *Dicionário do pensamento social no Século XX*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1996.

menos, em algumas de suas vertentes, com a ideia de uma humanidade dividida em raças distintas, com diferenças essenciais entre elas.

A pensadora alemã Hanna Arendt (1906-1975) ao estudar a formação dos regimes totalitários que dominaram parcela da população da Europa na primeira metade do século XX, em *As origens do totalitarismo*, faz uma arqueologia do racismo como forma de pensamento⁶¹, tanto como ideologia que confere coesão política a um determinado estamento social, quanto como teoria da história elaborada com o objetivo de explicar o declínio da civilização ocidental; além de estudar a transformação dessas concepções teóricas em política governamental, implementadas pelo colonialismo e pelo imperialismo europeu no final do século XIX e início do século XX.

As teorias que afirmavam a distinção dos seres humanos através de supostos critérios raciais exerceram um importante papel na afirmação de determinadas comunidades nacionais em diferentes contextos históricos e, no interior destas, do privilégio de certos grupos sociais em relação ao conjunto da população. Longe de ser uma manifestação intelectual isolada, a ideologia⁶² racista fazia parte da opinião pública da maioria dos países ocidentais no século XIX, adquirindo grande importância intelectual, conferindo a essa modalidade de pensamento “dignidade e importância, como se ela fosse uma das maiores contribuições da história ocidental” (ARENDR, 1989, p. 188-9).

Será como uma justificativa para os privilégios da nobreza que Arendt identifica os primórdios do que futuramente irá tornar-se uma matriz para a interpretação da decadência da sociedade europeia. Na França do século XVIII, o pensamento racista surge como uma reação da nobreza diante da formação do Estado Constitucional Burguês. Desejando justificar os seus privilégios como direitos de um povo conquistador, os nobres franceses associavam-se à ideia de uma aristocracia germânica de caráter internacional. Intelectuais franceses de origem

⁶¹ Particularmente, na Parte II, Capítulo 2 (pensamento racial antes do racismo) e 3 (raça e burocracia), p. 188-252.

⁶² Embora seja necessário reconhecer o caráter controverso da noção de ideologia, ela será utilizada, para a finalidade da argumentação aqui desenvolvida, a partir da definição de Arendt, sem um maior desenvolvimento sobre o tema, pois assumir tal intento seria ir além da finalidade desse trabalho. Para Arendt (1989 p.189), as ideologias são “sistemas baseados numa única opinião suficiente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-los nas experiências e situações da vida moderna... Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo”.

nobre, para o quais a nobreza francesa distingue-se do resto da população por sua origem germânica, utilizavam-se desse argumento para defender a ascendência deles sobre o conjunto da sociedade, como decorrente do direito de domínio do conquistador franco sobre o conjunto da população gaulesa.

Conforme aponta Arendt:

“É um fato curioso que, desde o momento em que os nobres franceses, em sua luta de classe contra a burguesia, descobriram pertencer a uma outra nação, descender de outra origem genealógica e estar mais intimamente ligados a uma casta internacional do que ao solo da França, todas as teorias raciais francesas tenham apoiado o germanismo ou, pelo menos a suposta superioridade dos povos nórdicos em relação aos seus próprios compatriotas” (Idem, 1989, p. 194).

Ainda de acordo com a referida autora, distinta é a formação do pensamento racista na Alemanha século XIX. Enquanto na França essa modalidade de pensamento se forma como uma justificativa para a manutenção dos privilégios de uma aristocracia de caráter internacional, na Alemanha ele irá se constituir como uma defesa da necessidade de afirmação nacional alemã, em uma quadra histórica em que o Estado Nacional Alemão ainda não havia se formado. Nesse caso, o pensamento racista era uma ideologia que tinha como objetivo organizar uma comunidade nacional a partir de uma língua comum.

Nesse período, o pensamento racista fundamenta-se em um argumento que é mais histórico (no caso francês) ou político (no caso alemão), do que na suposição da superioridade de uma raça humana sobre outra. Será com o intelectual francês e nobre decadente Athur Gobineau (1816-1880), que a ideia de uma humanidade poligenista irá adquirir as características e o status de uma teoria explicativa do desenrolar da história humana. Nele, a mistura de sangue se tornará a causa da decadência das civilizações.

No livro *Ensaí sur L'inégalité des races humaines*⁶³ de 1853, Gobineau pretende ter descoberto a razão do declínio das civilizações. Ao confundir o processo de desclassificação social por que passava a nobreza, naquele contexto,

⁶³ Paris, Librairie Fimin-Didot, 1884.

com a decadência da sociedade, ele encontrará na mistura de sangue a razão decadência. Segundo Harendt:

“Assim, passo a passo identificou a queda do seu próprio castelo com a queda da França, com a queda da civilização ocidental e, finalmente, com a de toda humanidade, chegando à descoberta (pela qual foi tão admirado por escritores e biógrafos pósteros) de que a queda das civilizações de deve a degenerescência da raça, e de esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue. Isso explica – logicamente – que, qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba preponderando” (Idem, p. 203).

O que chama atenção nesse movimento intelectual é a sua base social, pois geralmente trata-se de movimentos de origem aristocrática ou de grupos que, através dessas teorias, tentam justificar ou assegurar privilégios em função da descendência familiar ou do pertencimento a um grupo com supostos méritos superiores ao conjunto da sociedade, como no caso dos intelectuais acadêmicos alemães. Em ambos os casos são correntes de pensamento de origem aristocrática, setores da sociedade que se percebem ameaçadas na pose dos seus meios de distinção social.

Elaboradas nas nações europeias, as teorias raciológicas modernas, apesar das diferenças nacionais e individuais de cada autor, partiam sempre do suposto da superioridade da raça branca europeia diante das outras raças, seja por suas características mentais, físicas ou, no caso do determinismo mesológico, pelos fatores do meio geográfico no qual se originou determinada população. O racismo como teoria da história e do comportamento humano foi parte fundamental da política imperialista europeia, principalmente na África. Nesse caso, tinha-se a negação do humano como uma justificativa para a exploração e escravização dos homens e mulheres negras.

Em uma obra elaborada pós Segunda Guerra Mundial, com a onipresença do holocausto nazista, a pensadora alemã chama atenção para o fato de que o racismo não era um fenômeno exclusivamente alemão, mas fazia parte da opinião pública europeia. Conforme aponta Arendt:

“A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia. Em meados do século XIX, as opiniões racistas eram ainda julgadas pelo critério da razão política: Tocqueville escreveu a Gobineau a respeito das doutrinas deste último que ‘elas são provavelmente erradas e certamente perniciosas’. Mas já no fim daquele século, concederam-se ao pensamento racista dignidade e importância, como se ele fosse uma das maiores contribuições espirituais do mundo ocidental” (Idem, 188-9).

Se as concepções racistas realizaram através do nazismo associação entre uma convicção eugénista e um sistema político totalitário, que causou milhões de mortos e deixou profundas sequelas morais e políticas à humanidade, todavia, em outros contextos, elas surgem de formas menos violentas e sem apelos brutais a destruição dos que são considerados inferiores. A autora refere-se ao resgate da ideia de uma origem tribal comum, como a essência da nacionalidade formulada pelos nacionalistas alemães do século XIX, que junta com “a ênfase que os românticos davam à personalidade inata e à nobreza natural que prepararam a Alemanha, intelectualmente, para pensar em termos racistas” (Idem, 200).

Paul Gilroy, autor inglês, contemporâneo, desenvolve uma reflexão sobre esse tema deixando explícito entrelaçamento entre a trama dos conceitos e as consequências políticas dessas reflexões teóricas. Assim, pensando em outro contexto e a partir de outras referências políticas culturais, referindo-se aos afrodescendentes, ele afirma que o uso do conceito de raça pelas populações segregadas foi parte de um amplo e complexo movimento de resistência, que os permitiu inverter “as polaridades do insulto, brutalidade e desprezo no sentido de transformação inesperada em importantes fontes de solidariedade, alegria e força coletiva” (GILROY, 1997, p. 30). No entanto, esse argumento desenvolve-se no sentido de que esses grupos terão que ser persuadidos à renúncia deliberada da raça, com a desconstrução dessa noção, mesmo em sua forma de solidariedade comunitária.

Segundo Gilroy (2007),

“O poder subvalorizado de similaridade humana tão óbvia e quase banal, tão próxima e basicamente invariável que passa em geral despercebida, confirma também que a crise do raciocínio raciológico acena com uma oportunidade importante, apontando para a possibilidade de deixar a ‘raça’ para trás, de colocar de lado seu uso mutilador à medida que saímos do tempo em que se podia esperar que ela fizesse sentido” (p. 50).

Gilroy retoma o tema do processo de formação do racismo científico, ou do pensamento raciológico. Para esse pensador, a noção de raça, como ainda é largamente usada no senso comum, é uma invenção moderna. Embora o autor ressalte que não desconhece que havia uma brutalidade e segregação anterior ao enquadramento das diferenças humanas a partir de critérios científicos, é necessária essa localização do surgimento de um racismo científico com o período de consolidação da ciência e dos Estados Nacionais, pois:

“Este limiar é importante por definir o ponto de ligação da ‘raça’ com a racionalidade e a nacionalidade. É o início de um período em que a deferência pela ciência, pelos cientistas e pelo discurso científico em torno da “raça” começou a criar novas possibilidades e orquestrar novas variedades de conhecimento e de poder centrados no corpo, o que Foucault denomina de ‘anatomia política’” (Idem, p. 53).

Uma grande variedade de discursos científicos, que valorizou significativamente a morfologia física, criou uma forma de percepção das diferenças humanas a partir raça, valorizando as marcas somáticas e associando-as a características essenciais, produzindo o que Gilroy (2007) chamou de “verdade da raça” (p. 56), na qual “ossos, crânios, cabelo, lábios, narizes, olhos, pés, genitália e outras marcas somáticas de ‘raça’ têm um lugar especial nos regimes discursivos...” (Idem, p. 56). Dessa forma, cria-se a partir daí uma associação do logos com o ícone, da racionalidade científica com a estética, cuja utilização de coleção de imagens de povos de tipos diferente teve um papel fundamental.

Essas referências permitem a compreensão do processo de formação de uma percepção racializada dos seres humanos, envolvendo também um processo de

educação dessa percepção. Ao resgatar a ideia de epidermização do psiquiatra antilhano Frantz Fanon (1925-1961), Gilroy refere-se a um olhar racializado, que não consegue ir além da membrana que reveste a pele, “um olhar fixo do observador não penetra essa membrana, mas repousa sobre ela e, ao fazê-lo, recebe as verdades da diferença racial vindas do outro corpo” (Idem, p. 69).

O autor trata também da cumplicidade de autores que foram pilares fundamentais do pensamento moderno com o pensamento racial. Tomando Immanuel Kant (1724-1824) e George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) como referência, ele vai estabelecer relações entre a obra desses autores e o período histórico em que havia um franco casamento do pensamento racional com a exploração colonial, com os critérios da razão sendo usados para justificar a dominação política e a exploração econômica, inclusive através da escravidão.

Nos dois filósofos alemães, há passagens em que os negros são excluídos das garantias e projetos universais elaborados a partir do pensamento moderno. Para Hegel, os negros por natureza eram incompatíveis com a ideia de um arranjo constitucional. Encontrando-se em um estágio em que predominava a sensualidade, seriam incapazes de reconhecer as “leis espirituais universais”⁶⁴. Já com relação a Kant, o autor recupera algumas de suas ideias no campo estético, nas quais ele estabelece uma diferença essencial entre os negros e os brancos no que diz respeito às suas capacidades mentais, destituindo o negro de qualquer humanidade, excluindo-o do seu projeto cosmopolita de humanidade, uma vez que “as esperanças democráticas e os sonhos de Kant simplesmente não podiam abarcar a humanidade negra” (Idem, p. 83-4).

Assim, conforme aponta Gilroy:

“Desta perspectiva, a modernidade pode também servir para introduzir os problemas colocados pela relação do capitalismo, da industrialização e da democracia com a emergência e a consolidação do pensamento sistemático de raça. O conceito emoldura estas indagações sobre a conexão entre a racionalidade e irracionalidade ao dirigir a atenção para laços entre as tipologias raciais e a herança do Iluminismo. Faz com que aquele acordo decisivo seja fundamental

⁶⁴ Gilroy refere-se à seguinte passagem de A História da Filosofia de Hegel “Turning our attention in the next place to the category of *political constitution*, we shall see that the entire nature of this race is such as to preclude the existence of any such arrangement. The standpoint of humanity at this grade is mere sensuous volition with energy of will; since universal spiritual laws (for example, that of the morality of the Family) cannot be recognized here. Universality exists only as arbitrary subjective choice” (HEGEL, 2001, 114).

para a tarefa de perceber como o conhecimento e o poder produziram verdades da 'raça' e da 'nação' próximo do ápice das reflexões modernas sobre a individualidade, subjetividade e ontologia, tempo verdade e biologia" (Idem, 78-9).

Se contemporaneamente essas modalidades de pensamento perderam o seu prestígio, no mundo científico do século XIX elas tinham larga influência, servindo de referência para a construção de modelos racializados de compreensão do comportamento humano, estabelecendo o ponto de partida para algumas das teorias evolucionistas da história, mas também servindo de pressupostos de práticas médicas, psicológicas, criminalísticas, particularmente quando associavam o comportamento individual, ao caráter, as práticas culturais e políticas ao pertencimento racial.

3.2 O contexto brasileiro e algumas influências do pensamento euclidiano

No final do século XIX, o Brasil era definido por alguns intelectuais como um país onde a miscigenação se realizava de forma intensa. Geralmente, informados pelas teorias do evolucionismo biológico, os diversos observadores europeus e de outras nacionalidades que por aqui tiveram, viam na presença de uma grande população de "raças cruzadas" um problema civilizacional, pois para esses observadores, os cruzamentos geravam uma população fisicamente feia e moralmente viciada.

O cientificismo de cunho evolucionista foi a forma como o meio intelectual brasileiro integrou-se ao moderno pensamento científico das ciências humanas. Geralmente, utilizando-se de autores que tiveram pequena recepção em seu meio de origem e que não representavam as correntes predominantes pelo quais se consolidaram as modernas ciências humanas, esses autores eram adaptados em função das demandas políticas uma sociedade fortemente hierarquizada, criando uma forte presença das teorias "que priorizavam o tema racial na análise dos problemas locais" (SCHWARCZ, 1995, p. 14). As escolhas intelectuais dos nossos cientistas não foram fruto do acaso. Como demonstra Schwartz, ele foi "Introduzido de forma crítica e seletiva, transformando-se em instrumento conservador e

autoritário, na definição de uma identidade nacional e no respaldo de hierarquias sociais já bastante cristalizadas” (Idem, p. 42).

Nesse contexto, os cientistas brasileiros eram parte de um universo intelectual aristocrático, cujos limites entre os diversos campos do conhecimento ainda não haviam sido claramente demarcados e que também havia clara promiscuidade entre as instâncias acadêmicas e científicas e as instâncias políticas, propriamente ditas. Eles constituíram-se, em sua maioria, em produtores de um conhecimento racializado, no qual estava presente uma discussão política relacionada à construção do estado nacional e a identidade nacional brasileira, junto com a elaboração de formas de intervenção social.

O racismo científico era partilhado por uma parcela muito expressiva dos intelectuais brasileiros do período tratado. O uso da ideia de raça associada às práticas científicas e profissionais, principalmente no campo médico, coadunava-se com uma sociedade em que os negros e seus descendentes foram excluídos da participação na vida pública brasileira. O racismo científico não pode deixar de ser visto como cúmplice de políticas discriminatórias em relação à população mais pobre, em sua maioria descendente de africanos, como a política migratória, ou nas práticas de controles das religiões de origem africana, geralmente relacionando-as a doença mental.

3.3 Nina Rodrigues: uma presença sub-reptícia

Um exemplo dessa modalidade intelectual foi o maranhense, radicado na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Professor do curso da Faculdade de Medicina da Bahia, médico legista, ele desenvolveu estudos no âmbito histórico e etnográfico sobre as etnias africanas no Brasil, escrevendo trabalhos nos quais pretendeu associar as suas pesquisas sobre as culturas de origem africana na cidade de Salvador e as teorias da antropologia criminal. Adepto da antropologia biológica e a da sociologia evolucionista de Herbert Spencer, publicou inúmeros trabalhos em que associava a relação entre crime e loucura com a condição racial.

O seu primeiro livro, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* de 1894, é o marco da sua adesão à medicina legal e às ideias do psiquiatra

italiano Cesare Lombroso (1835-1909). Lombroso⁶⁵, um dos autores a quem o livro de Nina Rodrigues é dedicado, ficou conhecido por suas teorias a respeito do criminoso nato e do atavismo, que se tornaram um dos fundamentos teóricos do direito positivo, doutrina jurídica que negava a teoria do livre arbítrio e procurava estabelecer as causas científicas para a ação criminosa. O autor será interpretado por Nina Rodrigues enfatizando uma dimensão racial, o que não é tão presente no autor italiano.

Reivindicado como precursor de vários campos do conhecimento no Brasil, Nina Rodrigues se destaca nas ciências humanas por estudos etnográficos junto à população africana ainda sobrevivente na cidade de Salvador e da preservação da herança cultural desses indivíduos através dos seus descendentes, principalmente com relação às práticas religiosas. Escritor prolífico legou uma vasta obra, em que estudos históricos e etnográficos estão juntos com análises médicas e periciais sobre comportamento criminal.

Apesar dos seus estudos sobre a sobrevivência da cultura africana ter sido um material importante para compreensão da diferença cultural entre os diversos povos que formavam a população escrava na Bahia, o fundo racial da sua compreensão ligava essas diferenças aos fatores biológicos e mentais que, para ele, eram constitutivas da distinção entre os seres humanos. Por isso, é preciso ter em mente que, para Nina Rodrigues: “A raça é assim o elemento crucial de seu argumento a respeito da debilidade, física e mental, da população brasileira e, finalmente, de sua debilidade cultural” (CORREA, 1998, p. 190-1).

Uma das características de sua obra é preocupação com os comportamentos coletivos, como afirma Correa:

“Mesmo antes de terminar o curso de medicina, quando recém-formado, seus primeiros trabalhos mostram uma ênfase no estudo do comportamento de grupos sociais tentando a extrapolação de análises de caso individuais. Não só as doenças dos indivíduos os interessavam, mas também todas as manifestações de ‘patologia social’, desde os estudos de hábitos alimentares que considerasse

⁶⁵ No seu estudo clássico sobre a obra de Nina Rodrigues, Mariza Correa define Lombroso como: “O nome mais conhecido dentre os médicos antropólogos do século passado [...] criador da antropologia criminal e que, não satisfeito em pesar e medir o crânio e seu conteúdo, criou toda uma taxonomia de traços faciais e corporais, os estigmas, que permitissem detectar o que subsistia de nossos ancestrais primitivos nos homens e mulheres contemporâneos, levando-os ao crime e à loucura” (CORREA, 1998, p. 89).

nocivos à saúde da população até o de moléstias endêmicas e epidêmicas” (Idem, p. 102-3).

Os seus trabalhos têm por base uma compreensão da história em que a raça é um estágio civilizatório. E, nessa perspectiva, ele argumenta que um cientista não avalia ou julga os indivíduos pelos méritos ou virtudes individuais dos que constituem uma determinada raça, mas ao estágio evolutivo em que se encontra a raça da qual ele faz parte.

Para esse autor,

“os destinos de um povo não podem estar a mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência, que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas. Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados” (NINA RODRIGUES, 2004, p. 18).

Ainda na compreensão de Nina Rodrigues, a inferioridade mental da raça negra é incontestável; o que a colocaria em uma condição de eterna inferioridade pela sua dificuldade em assimilar os elementos da civilização moderna. Essa assimilação, na raça negra, é processo extremamente moroso devido ao seu atraso mental. Por isso, diante de um mundo que vivia intensos processos de transformação, não se deveria cultivar ilusões de que os negros pudessem evoluir ao nível de uma sociedade civilizada. Segundo ele:

“Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, os suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceber, pois, aos negros com em geral aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua incapacidade social” (NINA RODRIGUES, 2004, p. 296).

Há, nesse aspecto, a reprodução da compreensão do pensador inglês Herbert Spencer⁶⁶ (1820-1903), pois o sociólogo inglês acreditava que a mestiçagem é um processo negativo tanto para raça superior quanto para raça inferior. Estudando o mestiço do ponto de vista legal, ele entendia que a atitude criminosa dos indivíduos nessa condição, assim como os negros, deveria ser compreendida como manifestação um comportamento selvagem, uma revivescência atávica, a que o mestiço, pela presença da herança negra, estava irremediavelmente condicionado, pois “Mesmo nos mestiços mais disfarçados, naqueles em que o predomínio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atávico do selvagem” (NINA RODRIGUES, 1933, p. 163).

Nina Rodrigues será citada uma única vez em *Os Sertões*, numa passagem em que Euclides da Cunha menciona a importância dos seus estudos sobre as diferentes culturas africanas, importância ao mesmo tempo relativizada, pois o autor, na consequência do seu raciocínio, afirma que apesar das diferenças existentes, a condição de selvagem as unifica em um mesmo estágio civilizatório. Todavia, é patente sua influência na compreensão do mestiço e da ideia de atavismo, além de outros aspectos específicos do texto euclidiano que serão tratados no próximo capítulo.

⁶⁶ Spencer é largamente citado *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Na página 133 Nina Rodrigues (1933) faz uma longa citação do livro *Essais scientifiques*, (Paris, 1879), na qual Spencer refere-se às consequências negativas do cruzamento entre raças humanas diferentes. Ver Spencer, (1879, p. 208). Apesar de Euclides da Cunha em nenhum momento mencionar Spencer em *Os Sertões*, a passagem em que ele refere-se aos efeitos negativos das misturas entre as raças tem um parentesco muito forte com as ideias do pensador inglês, acrescentando-se a isso a ideia da separação da humanidade entre uma raça superior e demais raças inferiores, que é um ponto de partida básico de Spencer é também uma referência importante no pensamento de Euclides. Ver Cunha (1997, p. 100). Todavia, esse é um tema controverso entre os estudiosos, Amory (2009), por exemplo, defende um ponto de vista oposto sobre o tema, para ele: “pode-se afirmar mais do que depressa que Gumpowicz foi o único teórico de raças europeu que Euclides adotou claramente, e o racismo que aparece no notório ‘Um parêntese Irritante’ em ‘O Homem’ não deve nem um pouco ao opúsculo ‘A loucura epidêmica de Canudos’, do psicólogo forense baiano Raimundo Nina Rodrigues” (167-8). O tema da influência de algumas teses de Nina Rodrigues no pensamento de Euclides será retomado no próximo capítulo.

3.4 Gumplowicz: uma leitura forçada

Ludwig Gumplowicz (1838-1909) é uma das referências teóricas mais explícitas n' *Os Sertões*. Citado logo na *Nota Preliminar*, em que é mencionado o seu “lance genial” de ter percebido “no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” a “força motriz da história” (CUNHA, 1998, p. 14), ele também será lembrado na passagem em que Euclides tenta explicar a originalidade do mestiço sertanejo, mostrando que esses indivíduos viviam em sua índole interior o combate que era a força motriz da história, a luta da raça forte para esmagar a raça mais fraca. No entanto, o autor pondera que “O grande professor de Graz não a considerou sob esse aspecto” (Idem, Idem, p.102), e conclui que o mestiço é um elemento perturbador da lei geral.

No epistolário Euclidiano, também ficou registrada a sua admiração pelo professor polonês. Em carta a Araripe Junior, escrita em plena efervescência causada pela publicação de *Os Sertões*, Euclides da Cunha fez questão de frisar: “Sou um discípulo de Gumplowicz, aparada todas as arestas duras do ferocíssimo gênio saxônico. E admitindo com ele a expansão irresistível do círculo singenético dos povos...” (CUNHA, 1997, p. 151)⁶⁷. Mais de um ano depois, escrevendo a Coelho Neto, fala da sua reclusão na Ilha de Guarujá e do conforto que a companhia dos seus autores favoritos proporcionava, “de sorte que passo a melhor das vidas às voltas com o gárgulo H. Heine ou com o Gumplowicz terrivelmente sorumbático” (Idem, p. 218)⁶⁸.

Gumplowicz nasceu na Cracóvia em 1838. Na época, uma república independente, hoje parte da Polônia. Advogado, também foi professor na área de direito administrativo e constitucional da Universidade de Graz na Áustria, onde morreu no mesmo ano do autor de *Os Sertões*. O seu livro mais conhecido é *Rassenkampf* (A luta de raças), publicado originalmente em alemão no ano de 1883, e traduzido para o francês em 1893, a língua na qual, provavelmente, Euclides da Cunha teve acesso a ele. Nessa obra, há uma teoria geral sobre a dinâmica da sociedade, baseada em leis naturais, que o autor supõe válidas para toda a história humana, conhecida até a época em que escreveu o livro.

⁶⁷ Lorena, 27 de fevereiro de 1903.

⁶⁸ Guarujá, 07 de agosto de 1904.

Defensor do poligenismo, Gumpłowicz, no entanto, não hierarquiza as raças a partir da sua suposta origem diferenciada, “assim, a diferença no aspecto das raças humanas não significa alguma desigualdade potencial” (COSTA LIMA, 2000, p. 41). De acordo o sociólogo polonês, o que diferenciava as diversas comunidades humanas era a forma de organização do poder, que se dava pela subordinação dos grupos vencidos, o que resultava na fusão ou superposição com os outros grupos, da mesma ou de uma etnia diferenciada.

A tese básica do autor polonês é a de que a luta de raças exerce o papel de força motriz da história. Para ele, “La lutttes des race pour la domination, pour Le pouvoir, la lutte sous tous se formes, sou une forme avouée e violente, ou latente et paisible, est done príncipe propulseur propirment dit, la force motrice da l’histoire” (GUMPLOWICZ, 1883, p. 217).

Luiz Costa Lima, pesquisador atento às fontes de onde foram extraídos os fundamentos teóricos de *Os Sertões*, afirma, referindo-se a Gumpłowicz, que: “Euclides não soube perceber a singularidade da sua posição, a qual, entretanto, teria sido capaz de provocar, por seu antibiologismo, a emersão de um prisma completamente diverso da história particular da guerra e geral do país” (COSTA e LIMA, 1997, p. 31). E outro momento, ele afirma de forma direta: “Euclides não o entendeu” (COSTA LIMA, 2000, p. 43).

Costa Lima também identificou no sociólogo polonês uma noção de raça com um sentido mais sociocultural, mais próxima da ideia de nacionalidade e de etnia, do que de uma definição de raça construída a partir de critérios biológicos. Portanto, uma visão da história em que os indivíduos estariam presos a sua condição biológica e racial não encontraria fundamentos nas elaborações do sociólogo polonês.

A luta pela subordinação de elementos heterogêneos implica uma relação de dependência ou de subordinação. Dessa forma, Costa Lima conclui que:

“a aliança ou a hostilidade entre os grupos é definida em termos políticos e sociais, em função do poder a manter, a expandir ou a conquistar. Ou ainda, conforme escreve o autor, em decorrência da divisão do trabalho e não de motivos biológicos” (Idem, p. 42).

Para Gumplowicz, a noção de raça é compreendida como produto de processos históricos, nos quais os elementos históricos e culturais, ou os “fatores intelectuais” são mais importantes. No entanto, ele não deixa de atribuir à unidade de sangue o papel de “cimento que mantém esta unidade”. Para o professor de Graz:

La notion de race, aujourd’hui, ne peut jamais et nulle part être simplement une notion de science naturelle, dans le sens étroit du mot; elle n’est plus, partout, qu’une *notion historique*. La race n’est pas le produit d’un simple processus naturel dans la signification que ce mot a eue jusqu’à présent; mais elle est un *produit du processus historique* qui est, du reste, lui aussi, un processus naturel. La race est une unité que, au cours de l’histoire, s’est produite dans le développement social et par lui. Ses facteurs initiaux, nous les verrons, sont intellectuels: la langue, la religion, la coutume, le droit, la civilisation, etc. Ce n’est que plus tard qu’apparaît le facteur physique: l’unité du sang. Celui-ci bien plus puissant: il est le ciment qui maintient cette unité (GLUMPOWICZ, 1893, p. 192).

Todavia, mais adiante, ele esclarecerá que a unidade de sangue não produz modificações sensíveis no espírito. Conforme aponta Costa Lima,

“Por consequência, o próprio privilégio que, posteriormente no tempo, seria concedido ao sangue haveria de ser entendido dentro de coordenadas sociais e não biológicas. A comunidade de sangue não seria naturalmente estabelecida porque não passaria doutro nome para a comunidade de interesses, efetivos e ou potenciais” (COSTA LIMA 1997, p. 29).

A leitura de *Rassenkampf* demonstra que Euclides da Cunha, ao construir as referências intelectuais a partir das quais interpretou a Guerra de Canudos, não só recorreu a autores deterministas, como leu esses autores, enfatizando o determinismo biológico, como é exemplar o caso da sua apropriação do sociólogo polonês. Nessa fundamentação, está a forma como Euclides via o destino da nação que estava sendo decidido em Canudos. Para Costa Lima (1997), subestimar a importância desses elementos deterministas em Euclides da Cunha seria diminuir o escopo de *Os Sertões*, transformando-o em um mero relato sobre a Guerra, tirando o seu caráter de uma reflexão sobre a nacionalidade, e a denúncia da civilização de empréstimo que se formava no litoral.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE RAÇA

4.1 Algumas referências históricas

Antonio Conselheiro tornou-se, com o decorrer do tempo, um importante personagem da história nacional, merecendo reverência e admiração de movimentos associados às lutas populares, estudos acadêmicos sobre os seus escritos e reflexões que buscam um sentido maior para a guerra que ocorreu naquele recanto, ainda hoje ermo, do sertão da Bahia. Não era essa a visão que Euclides da Cunha tinha do líder religioso. Ao contrário, expressou sempre uma visão depreciativa do indivíduo que, naquele momento histórico, galvanizou aquela comunidade. O processo de construção do personagem e os fundamentos teóricos que ele utilizou para compreendê-lo serão analisados nesse tópico. Antes da análise propriamente, será feita uma breve reconstrução histórica sobre Canudos e a trajetória de Conselheiro, na tentativa de inseri-lo em uma perspectiva histórica distinta da análise euclidiana.

Embora *Os Sertões* tenha se tornado uma obra fundamental para o resgate histórico da Guerra de Canudos, a pesquisa contemporânea, realizada pelos mais diversos cientistas sociais, possibilitou a recuperação de informações históricas e uma reinterpretação da Guerra de Canudos sob a ótica dos métodos e categorias analíticas das ciências sociais modernas. Esses estudos serviram para construir uma interpretação que insere a comunidade conselheirista dentro de um conjunto de referências políticas, culturais e religiosas mais amplas, trazendo à luz um conjunto de aspectos e motivações que envolveram o conflito, mas que estão ausentes na obra de Euclides da Cunha.

Baseados em anos de rica pesquisa documental, realizada por estudiosos das mais diversas áreas, esses estudos permitem inserir Canudos no âmbito dos conflitos políticos entre as oligarquias locais, compreender a cultura religiosa das populações sertanejas e, também, de como as disputas políticas em nível local e nacional refletiram no tratamento recebido pela comunidade conselheirista por parte dos governos, tanto federal como estadual.

Uma perspectiva importante sobre o conflito no interior do sertão da Bahia é a de Consuelo Novais Sampaio. Em um ensaio publicado como introdução a um livro que reúne um conjunto de cartas para o Barão de Geremoabo (*Canudos: a construção social do medo*)⁶⁹, do qual ela foi organizadora, a autora descreve de forma aguda, embora sumária, as motivações políticas dos principais integrantes do *status quo* baiano e nacional diante do conflito de Canudos. Para Sampaio (1999), os dilemas da jovem República e a nova relação de forças no interior da elite baiana, causada após a implantação do novo regime, foram fatores onipresentes e determinantes na natureza que assumiu o conflito em Canudos.

A ideia que fundamenta o ensaio, anteriormente mencionado, é a de um medo socialmente construído, distinto, portanto, do medo costumeiro que afligia a população do sertão nordestino, em sua carência cotidiana. Os medos costumeiros estavam relacionados aos fatores climáticos, os castigos vindos das transcrições religiosas, ao poder arbitrário dos chefes políticos e outros. O medo socialmente construído seria o que se disseminou a partir da reprodução das histórias sobre as ameaças que os homens de Conselheiro faziam aos proprietários da região. Essa construção teve como artífices, tanto as facções políticas em luta pelo poder, como a igreja católica e o exército republicano. Para a autora: “O medo de Canudos foi um *medo construído* pelos de cima, com o propósito de enfraquecer e mesmo aniquilar forças adversárias, numa disputa cruenta pelo poder político no interior de uma mesma classe social” (SAMPAIO, 1999, p. 32, grifos da autora).

Após analisar os diversos interesses em conflito e como o “fantasma da restauração monárquica”, representado pelo Conselheiro, foi utilizado para justificar o aniquilamento de Canudos, a autora conclui: “Foi a disputa pelo poder, na Bahia e na Capital Federal, que conferiu a Canudos a dimensão nacional” (Idem, p. 53).

Uma impressão disseminada pela obra de Euclides é a de que Canudos era uma comunidade isolada, separada do progresso e da civilização do litoral por três séculos de isolamento, segundo expressão recorrente em *Os Sertões*. As pesquisas mostram que a vida e a luta daquela população envolviam fatores mais complexos⁷⁰. A comunidade que se organizou nas margens do rio Vaza-Barris, durante a sua

⁶⁹ Em Sampaio, Consuelo Novais (Org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

⁷⁰ Recuperamos e resumimos aqui informações e análises presentes em algumas obras contemporâneas sobre Canudos, principalmente Galvão (2001), Levine (2005) e Calazans (1986). Essa contextualização tem somente a intenção de contextualizar os acontecimentos históricos, sem, no entanto, ter a intenção de esgotar ou fazer uma análise mais profunda daquela realidade.

curta existência, apesar de sua natureza mística, não perdeu as características de uma comunidade laica do interior do sertão nordestino. Foi uma cidade próspera e inserida no universo político e econômico do sertão baiano, tendo desenvolvido em seu cotidiano aspectos de um relativo progresso, se comparado com as demais cidades da região. Chegou a desenvolver intenso comércio e diversos tipos de relações com outras cidades, inclusive com alguns proprietários que tinham fazendas próximas de onde estava situado Canudos.

Figura central do conflito de Canudos, Antônio Conselheiro permanece até hoje muito pouco conhecido no cenário histórico brasileiro. Todavia, atas das sessões da Assembleia Legislativa da Bahia, artigos de jornais, cartas e livros que mencionam encontros e contatos com o líder religioso e permitem reconstituir passagens de sua biografia, principalmente de sua trajetória de pregador no sertão nordestino e o convívio, na maioria das vezes, pacífico com seus vizinhos poderosos. O líder religioso era ascético e intransigente, mas capaz de desenvolver alianças e estabelecer acordos com as lideranças locais tradicionais, como fazendeiros e deputados.

As poucas informações sobre sua vida anterior a vida de peregrino dão conta de uma figura de trajetória atribulada, filho de um pai violento e irascível e que, após a morte do pai, teve muito cedo que assumir o sustento da família. Outro episódio marcante em sua biografia foi o abandono por parte da esposa, que teria fugido com um soldado da polícia. Além do fato em si, esse episódio adquire uma maior relevância ao se considerar os códigos de valores predominantes no sertão, e na sociedade brasileira como um todo, no que diz respeito à infidelidade conjugal feminina. Situação frequentemente resolvida pela morte de um dos infiéis, ou da vítima da infidelidade.

Relatos dão conta de uma peregrinação de mais de vinte anos no sertão do nordestino e de uma intensa atividade religiosa por parte de Antônio Conselheiro, antes da criação de Canudos. Particularmente, pelo sertão da Bahia, na região do município Itapicuru, perto da região onde ele refugiou-se para a criação da cidade de Belo Monte, erguida as margens do rio Vaza-Barris, na área de uma fazenda abandonada. Várias pessoas registraram a sua impressão sobre certo beato, de cabelo e barba longa, vestido com uma batina de brim e olhar carismático, que peregrinava entre o sertão da Bahia e o de Sergipe. Euclides da Cunha (1997) o descreve com tendo:

“cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão, em que se apoia o passo tardo dos peregrinos...” (CUNHA, 1997, p. 141-3).

Quanto a sua pregação, o mesmo autor afirma que:

“Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das *Horas Marianas*, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...” (Idem, p. 147).

Apesar da atitude arrogante, denunciada por alguns párocos ao arcebispo da Bahia, e da condenação por parte destes às pregações do Conselheiro, que o viam como um concorrente, ele realizava uma pregação pacífica, aceita, em algumas paróquias pelos próprios padres. Vários deles, inclusive, mantinham uma posição de amizade, permitindo que Conselheiro utilizasse o interior de seus templos para suas pregações e usavam o trabalho dos seus seguidores para a reforma e construção de igreja e cemitérios.

Apesar do grande número de seguidores, Conselheiro⁷¹ nunca assumiu funções sacerdotais e não existem registros de que tenha reivindicado para si algum poder de natureza divina. Os batismos, sacramentos e casamentos entre os seus seguidores eram realizados pelos padres e segundo rituais tradicionais da igreja católica. Embora tivesse uma atitude de censura com relação ao clero, as suas críticas tinham por premissa um catolicismo conservador, baseado em uma moral rigorosa, que prescrita pela igreja em sua doutrina, não era seguida por uma parte considerável dos padres daquela região, principalmente no que diz respeito ao celibato⁷² e à assistência aos pobres.

⁷¹ Robert Levine (Op. cit.) esclarece que o título de conselheiros é “título religioso oitocentista que poucos sertanejos chegaram a receber. Enquanto beatos, assim consagrados pelos vigários paroquianos, pediam pela alma dos pobres, os conselheiros pregavam e davam instruções não só a respeito de problemas espirituais como também terrenos, como por exemplo, casamentos problemáticos ou crianças desobedientes. Tanto conselheiros como beatos eram comuns no sertão, uma região extremamente pobre no que diz respeito à presença de clérigos seculares” (p.186).

⁷² Sobre a relação dos padres com celibato no Brasil do século XIX, ver Freyre (2000, p. 495-9).

Seguindo uma tradição largamente disseminada no Nordeste, Conselheiro tornou-se padrinho de uma infinidade de afilhados, o que se configurou um elemento importante na construção da fidelidade daqueles que se armaram para defender Canudos. Para Galvão,

“A relevância desse componente se acentua quando se pensa que o laço espiritual, que assim se criava, tornava um compadre do Conselheiro e de Nossa Senhora infenso ao laço social interclasses costumeiro no apadrinhamento de um pobre por um potentado local. Assim, todas as pessoas implicadas nesta outra rede como que sutilmente se subtraíam à estrutura de poder vigente, entrando numa outra, concorrente daquela. Quando chegar a hora e o padrinho lançar uma convocação, compadres e afilhados acorrerão em massa em sua defesa de todos os recantos do sertão” (GALVÃO, 2001, p. 31).

Havia, entre alguns fazendeiros da região, queixas quanto à desorganização do trabalho ocasionada pela grande migração de trabalhadores de fazenda e pequenos proprietários de terra para Canudos. Também era grande o prestígio do pregador entre os negros libertos pela abolição da escravatura e junto alguns agrupamentos indígenas da região.

Habitando em comunidades remotas, os sertanejos tinham um contato pouco frequente com padres ou clérigos de uma maneira geral. Portanto, desenvolveram uma concepção original de catolicismo, cujos dogmas e as santidades da igreja católica associavam-se às concepções animistas das religiões africanas e indígenas. Dessa forma, acarretando uma intensa intimidade entre o crente e o santo de sua devoção. Tratado como uma pessoa da família, o santo era a presença mais efetiva do que os padres e bispos, e era a eles, nas constantes adversidades por que passavam os nordestinos do sertão, a quem os crentes recorriam.

Assim, suprimindo essa carência de padres, pregadores leigos peregrinavam pelo sertão, desenvolvendo ao seu modo a pregação católica. Presentes na vida das pessoas para as quais pregavam, figuras como Antonio Conselheiro tinha mais a dizer aos rústicos sertanejos do que um clero rico e distante do seu rebanho.

Outro aspecto que ajuda a compreender o surgimento da comunidade que se organizou em Canudos foi a grande instabilidade política e social que se instaurou naquela região, principalmente após a proclamação da República, com a

modificação das regras que regulam o funcionamento das estruturas tradicionais de poder nos estados da recém-criada federação.

Galvão chama atenção para o fato de que:

“As populações interioranas crentes nesse catolicismo rústico, mas habituadas a um tipo de dominação tradicional estruturada pelo patriarcalismo, receberam mal os primórdios de uma modernização que as atingiu em vários pontos do país. Essa modernização, que incluía tanto a abertura de estradas de ferro (caso do Contestado) como a instauração da República (caso de Canudos), alteraria desde impostos, a moeda, os pesos e medidas, até a instituição do casamento, que deixou de ser um sacramento obrigatório para tornar-se um simples contrato civil, quando a República ordenou a separação entre a Igreja e o Estado” (GALVÃO, 2001, p. 30).

O regime monárquico, mesmo sem uma grande presença, através das instituições no cotidiano das pequenas cidades do interior, fazia-se presente pela figura patriarcal do Imperador, existindo certa organicidade com a ordem patriarcal, regulava as relações cotidianas tanto no âmbito da política como no da economia. As mudanças trazidas pela República desestabilizaram essa ordem, principalmente após a constituição de 1891, quando ocorre a mudança do sistema federativo.

4.2 “Chumbados ao plano inferior...”

Em um breve trecho da segunda parte de *Os Sertões*, que na edição crítica da Editora Ática organizada por Walnice Nogueira Galvão⁷³, não chega a completar duas páginas, estão os fundamentos a partir dos quais a religiosidade, a estratégia militar, a arquitetura das casas, o medo e as ousadias praticadas pelos jagunços, enfim, toda a vida social daqueles que se armaram para defender Canudos, serão compreendidos e julgados.

Esse trecho aparece logo após o autor abordar o processo histórico de formação do “sertanejo do norte” (p. 100). Nele, Euclides da Cunha abre um parêntese com a premeditada intenção de deixar clara a sua compreensão sobre a condição do mestiço e as consequências da mistura de raças. Para Cunha:

⁷³ Trata-se da já clássica edição crítica organizada pela professora e grande estudiosa da obra de Euclides da Cunha, Walnice Nogueira Galvão. Cunha, Euclides. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. Editora Ática: São Paulo, 1998. O trecho mencionado vai da página 100 a 102.

“A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, desponha vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é quase sempre, um desequilibrado” (CUNHA, 1997, p. 100).

Fruto de um lento processo histórico evolutivo, as diferentes raças humanas são portadoras de constituições físicas e mentais distintas. Esse fato torna o mestiço um incurável desequilibrado, por unir em um mesmo organismo características de raças que se distanciaram no seu processo de evolução. Decaídos, esses indivíduos são portadores das qualidades negativas das raças que os constituem, ser herdar, no entanto, as qualidades superiores das raças que lhes deram origem. Por isso, são indivíduos “sem a energia físicas dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (...) “chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida” (Idem, p. 101).

O autor parte do pressuposto de que as consequências desse processo de mistura entre as raças estarão sempre presentes em todas as dimensões do indivíduo, tanto no que se refere ao aspecto físico como a sua capacidade mental, produzindo seres inferiorizados do ponto de vista físico e intelectual; ao mesmo tempo portadores de “uma moralidade rudimentar, em que se tem presente o automatismo impulsivo das raças inferiores” (Idem, p. 102). Nas situações em que o “elemento étnico mais elevado” (Idem, p. 102) obriga o mestiço a conviver em uma civilização superior às suas condições mentais, o desequilíbrio torna-se inevitável.

Outro pressuposto do raciocínio euclidiano é a ideia de que as diferenças étnicas e fenotípicas entre os seres humanos constituem estágios evolutivos finais, em que a raça branca, ou indo-europeia, encontra-se no patamar mais elevado, enquanto a raça negra encontra-se no patamar inferior. No processo evolutivo que constituiu as raças humanas, o mestiço, à medida que não traz na sua constituição as conquistas que um longo processo de evolução que garantiu a cada raça em particular, é um intruso. Segundo Euclides, ele: “Não lutou, não é uma integração de

esforços; é alguma coisa de disperso e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes” (Idem, p. 101).

Esse trecho, “um parêntese irritante” ou “um divagar pouco atraente” (Idem, p. 103) nos termos do autor, aparece na parte de *Os Sertões*, em que Euclides apresenta os seus conhecimentos históricos e etnográficos sobre o homem do sertão, geralmente ressaltando uma capacidade de adaptação quase heroica a um meio adverso, quase inóspito. Mas, essas breves considerações aparecem no texto como uma declaração de princípios, necessária para alguém com compreendia que: “todo homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança” (Idem, p. 102).

Essas formulações sobre as características do mestiço fazem parte de um arcabouço teórico que estará presente na análise dos indivíduos e suas ações durante o conflito. Categorias como atavismo, revivescência e o desequilíbrio e a instabilidade, geradas pela condição de mestiço serão sempre recuperadas para interpretar os personagens individuais e as suas formas de interação social. A religião e o medo são “mestiços”, o divertimento é “anacrônico”, a coragem é “selvagem”, a honra é “primitiva” e a oposição à República é fruto de sua incapacidade intelectual de compreender uma forma de governo fundamentada em critérios e regras abstratas⁷⁴.

42.1 O sertanejo do norte

Mas, para ser fiel ao pensamento de Euclides de Cunha, nesse tema, é preciso atentar para duas frases colocadas entre vírgulas, na citação feita no início do tópico anterior, situadas na linha inicial e na última, respectivamente. Nelas, o autor deixa uma possibilidade aberta, ponderando que a mistura de raças é negativa “na maioria dos casos” (Idem, p. 100) e, no final do mesmo trecho, Euclides da Cunha afirma que o mestiço “é quase sempre” um desequilibrado, daí nada mais

⁷⁴ Encontra-se em Nina Rodrigues uma passagem que tem um parentesco bem acentuado com as concepções expressas por Euclides com relação a esse tema. Para ele: “O jagunço é um produto tanto mestiço no físico, que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provem, quanto híbrido nas suas manifestações sociais, que representam a fusão inviável de civilizações muito desiguais” (NINA RODRIGUES, s/d. p. 151).

coerente, do ponto de vista da estratégia textual e da articulação conceitual, do que iniciar a próxima parte do livro com um “entretanto”, pois, depois de discorrer sobre as características do mestiço em geral, ele irá tratar da singularidade dos mestiços que constituem o sertanejo do norte.

A passagem referida no parágrafo anterior é a seguinte:

“Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez dos caracteres fisiológicos do tipo emergente. Este fato, que contrabate, ao parecer, as linhas anteriores, é a sua contraprova frisante” (Idem, p. 102).

Mas, o que tornava o sertanejo uma singularidade nesse processo evolutivo, regido por leis tão rígidas e absolutas? A explicação de Euclides da Cunha é, ao mesmo tempo, histórica e geográfica. Segundo o autor, ocorreu um isolamento daquela população que, sobrevivendo e adaptando-se a um meio rústico, que a acolheu e a protegeu, esta conseguiu se organizar separada da civilização que se desenvolvia no litoral. Essa separação decorria tanto dos acidentes geográficos e da localização remota, quanto pelos três séculos de distância histórica, conforme o autor afirma reiteradamente no decorrer de todo o livro.

O isolamento e permanência em um estágio histórico temporão propiciaram as condições para uma evolução compatível com seu estágio evolutivo físico e mental. Essa população, vivendo isoladamente, “perdida num recanto dos sertões”⁷⁵ (Idem, p. 97), não teve a necessidade de adaptar-se a uma civilização superior a sua condição intelectual.

Recuperando um amplo conjunto de informações históricas sobre o processo do povoamento do interior do Brasil, o autor procura demonstrar que essa população

⁷⁵ Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), engenheiro, contemporâneo e amigo pessoal de Euclides da Cunha, narrou no livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1906), a sua viagem por aquela região e o contato com as populações da margem do Rio São Francisco. Ele nos fala de uma população que, apesar da distância, vivia em pleno contato com a circulação de mercadorias vindas do continente europeu, como na seguinte passagem: “Entretanto, apesar da distância e dos meios de transporte e das dificuldades vencidas, chegam aqui as mercadorias europeias por preços bem razoáveis, e ainda suportam com vantagem o frete adicional para lugares mais distantes” (SAMPAIO, 1906, p. 37). O livro foi publicado somente em 1906, mas a viagem foi realizada durante os anos 79 e 80 de século XIX.

Mais recentemente o historiador norte americano Robert M. Levine registra que já nos anos oitenta do século XIX era possível fazer metade do percurso que ia de Salvador até Canudos, utilizando-se de trem, e que a linha férrea passava por algumas cidades visitadas regularmente por Antônio Conselheiro (LEVINE, 1995, p. 124-5).

teve um processo de formação original. Fruto das antigas correntes migratórias dos paulistas do século XVII, cruzada com uma população indígena autóctone, sobrevivendo “inteiramente divorciada do resto do Brasil e do mundo” (Idem, p. 93), protegidos por um meio que “atrai-os e guardava-os” (Idem, p. 93). Era uma sociedade rude e perdida no tempo, mas era “era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (Idem, p. 93). Por isso, o sertanejo: “É um retrógado; não é um degenerado” (Idem, p. 103).

Ao reproduzir uma mitologia marcante do romantismo brasileiro, o autor acredita numa essência nacional formada pelo encontro entre a população branca de origem portuguesa e a indígena, sem a presença do negro. Ao descrever a população do sertão, Euclides identifica um processo no qual “desponta logo uma raça de curibocas puros quase sem mesclas do sangue africano, facilmente denunciada, hoje, pelo tipo físico normal daqueles sertanejos” (Idem, p. 94).

O sertanejo do norte, esse “tipo constituído e forte” (Idem, p. 103) caracteriza-se pela uniformidade dos cruzamentos que lhes deram origem; situação garantida pelo isolamento geográfico, que permitiu aquelas populações que:

“lá ficassem ablegadas, evoluindo em círculo apertado durante três séculos, até a nossa idade, num abandono completo, de todo alheias dos nossos destinos, guardando, intactas, as tradições do passado. De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que os povoam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável...” (Idem, p. 99-100).

Mais adiante, o autor aponta os traços físicos que identificam o “tipo antropológico”, a saber:

“o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente de mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura atlética, e aos mesmos caracteres morais traduzindo-se nas

mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes” (Idem, p. 100)⁷⁶.

O meio físico que serviu como “isolador étnico e isolador histórico” (Idem, p. 81) “o talhou a sua imagem...” (Idem, p. 110), num processo de adaptação àquele ambiente áspero, inapropriado para a vida, a natureza assume um papel ativo, com características sociais, prefigurando traços do próprio sertanejo. É essa mesma natureza que irá tornar-se aliada dos conselheiristas no momento da Guerra, deixando de ser um elemento neutro na hora combate para acolhê-lo e protegê-lo. Antropomorforizada, a natureza “ampara” e “abre um seio carinhoso e amigo” (Idem, p. 207) para o sertanejo. Ao mesmo tempo, que obriga o exército convencional a refluir pela impossibilidade de lidar com um meio tão inóspito. Nesse combate, a força militar do exército republicano tem que enfrentar o homem e a terra, pois a natureza toda protege o sertanejo. Esse meio constitui o homem “Talha-o como Anteu⁷⁷, indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos” (Idem, p. 207).

Esses indivíduos, frutos de circunstâncias históricas de um meio físico que os isolou e protegeu constituíram a base para uma futura raça nacional. Todavia, no esquema evolucionista, as leis da evolução são invioláveis. A sua a condição de mestiço os colocavam em descompasso com a civilização mais avançada, somente um isolamento de três séculos permitiu ao mestiço sertanejo percorrer os processos de evolucionários necessários à sua constituição como uma futura raça forte.

⁷⁶ No mesmo livro de Sampaio (1906), mencionado na nota anterior, encontra-se uma descrição da população do sertão que merece ser transcrita pela importância que o seu testemunho tem quando comparado à visão de Euclides da Cunha. Segundo Sampaio: “Vê-se allí, entre elles, todos os matizes da população polychroma da nossa terra. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o *cariboca*, misto do negro e do índio, o cabra, o *mulato*, o brancos tostado de cabelo castanhos e às vezes ruivo, todas as raças do continente e os productos dos seus diverso cruzamentos ali estão representados” (p. 37). Mais adiante o autor acrescenta: “Os mestiços eram, contudo, muito mais numerosos. Estatura pouco acima da meã, cabelos crespos ou anelados, pretos sobe um chapéu de couro redondo e de abas curtas...” (Idem, p. 31). Ver também a descrição feita na parte final de *Os Sertões*, quando os soldados entram em Canudos e têm o primeiro contato direto com os seus habitantes: “Predominava o pardo lídimo, misto de cafre, português e tapuia – faces brônzeas, cabelos corredios e duros anelados, troncos deselegante; aqui e ali, um perfil corretíssimo recordando o elemento superior da mestiçagem” (Idem, p. 495).

⁷⁷ A escolha do personagem da mitologia grega não é gratuita, uma vez que Anteu é um dos filhos de Geia (Terra, na mitologia Grega) e tira sua força do contato com a terra.

4.2.2 O mestiço proteiforme

Novamente, o autor realizará uma recuperação histórica dos processos de povoamento, decorrente da economia colonial, assumindo como uma tese incontroversa, a de que a economia baseada na mão-de-obra escrava, do Brasil Colonial, localizava-se principalmente no litoral e nas suas vizinhanças. O regime escravista era, como ele afirma, “a grande tarja negra debruava a costa da Bahia ao Maranhão, mas pouco penetrava o interior” (Idem, p. 88).

A fixação dos escravos na costa determinou o tipo de cruzamento que aí se processou, diferente daquele que havia se realizado no interior do Brasil, particularmente no sertão nordestino. Como nos explica o autor:

“Desse modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral”.

“Com efeito, admitindo em ambos como denominador comum o elemento branco, o *mulato* erige-se como resultado principal o último e o curiboca do primeiro” (Idem, p. 88).

Mas, outra característica que diferenciava o mestiço do sertão do mestiço do litoral para além dos tipos de cruzamentos, era o fato de terem se desenvolvido em sociedade com níveis de complexidade diferenciadas. O isolamento e o atraso histórico do sertão não exigiam do curiboca algo acima de suas capacidades, ao contrário uma sociedade simples e um meio natural rústico favoreceu a sua capacidade adaptativa e permitiu uma evolução compatível com a sua condição. Já nas cidades litorâneas, “funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os a atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento” (Idem, p. 103).

A uniformidade do sertanejo, a constituição de um tipo físico com características comuns, resultante de cruzamentos uniformes são fatores que servem para constituição de uma raça forte. No sertão, “a integridade orgânica do mestiço desponta inteira e robusta, imune de estranhas mesclas [...] é a base física do desenvolvimento moral ulterior” (Idem, p. 103).

Embora o autor atribua o desequilíbrio do mulato à condição de viver numa sociedade complexa, superior a sua condição evolutiva, com exigências intelectuais superiores a sua capacidade mental, não há a mesma valorização da uniformidade dos cruzamentos que lhes deram origem, uma vez que tinha sido originário do cruzamento de negros com branco, tendo, portanto, condições de desenvolver a mesma uniformidade características físicas, identificada por Euclides nos habitantes do sertão⁷⁸.

4.3 A presença da raça

Nesta parte do trabalho será feita a apreciação de como a teoria sobre a condição racial está presente no perfil construído n' *Os Sertões* de alguns dos principais protagonistas do conflito, principalmente daqueles situados na defesa do povoado de Canudos. Essa escolha foi feita pelo fato destes estarem mais enfaticamente caracterizados, a partir de uma referência racial. Alguns desses perfis são mais claramente construídos pelo autor e situados em uma parte determinada do texto, como no caso de Antonio Conselheiro. Em outros, é preciso fazer uma reconstrução a partir de várias passagens em que o indivíduo aparece como protagonista, como no caso de Pajeú.

O coronel Moreira Cesar também fará parte desse grupo de protagonistas. Apesar de Euclides não se referir a ele a partir da sua condição racial, os elementos biológicos são importantes na sua caracterização e, também, pelo fato de ser um dos perfis mais precisamente traçados no livro.

⁷⁸ É importante registrar que, apesar de não haver nenhuma referência em *Os Sertões*, a ideia da diferença de tipos entre os habitantes do litoral e do sertão tem como fonte o famoso artigo de Nina Rodrigues sobre Canudos (*A loucura Epidêmica de Canudos*). Nesse artigo, ele afirma que: "Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão, que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente do mestiço do litoral, que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior as exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropologicamente muito diferentes, e criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto voo correm parilhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral" (NINA RODRIGUES, S/D, p. 151-2).

4.3.1 Antônio Conselheiro: o grande homem às avessas

A compreensão que Euclides da Cunha tinha da figura histórica de Antonio Conselheiro foi esboçada inicialmente nas reportagens enviadas da Bahia. N' *Os Sertões*, esse esboço ganhará um lastro teórico e será enriquecido com informações sobre a trajetória pessoal e o processo de evolução da religiosidade do líder religioso do povo de Canudos. Esta é uma das linhas de continuidade mais evidentes entre os dois livros.

Dentro da estratégia discursiva de *Os Sertões*, a atenção particular ao Conselheiro aparece na quarta seção da segunda parte do livro. Logo após, o autor discorrer sobre a formação da população do sertão baiano, a importância do meio físico nesse processo, as características físicas e culturais do sertanejo, inclusive a sua religiosidade, e apresentar a sua teoria sobre a condição biológica, histórica e civilizacional do mestiço em geral e do mestiço sertanejo em particular. Realça, portanto, que a condição racial dos jagunços não era uma condição individual, mas era daquela sociedade como um todo, com implicações na sua condição mental, nas suas crenças e nas convicções políticas, pois ser mestiço era situar-se em um estágio anterior de evolução das raças humanas, principalmente quando comparado ao seu estágio mais avançado, as raças europeias.

Também, já havia sido apresentada a sua tese do isolamento histórico, que tinha propiciado àquela população condições para o seu desenvolvimento de acordo com o seu estágio mental; condição distinta, portanto, da população do litoral que vivia em uma civilização de empréstimo. Para Euclides, aqueles indivíduos isolados viviam separados dessa civilização por quilômetros de distância e por séculos de atraso histórico, ou seja, a análise do líder religioso aparece quando o autor explicita os fundamentos históricos e teóricos a partir dos quais ele poderia ser compreendido. O terreno é aplainado, portanto, para que sua exposição sobre o peregrino do sertão fosse compreensível e apresentasse uma clara fundamentação.

É evidente, nessa análise, a presença do conhecido artigo de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico e pesquisador da cultura afro-brasileira, *A loucura*

*epidêmica de Canudos – Antonio Conselheiro e os jagunços*⁷⁹, publicado quatro dias antes do fim da Guerra. Embora em nenhum momento apareça n’*Os Sertões* uma referência direta ao texto, uma parte do argumento desenvolvido nessa parte do livro é um diálogo com a análise do pesquisador maranhense radicado na Bahia sobre os acontecimentos de Canudos, a condição social e étnica dos sertanejos e a religiosidade de Antônio Conselheiro como uma manifestação de loucura coletiva; em alguns momentos apropriando-se de suas teses, em outros expressando reservas críticas.

Outra influência, essa com referências diretas, apropriações de termos e quase transcrições, é a do sétimo e último volume da *Histoire des Origines de Christianisme* de Ernest Renan (1823-1892), *Mar - Aurélie et la fin du monde antique*, livro publicado 1882⁸⁰. Além dessas influências, n’*Os Sertões*, serão ampliadas as informações, algumas já contidas no *Diário*, sobre a biografia de Antônio Conselheiro, sua origem familiar e suas peregrinações pelo sertão nordestino; parte delas também reproduzidas no artigo de Nina Rodrigues.

Segundo Costa Lima, o tratamento dado a Conselheiro no *Diário*, é o momento no qual “se insinuava uma explicação étnica” (2000, p. 16); o que não tem grande importância como referência teórica nesse livro, mas já está presente a ideia de um indivíduo que a civilização excluía do seu desenvolvimento. “O conselheiro é comparado nada menos do que uma espécie que hibernara, cuja inferioridade havia sido irritada pelo aparecimento de uma situação mais avançada...” (COSTA LIMA, 2000, p. 16).

Ainda nesse livro, o comportamento do Conselheiro, esse “aleijão”, que em si não significaria nada, já é explicado pelo “nexo inegável entre o temperamento moral dos homens e as condições físicas do ambiente” (CUNHA, 2000, p. 123). Antônio Conselheiro, um indivíduo que vivendo em uma sociedade mais complexa, teria a explosão da sua loucura e seria considerado um simples maluco, naquele ambiente, adquire grande importância decorrente do fato de ser um documento de fixação

⁷⁹ *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*. III, 2, pp.146-157. Este trabalho foi publicado originalmente em 01 de novembro de 1897 na *Revista Brasileira*, ano III, fasc. 69, no ano seguinte aparecerá no *Annales Médico-Psychologiques* de Paris (1898, maio-junho), posteriormente foi inserido na coletânea organizada por Artur Ramos: Nina Rodrigues, *As coletividades anormais* (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro, 1939, pp. 50-77, a partir da qual foi transcrita para essa revista.

⁸⁰ Paris: Calmann Levy, editeur, 1882. (edição digital).

daquela sociedade em um estágio anterior de evolução, era um documento do seu atavismo, um resumo daquela sociedade.

Em *Diário de uma expedição*, Euclides precisa recorrer aos números negativos para situar a sua compreensão da insignificância pessoal do líder religioso. Para ele, “Antônio Conselheiro não é nulo, é ainda menos, tem o valor negativo que aumenta segundo o valor absoluto da sua insânia formidável” (CUNHA, 2000, p. 122). A sua grandeza decorre da capacidade de sintetizar os traços mais negativos daquela população, fazendo ressuscitar seus os elementos mais primitivos através da sua religião tosca. No seu misticismo, ressurgem todos os erros e superstições dos que o precederam nos estágios anteriores da evolução da sociedade. Ele lidera e arrasta a multidão, porque é seu produto mais completo, “embora seja inferior ao mais insignificante dos seres que a constituem”. (Idem, p. 122).

Para Euclides da Cunha,

“Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo” [...] “é um notável exemplo de retroatividade atávica e no seu misticismo interessante de doente grave ressurgem, intactos, todos os erros e superstições dos que o precederam, deixando-lhe o espantoso legado” (Idem, p. 89-90)⁸¹.

A metáfora geológica com que inicia a parte d’*Os Sertões*, dedicada ao místico cearense, é muito significativa da visão de Euclides sobre ele. Nela, o autor utiliza-se de uma categoria da geologia, anticlínico, que é uma dobra geológica com a concavidade voltada geralmente para cima, e que guarda em seu núcleo as rochas mais antigas. O seu estudo permite a identificação das camadas mais antigas em contrastes com as mais recentes que ficam na superfície. Para Euclides da Cunha, Antônio Conselheiro e os seus seguidores tinham um sentido semelhante: era o vir à tona de um dos estratos mais antigos de uma sociedade que estava a séculos de distância da civilização, guardada pelo isolamento.

Na compreensão de Euclides da Cunha, Antonio Vicente Mendes Maciel (1839-1897) é uma nulidade, um indivíduo que por si só não valia grande coisa. Em

⁸¹ Esse trecho será reproduzido quase integralmente n’ *Os Sertões*, ver Cunha (1997, p. 150).

um meio civilizado, o contato com as regras de uma sociedade mais complexa, com exigências intelectuais que estariam além da sua capacidade, acabaria levando-o à loucura. Mas naquele meio, a sua loucura é a tradução do estágio de evolução mental daquela sociedade.

Por isso, Antônio Conselheiro é um grande homem às avessas, porque se há alguma grandeza na sua figura, esta está em conseguir expressar em sua religiosidade o estágio histórico primitivo em que se encontrava aquela população. Ele não era só um doido, mas um retrógado, um indivíduo que está situado em um estágio anterior da evolução humana, um “anacronismo palmar” (CUNHA, 1997, p. 134).

Ante o diagnóstico médico de Nina Rodrigues (s/d, p. 147-151) de que as fases de vida de Antônio Conselheiro expressariam as fases de evolução da sua doença, Euclides da Cunha objeta que esses não eram sintomas de um processo individual, mas resumo de um “mal social gravíssimo” (CUNHA, 1997, p. 132), ele apenas expressava o estágio mental de uma sociedade. Por isso, mais do que um médico, era necessário um antropólogo para situar em que fase remota da evolução humana encontrava-se, pois “um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução” (CUNHA, 1997, 133).

As concepções que fundamentam o julgamento da religiosidade sertaneja decorrem de uma visão evolucionista da história, que:

“praticam uma razão reta, teleológica, com paradas necessárias, onde o último estágio é um ideal inatingível senão pela raça melhor qualificada. Desde a forma de propriedade, passando pela moral, até a arquitetura e a religião, as produções humanas supõe essa escalada biológico-social” (COSTA LIMA, 1997, p.110-11).

A explicação biológica também se associa com a ideia de que o isolamento teria resguardado e protegido aquela comunidade, propiciando as condições para um desenvolvimento mental compatível com a sua condição de retardatário histórico. Quando essa teoria aplica-se ao Conselheiro, temos um indivíduo que, em uma sociedade culta e com regras complexas, seria levado a um hospício. Mas, naquele meio primitivo e isolado, o seu comportamento de religioso extremado tornava-se uníssono, harmonizando-se com ele.

Do ponto de vista histórico, ele foi mais do que um louco; foi a síntese de uma sociedade historicamente retrógada. “A sua biografia compendia e resume a existência daquela sociedade” (CUNHA, 1997, p. 135). Antônio Conselheiro é a mais pura expressão de atavismo, uma revivescência de aspectos remotos da nossa formação étnica. A sua religiosidade primitiva é um ressuscitar de prática do cristianismo dos primeiros cristãos, há séculos passados.

O livro de historiador francês Josephe Ernest Renan (1823-1892), mencionado anteriormente, é citado por Euclides da Cunha como fonte histórica que fundamentaria a sua analogia entre as práticas das diversas seitas e grupos hereges em que se subdividiam os seguidores de Jesus Cristo nos primeiros séculos da era cristã e a religiosidade do líder místico sertanejo.

Nesse livro, Renan estudou as diversas influências presentes nesses movimentos, tanto por parte de seitas religiosas já estabelecidas antes da instituição da igreja católica, como por parte da tradição filosófica grega, largamente influente no mundo oriental naquela época. A essas influências, o autor ainda acrescenta a presença do judaísmo, - base fundamental da teologia cristã. Acrescida a esse estudo das influências intelectuais, há nesse livro uma descrição das práticas, crenças e formas de organização de diversos movimentos heréticos e algumas de suas excentricidades.

A apropriação de Euclides da Cunha dessas descrições é no sentido de mostrar o parentesco histórico entre esses “adoudados chefes de seitas dos primeiros séculos” (CUNHA, 1997, p. 147), os excêntricos cristãos primitivos e as práticas religiosas de Antônio Conselheiro. Para o autor, o misticismo dos sertanejos seria um despertar desse estágio pretérito de religiosidade, “aberrações extintas” (Idem, p. 147), soterradas por séculos de distância histórica e que o contato com a civilização fez vir à tona. A pregação d’o Conselheiro, relatada por aqueles que com ele tiveram contato, “é um exemplo belíssimo de identidade dos estados evolutivos entre os povos. O retrógado do sertão reproduz o *faceis* dos místicos do passado. Considerando-os, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva de séculos ...” (Idem, p.147).

Para Costa Lima (1997), há uma leitura forçada da interpretação de Renan por Euclides, principalmente quando relaciona o comportamento de Antônio Conselheiro às práticas das seitas heréticas e sua caracterização negativa como um gnóstico bronco. Costa Lima resgata da leitura de Renan a importância que os

gnósticos tiveram na transformação do cristianismo - de um movimento que em seu início era claramente vinculada à tradição judaica ou com influências do paganismo-, em uma religião claramente definida. Segundo Renan: “Le gnosticisme eut rôle considérable dans la l’ouvre de propagande chrétienne. Souvent il fut la tansition par laquelle em pasait du paganisme au critianisme” (RENAN, 1882, p.139). Nesse caso, pecavam os gnósticos, ainda segundo Renan, somente pelo excesso de pensamento especulativo, o que impediram de organizar-se enquanto instituição religiosa, o que foi feito pela igreja de Roma.

Mas Costa Lima (1997, p. 19) também chama atenção para papel do que ele nomeia de “estoque racial” na evolução da interpretação que Renan fez da organização da igreja ortodoxa e a superação do legado das seitas heréticas e da filosofia especulativa. Segundo esse autor:

“Também em Renan, as raças e as instituições são solidárias. Um determinismo larvar as conjuga e as estreita. Contudo, larvar e não mecânica, a presença dos diferentes estoques raciais faz-se nítida apenas na configuração dos grandes planos. Assim se mostra no plano que opõe implicitamente o legado semita à ambiência indo-europeia, o primeiro responsável por um culto apenas ligado ao além, a segunda por obrigá-lo a inserir-se na dimensão temporal [...] Ou no contraste entre um Ocidente racional e ativo e um Oriente imaginativo e passivo” (COSTA LIMA, 1997, p.119).

No entanto, o autor pondera que, do ponto de vista explicativo, há no historiador francês uma costura do pequeno plano histórico, no qual as ações e opções dos sujeitos aparecem sem a presença de um fundamento racial ou esse fundamento é atenuado, havendo nele espaço para negociações e iniciativas, sem um prejulgamento anterior dos lados envolvidos; o que não é possível encontrar n’Os *Sertões*, em que a rigidez científica estabelece um vínculo imediato entre a condição de mestiço de Antônio Conselheiro e a sua incapacidade de reconhecer o cristianismo, uma religião superior à sua condição mental, que por sua condição inferior se agarra “às malhas do concreto-sensível divinizado” (COSTA LIMA, 1997, p.120).

Cabe aqui ponderar que uma compreensão evolucionista da história e das formas de organização social não está, necessariamente, vinculada com uma teoria em que as várias culturas humanas se diferenciam por razões biológicas ou raciais. No caso específico de Antônio Conselheiro, ele poderia ser considerado um

indivíduo rústico e primitivo culturalmente, mas essa condição não precisaria, necessariamente, estar associada a uma situação de inferioridade racial.

N'Os *Sertões*, a ideia de uma história que se sucede por estágios evolutivos irá associar-se com a explicação racial. Nessa obra, a escala que vai das civilizações superiores às inferiores é paralela a uma escala racial, em que as ditas raças selvagens estão em seu estágio inferior, e em que o mestiço herda as características negativas das raças que o constituem. O indivíduo, a religião, a honra, as manifestações culturais são primitivas e rústicas, porque são decorrentes da sua condição racial, que o impedia a compreensão de instituições mais abstratas e complexas de uma sociedade civilizada. O que se podia observar na Guerra de Canudos era “o messianismo da raça, levando-o a insurreição contra a forma republicana” (CUNHA, 1997, p. 140).

Antônio Conselheiro, assim como os seus seguidores, com as suas práticas religiosas, demonstravam que não estavam no mesmo estágio de civilização do correspondente educado; eles eram “uma regressão aos tipos ancestrais da espécie” (CUNHA, 1997, p. 135). O seu misticismo religioso era uma manifestação de “todas as tendências impulsivas das raças inferiores” (Idem, 132 -3).

A condição étnica particular de Antônio Conselheiro, o indivíduo concreto Antônio Vicente Mendes Maciel, não mereceu nenhuma referência particular, também não foi observada nele a bravura primitiva de um Pajeu ou qualquer outra qualidade pessoal. Ao autor, importou somente a figura histórica, a sua capacidade de traduzir na sua religião o anacronismo das três raças, a herança dos caracteres negativos, presente em seus cruzamentos.

O artigo de Nina Rodrigues, mencionado anteriormente, é uma fonte a qual Euclides da Cunha irá alicerçar a sua compreensão sobre a população do sertão baiano, suas práticas e crenças religiosas, assim como o diagnóstico das atitudes do seu líder, principalmente no que diz respeito à relação com o fundamento racial do comportamento coletivo dos conselheiristas. O ensaio é uma rica e matizada interpretação dos acontecimentos de Canudos, apesar do próprio título do artigo não deixar dúvidas sobre a conclusão do autor, qual seja o que ali se viveu um episódio de loucura coletiva.

Antônio Conselheiro é um louco e ele facilmente irá classificar o seu caso singular nos quadros do diagnóstico psiquiátrico da época, identificando em cada fase da sua vida os momentos de evolução da sua doença. Mas, da mesma forma

que Euclides, ele não atribui grande importância ao líder religioso em si, pois para ele:

“Antonio Conselheiro é, seguramente, um simples louco. Mas a sua loucura é daquelas em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, se não de uma época, pelo menos do meio em que elas se geraram (NINA RODRIGUES, s/d, p. 146).

A loucura pessoal do líder teria encontrado naquele meio as condições para se desenvolver, fazendo reviver estágios anteriores de desenvolvimento civilizacional, que existiam em estado latente no ambiente sertanejo. Portanto, somente a loucura de Conselheiro não explicaria o que aconteceu em Canudos. Para Nina Rodrigues:

Alguma coisa mais do que simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica (NINA RODRIGUES, s/d, p. 151).

Nessas condições, além da conotação da psicologia social, que fundamenta a análise do autor, há também uma nota étnica, vibrada pelo delírio, ressuscitando os “instintos guerreiros atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são legítimas criações” (Idem, p. 151).

Para complementar a sua tese, Nina Rodrigues irá afirmar uma perspectiva que será resgatada por Euclides da Cunha em vários momentos, que é o fato de o jagunço ser mestiço, e esta é uma característica presente, como que contaminando, não só na sua constituição física, mas no conjunto das relações que o constitui, inclusive, nas manifestações culturais e religiosas. Segundo o médico maranhense:

“O jagunço é um produto tanto mestiço no físico, que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém quanto híbrido nas suas manifestações sociais, que representam a fusão inviável de civilizações muito desiguais” (Idem, p. 151).

No entanto, vale salientar que, além da inaptidão étnica do sertanejo para o convívio e a compreensão com instituições que exigiam outro nível de organização intelectual, como o caso da República, o autor chama atenção para a inexistência dessas instituições na organização política real da sociedade brasileiras, principalmente nas pequenas cidades. O que prevalecia ali era o mandonismo, a violência como forma de resolução dos conflitos e a apropriação pessoal do poder político pelos chefes locais, introduzindo, dessa forma, um elemento de análise que vai além da loucura pessoal ou coletiva, ou mesmo algum critério racial, vertente de pensamento que não foi explorada por Euclides da Cunha.

Quando trata dessa dimensão daquele acontecimento histórico, Nina Rodrigues argumenta que naquelas paragens as instituições republicanas não existiam de fato, pois:

“O que predomina soberana é a vontade, são sentimentos ou os interesses pessoais dos chefes, régulos ou mandões, diante dos quais as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformam em recurso de perseguição contra inocentes, se desafetos, ou se anulam em benefício de criminosos, quando amigos. E a mais das vezes, a execução dessa vontade soberana é sumarássima, e em nada diferem os processos escolhidos do que eram os adotados pelo selvagem que antes do europeu possuiu este país” (Idem, p. 152).

Por fim, o autor conclui reafirmando alguns aspectos básicos da sua visão evolucionista e que será muito influente nas análises de Euclides da Cunha sobre o conflito do sertão baiano. De acordo com a sua compreensão, sertanejo era e seria ainda por um bom tempo inevitavelmente monarquista. Isso não decorria da adesão a um projeto político que era hegemônico nesse meio, e sim do estágio evolutivo que em que se encontrava. Portanto,

“a população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estágio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna, pela lei” (Idem, p. 153).

Pelo fato de situar-se em um estágio inferior de evolução social, não teriam a capacidade intelectual de compreender um regime político fundado em um princípio

abstrato, o respeito às leis que organizam as instituições políticas. Por instinto, eles carecem de uma personificação concreta do poder na figura de um indivíduo, que será inevitavelmente o seu rei, mesmo chamando-se Presidente da República. “Serão monarquistas como são fetichistas, menos por ignorância, do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto” (Idem, p. 154).

É a partir desse quadro de referências que é descrita a figura de Antônio Conselheiro em *Os Sertões*, um ser de um estágio anterior da evolução da sociedade, que reproduzia em seu misticismo práticas religiosas dos cristãos de séculos passados. Ele em si não era nada, era até menos do que isso, como nos explicou Euclides da Cunha em *Diário de uma expedição*, ao recorrer aos números negativos. A sua importância estava em resumir em si toda aquela sociedade, expressando o seu atraso histórico e a sua condição mestiça, que no seu raciocínio estavam intimamente associados. Do ponto de vista histórico, Conselheiro não foi um louco, mas expressava no seu misticismo antigo a síntese de uma sociedade historicamente retrógrada e mestiça.

4.3.2 Um combatente negro anônimo: a estátua modelada em lama

Em uma das passagens mais expressivas de *Os Sertões*, Euclides da Cunha formaliza a denúncia que não fez como correspondente de guerra. Ao discorrer sobre o tratamento destinado aos prisioneiros, detém-se na prática da degola, já denunciada por outros correspondentes no momento mesmo dos combates, mas que foi silenciada por ele enquanto jornalista que cobria o conflito. No entanto, de acordo com os seus próprios termos: “O fato era vulgar. Fizera-se pormenor insignificante” (1997, p. 460).

Essa denúncia é feita na segunda seção da parte do livro onde ele narra os últimos dias do conflito e tem por título “Depoimento de uma testemunha”, situada logo após a seção na qual são abordadas as condições de fome e desolação dos prisioneiros e prisioneiras, a qual é encerrada com a expressão da sua revolta diante do assassinato sistemático dos canudenses, prática generalizada e com a conivência do oficialato. Segundo Euclides da Cunha:

“Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma de estadear idênticas barbaridades” (1997, p. 459).

A prática da degola havia se tornado pública e vulgar nos acampamentos militares que cercavam Canudos. Os próprios conselheiristas eram conscientes do destino que os esperava depois de presos. Era um elemento a mais a alimentar o heroísmo desses combatentes. O ritual da degola é descrito em uma cena rica em detalhes, o que justifica a longa citação feita a seguir.

“Esta era, como vimos, simples. Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiqueirador; impeli-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa, porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse à faca e o estrangulamento à degola. Avançar até a primeira conanca profunda, o que era um requinte de formalismo: e, ali chegado, esfaqueá-la. Nesse momento, conforme o humor dos carrascos, surgiam ligeiras variantes. Como se sabia, o supremo pavor dos sertanejos era morrer a ferro frio, não pelo temor da morte senão pelos suas consequências, porque acreditavam que, por tal forma, não se lhes salvaria a alma.

Explorava esta superstição ingênua. Prometiam-lhes não raro a esmola de um tiro, à custa de revelações. Raro as faziam. Na maioria emudeciam, estoicos, inquebráveis – defrontando a perdição eterna. Exigiam-lhes vivas à república. Ou substituíam essa irrisão dolorosa pelo chasquear franco e insultuoso de alusões cruéis num coro hilar e bruto de facécias pungentes. E degolavam-nos, ou cosiam-nos a pontacos. Pronto. Sobre a tragédia anônima, obscura desenrolando-se no cenário pobre e tristonho das encostas eriçadas de cactos e pedras, cascalhavam rinchavelhadas lúgubres, e os matadores volviam para o acampamento. Nem lhes inquiriam pelos incidentes da empresa” (1997, p. 461-2)⁸².

⁸² Para uma visão complementar à de Euclides da Cunha sobre esses acontecimentos, ver o depoimento do estudante de medicina baiano Alvim Martins Horcades, que serviu como voluntário em Canudos e publicou, dois anos depois da Guerra, o livro *Discrição de uma viagem a Canudos* (Horcades, Alvim Martins. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011. Reimpressão fac-similar da primeira edição: Bahia: litho Typografia Tourinho, 1899) em que ele faz um relato pormenorizado das condições dos prisioneiros e sobreviventes da Guerra e também faz a denúncia da prática da degola. Particularmente p. 103-16.

Nesse quadro de barbárie, mereceu a atenção do autor um combatente conselheirista negro, de acordo com Euclides da Cunha: “Um dos raros negros puros que havia por aqui” (idem, p. 461)⁸³. A sua descrição é feita em por menor, da estrutura física ao seu modo de caminhar; o que se faz *pari passu* como os traços expressivos da sua condição étnica e também da sua posição no estágio evolutivo. Era um indivíduo “Espigado e seco”, barba crescida e movia-se aos cambaleios, “a cabeça lanzuda, a cara exígua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro de órbitas profundas” (idem, p. 461). Os braços compridos, juntos com essa aparência sombria davam-lhe a aparência de um macaco doente. Os chefes militares, ao vê-lo, concluem que “era um animal. Não valia a pena interrogá-lo” (idem, p. 461).

O autor descreve, então, a condução do combatente conselheirista ao sacrifício, o que é feito com grande esmero estético. Nesse momento, o negro, consciente do seu destino, auxilia o seu algoz, ajudando-o a colocar o laço em seu pescoço e, a seguir, transmuda-se surpreendendo o escritor, pois “Daquela arcabouço denegrado e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontam, repentinamente, linhas admiráveis – terrivelmente esculturais – de uma plástica estupenda”. De um momento ao outro, o “orango valetudinário” transforma-se em “primor de estatuária”, embora “modelado em lama” (idem, p. 462). Aquela figura transforma-se, o aprumo físico alinha-se a uma altivez moral, surgida não se sabe de onde, pois para Euclides tratava-se de um indivíduo situado “no degrau inferior e último de nossa raça” (idem, p. 461).

Diante da eminência da morte, que como já foi mencionado, já era destino sabido dos prisioneiros, aquele combatente comportara-se com uma dignidade surpreendente, conforme descreve Euclides da Cunha:

⁸³ O historiador José Calazans (2009) questiona esse dado como informação histórica. Na mesa redonda já mencionada na Introdução desse trabalho, ele afirma: “Estou convencido, hoje, que Canudos foi o último quilombo da história do Brasil, devido ao número de negros que lá existia. Euclides não fala, uma vez sequer, de escravo. A abolição datava de poucos anos. Pois bem. Há no arquivo do Barão de Geremoabo, o latifundiário Cícero Dantas Martins, que era o chefe político, o *coronel* da região, algumas cartas bem impressionantes de sujeitos do interior” (p. 63). Mais adiante ele acrescenta: “Esses negros são numerosíssimos em Canudos. Havia até uma rua chamada Rua dos Negros. De negros ex-escravos” (65). Quanto às cartas ao Barão de Geremoabo, ver Sampaio (1999), op. cit.⁸³.

“Retifica-se de súbito a envergadura abatida do negro apumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva. A cabeça firmou-se lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobrançeria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a fronte. Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua” (Idem, 1997, p. 462).

A dignidade e a altivez demonstradas pelo conselheirista negro, um dos poucos negros “puros” que o autor encontrou por aquelas paragens, como fez questão de frisar, parecia por em cheque as “leis invioláveis do desenvolvimento das espécies” (1997, p. 100). Era uma inversão de papéis, pois enquanto os soldados da civilização realizavam uma guerra sem princípios nem leis, aquele indivíduo, supostamente inferiorizado pela sua condição biológica, mostrava uma altivez incompatível com a sua condição inferior.

A imagem de “uma velha estátua titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrada e mutilada, naquela imensa ruinação de Canudos” (1997, p. 462), que enfrentou com superioridade fidalga o seu triste destino, colocava um dilema para a ciência evolucionista. Dilema esse, cuja solução inicial foi o recuo do absolutismo da ciência. As leis da evolução não serviam para Canudos, pois “a história não iria até ali”. Para Euclides da Cunha, Canudos “era um parêntese, era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava” (idem, p. 164). Era o espaço do ignoto, que mesmo uma ciência tão absolutista tinha que admitir, pois, assim como a flora e a resistência dos combatentes se fizeram incompreensíveis, da mesma forma a “sobrançeria fidalga” do negro que caminhou para a degola com uma altivez que não se viu no seu algoz.

Diante do desconforto analítico apresentado por essa situação, o autor tenta recorrer, assim como no caso de Conselheiro, a ideia do recuo a um tempo histórico anterior e o aparecimento de comportamentos típicos desse estágio de evolução humana. A ideia da revivescência do passado histórico, de um estágio histórico já superado pela civilização avançada, ressurgiu, para socorrer o intérprete. O isolamento de Canudos favoreceu o ressurgimento da “animalidade primitiva” (idem, p. 464), até então soterrada pela civilização. Os “instintos inferiores e maus” (idem, p. 464) unificavam os atores daquele drama em seu patamar mais baixo. Naquela

Guerra: “Realizava-se um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo” (idem, p. 464).

Todavia, a transformação da Guerra num processo sistemático de eliminação dos prisioneiros, geralmente indivíduos sem as mínimas condições de resistência física, foi realizada pelos soldados de um exército que deveria expressar um estágio civilizacional superior, inclusive em seus valores morais. Diante deles, os membros uma sociedade com quatro séculos de atraso comportam-se com a altivez moral que seria de se esperar dos civilizados; e isso põe em cheque o esquema evolutivo, no qual o Exército e a República, que Euclides da Cunha defendia até então, deveriam situar-se em seu patamar mais avançado. O próprio Euclides reconhece, de forma que não poderia ser mais elucidativa: “Era uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa...” (idem, p. 462).

Na apreciação do comportamento das vítimas diante do seu destino, o elemento étnico-racial se fez presente; pois, para o autor, a raça ou o matiz de mestiçagem deveria determinar a forma como cada indivíduo deveria se portar diante das situações; por isso a sua estranheza ao encontrar o que seria um comportamento altivo e uniforme “em mestiços de toda sorte, variando, díspares, na índole e na cor” (idem, p. 461). O estranhamento dessa uniformidade é coerente com uma concepção na qual a cor, a raça ou a matiz de mestiçagem, deveriam determinar as suas atitudes, pois, principalmente em uma situação que envolvia o caráter dos indivíduos, o elemento étnico-racial era definidor.

Na mentalidade comum da soldadesca, a degola justificava-se como um direito de vingança. A memória do cadáver decapitado de Tamarindo e as cinzas de Moreira Cesar justificavam tal comportamento, que contou com a cumplicidade dos comandantes e a garantia do anonimato dos que a praticaram, o que foi denunciado, embora tardiamente, por Euclides da Cunha.

Mas, mesmo diante da denúncia necessária, o autor não deixa de prestar o seu tributo ao pensamento raciológico. A degola denunciava o ressurgimento de uma animalidade primitiva e a unificação das raças pelos seus instintos mais primitivos e maus. A própria arma escolhida para executar a denunciava o recuo no tempo. Segundo Euclides, o soldado: “Encontrou nas mãos ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca lembrava-lhe melhor o antigo punhal de sílex” (idem, p. 464).

Aquele negro, preso já no fim da Guerra, cujo corpo desfibrado expunha a sua fome e os rigores do combate, transformara-se a caminho do seu triste fim. A firmeza do caminhar, o aprumo, a dignidade como encarou o seu destino, não condiziam com a sua condição de inferioridade racial, o último degrau da nossa estratificação racial.

Diante da figura do Conselheiro, o recurso foi a desconsideração da importância pessoal de um dos principais protagonistas do conflito, transformando-o em uma nulidade, que apenas refletia em sua religião o primitivismo daquele meio, por isso liderava. Mas, as razões que podiam explicar a origem da “fidalguia sobranceira” daquela estátua de lama, que se presumia ser um animal, e que mostrou superior aos representantes da civilização, não caberia no esquema evolucionista, pois representava a sua inversão.

4.3.3 Pajeú: o troglodita sanhudo

As características dos seguidores de Antônio Conselheiro trazem quase sempre presente o elemento biológico e racial. Pajeú, por exemplo, um bravo e astucioso defensor de Canudos, tem as suas qualidades e características associadas à condição de mestiço. Ele seria um cafuzo no qual se encadeavam “todas as qualidades negativas das raças inferiores que o formavam” (CUNHA, 1997, p. 236).

Embora não se tenha nenhuma referência biográfica que permita ao menos saber o seu nome civil, há entre os historiadores inúmeros relatos sobre a sua capacidade militar, principalmente na organização de tocaias; várias delas descritas em *Os Sertões*. Sabe-se, através de relatos, que ele era pernambucano, provavelmente negro, desertor da polícia, de onde deve ter adquirido uma parte de suas habilidades militares. Originário do povoado Pajeú das Flores no sertão pernambucano, que na época tinha fama de ser um centro de valentões, de onde saiu a sua alcunha⁸⁴.

⁸⁴ Ver Calazans, José. Quase biográficas de Jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro. Salvador: UFBA, 1986.

O próprio Euclides da Cunha destaca-o em várias passagens de *Os Sertões*, salientando a sua liderança e capacidade de iniciativa militar, atribuindo-lhe a direção da luta depois da morte dos outros cabecilhas, na fase final da luta. Na parte do livro em que se faz a apresentação do séquito do Conselheiro, ele é descrito como tendo “rosto de bronze, vincado de apófises duras, mal aprumado no arcabouço atlético”. Nessa mesma passagem, pode-se ver de forma poética, um Pajeú que de “mãos postas, volve, como as suçuaranas em noite de luar, olhar absorto para os céus” (Idem, p. 171).

Segundo Euclides da Cunha, ele era um lutador primitivo, valente por instinto, tratava-se de: “um belo caso de retroatividade atávica, forma retardatária de troglodita sanhudo aprumando-se ali com o mesmo arrojo com que, nas velhas idades, vibrava o machado de sílex à porta da caverna...” (Idem, p. 236). Lutador primitivo, que era herói sem saber. As suas qualidades como líder militar derivam da sua condição retroativa. Simples, mau, bruto e infantil, como os trogloditas que defendiam suas cavernas.

Essa junção de características está presente quando são descritos os soldados da Polícia do Estado da Bahia, o 5º Corpo de Polícia Baiana, “o batalhão de jagunços” (Idem, p. 315), como o denominou Euclides, uma vez que fora formado a partir do mesmo molde dos conselheiristas, pelo fato dos seus integrantes serem sertanejos das margens do Rio São Francisco. Para o autor de *Os Sertões*, esses soldados:

“imprimiam o traço original da velha bravura a um tempo romanesca e bruta, selvagem e heroica, cavaleira e desapiedada, dos primeiros mestiços, batedores de bandeiras. Eram o temperamento primitivo de uma raça, guardado, intacto, no isolamento das chapadas... misto interessante de atributos antilógico, em que uma ingenuidade adorável e a lealdade levada até ao sacrifício e heroísmo distendido até à barbaridade, se confundem e se revezam indistintos” (Idem, p. 315-6).

É evidente a simpatia de Euclides da Cunha pela valentia, inteligência e capacidade militar de Pajeú quando o descreve liderando piquetes ou organizando tocaias contra o exército. Em uma passagem em que trata do fantasma da restauração monárquica, o autor compara-o a Jacques Cathelineau (1759-1793), católico e líder militar da insurreição vendéana, ou, em outro momento, desenha “o

perfil fidalgo de um Brunswick qualquer” (idem, p. 297) sobre a sua “envergadura desengonçada” (Idem, p. 297).

Mas, essa simpatia pessoal pelo guerrilheiro ardiloso não altera, para o analista, a sua condição de primitivo; o que implica em associar a sua valentia ao estágio evolutivo em que se encontrava. Ele é valente como o troglodita que defende a sua caverna; é ao mesmo tempo feroz e ingênuo, resumindo em suas características como de líder militar a herança das raças inferiores.

4.3.4 Moreira Cesar: um desequilibrado

O tenente-coronel Antonio Moreira Cesar (1850-1897), que era comandante do 7º. Batalhão de Infantaria sediado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1897. Deu seu nome àquela que foi, da perspectiva do exército, a mais desastrosa das expedições da Guerra de Canudos e da qual foi o comandante. Prevista para ser um passeio sobre Canudos, resultou na morte de duzentos soldados e dois dos seus principais comandantes, e na debandada da tropa de forma humilhante, com o cadáver do comandante, abatido em combate, sendo abandonado pelos seus comandados.

Moreira Cesar era oficial formado em escola militar e ardoroso militante republicano desde a juventude, tendo ficado famoso por ter se envolvido em vários episódios violentos em defesa dessa causa, tanto durante o Império como depois da implantação da República. Ele teve um papel de destaque na repressão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, quando ficou conhecido pela implacabilidade dos seus métodos no tratamento dos adversários vencidos. Ao fazer referência ao acontecimento histórico do sul do país, Calazans (1986) afirma que:

Os atos por ele praticados nesta missão aterrorizaram a Nação. As mais fortes acusações foram feitas à sua pessoa. Apontado como responsável pelos fuzilamentos executados no Estado, sem o menor apoio legal, Moreira César passou a ser considerado um homem temibilíssimo pela violência dos seus atos e atitudes. Tornou-se símbolo da opressão do poder (CALAZANS, 1986, p. 07).

A derrota da segunda expedição, o retorno de instabilidade política que tinha sido característica dos primeiros anos da República, um vice-presidente em exercício que desejava assumir a titularidade, além de outros conflitos políticos de ordem regional, foram fatores que levaram o governo central a recorrer à polêmica figura de Moreira Cesar como comandante da Terceira Expedição.

Todo esse quadro de acontecimentos contribuiu para a transformação da sua morte em combate em um momento simbólico da Guerra. A propagação de sua fama de militar cruel, a expectativa de esmagamento da resistência dos canudenses, o alardeamento de algumas de suas atitudes quando se dirigia a Canudos, fizeram com que o temor e o ódio dos conselheiristas assumissem o caráter mítico; o que se perpetuou mesmo depois da Guerra. Assim, analisando os fatos e a mitologia construída em torno do nome do infeliz comandante, Calazans (1986) assevera que:

Não há perdão para Moreira César hoje, como não houve comiseração diante do seu fim dramático em 1897. Num meio como o nosso, sempre inclinado ao esquecimento do mal, quando a morte envolve no olvido as maiores ofensas, o caso de Moreira César é quase único. O heroísmo do seu desaparecimento no desenrolar de um combate frente a frente, quando ele próprio arriscou e perdeu a vida, colocando-se na primeira linha da peleja, não foi suficiente para sequer amenizar o ódio que despertava. A cantiga popular da época, relativa ao coronel César, é toda ela eivada de sarcasmo, de ironia, de vingança, de ódio. Jamais um fim de vida foi tão satirizado. Nunca, em nosso País, uma morte foi tão festejada. Nenhum sentimento de piedade cristã elevou-se da alma sertaneja na hora crepuscular do inditoso comandante do 7º Batalhão (CALAZANS, 1986, p. 05).

É como um antigo militante republicano em um momento autocrítico que Euclides da Cunha inicia o capítulo sobre a Expedição Moreira Cesar. Nesse início de capítulo, o autor recorrerá aos estudiosos do futuro para compreender a psicologia que alimentava as constantes revoltas que aconteceram desde a implantação da República. Para o Euclides da Cunha, estudos de “expressivos documentos” (CUNHA, 1997, p. 245) eram necessários para compreensão desses fatos; mas, se esses estudos eram necessários, ele já tinha a conclusão: o motivo da constante instabilidade era a “inadaptabilidade do povo à legislação superior do sistema político recém-inaugurado” (Idem, p. 245).

O autor avança em sua análise, constatando a singularidade do processo republicano brasileiro, no qual o novo regime implantou-se sem o respaldo de “uma opinião pública organizada” (Idem, p. 246). Esse fato resultou em “uma organização política incompreendida”, por não corresponder ao lento estágio de evolução; o que implicava em uma decadência do ideal democrático. Foi nessa situação histórica de instabilidade política que se formou o mito em torno do coronel Moreira Cesar.

Ele é descrito em *Os Sertões* como diminuto, fisicamente frágil, cujo porte não corresponde nem a carreira que escolheu, nem a fama que se formou em torno do militar valente. “Faltava-lhe esse aprumo e compleição inteiriça que no soldado são a base física da coragem” (Idem, p. 248).

O autor prossegue na descrição de uma aparência que não poderia ser mais sombria, a saber:

“A fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgracioso e exíguo. Nada, absolutamente, traía a energia surpreendedora e temibilidade rara de que dera provas, naquele rosto de convalescente sem uma linha original e firme: - pálido, alongado pela calva em que se expandia a fonte bombeada, e mal alumado por olhar mortiço, velado de tristeza permanente” (CUNHA, 1997, p. 248).

O temível militar reunia em si um homem afável num primeiro contato e um campeador brilhante e cruel. Segundo Euclides da Cunha:

Naquela individualidade singular entrechocavam-se, antinômicas, tendências monstruosas e qualidades superiores, umas e outras no máximo grau de intensidade. Era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso. Uma alma proteiforme estrangida em uma organização fragilíssima (CUNHA, 1997, p. 249).

Moreira Cesar, como os mestiços do litoral, era um desequilibrado, resultado de um processo de evolução incompleta, no qual, por ser incompleto, não houve a seleção dos atributos que poderia defini-lo como herói ou facínora. “Em sua alma a extrema dedicação esvai-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante” (Idem, p. 249).

A condição racial de Coronel não é resgatada para caracterizar a sua personalidade. Aqui o fator determinante é outro: a doença. Os traços que o caracteriza estão relacionados a essa “fatalidade biológica” (Idem, p. 250). A impulsividade, os atos extremados e violentos eram sintomas da doença que dominava a sua personalidade. Após discorrer sobre alguns acontecimentos da carreira do militar de Moreira Cesar, Euclides da Cunha conclui: “Todos os acidentes singulares de sua existência desconexa, viu-se afinal que eram sinais comemorativos enfeixando uma diagnose única e segura...” (Idem, p. 252).

Assim, recuperando algumas teses da antropologia criminal, em voga na sua época, o autor descreve o epilético como um indivíduo portador de alguns traços de personalidades, os quais são dominados pela excitação causada pela doença, que o conduz do delírio à lucidez, gerando as condições para o desencadear-se das atitudes violentas. E encontrara na biografia de Moreira Cesar o exemplo perfeito para o seu diagnóstico.

Ao encerrar essa parte do trabalho, o autor novamente, como estivesse temer os resultados das suas conclusões, apressa encerramento de suas reflexões, quando diz: “Cerremos esta página perigosa...” (Idem, p. 253).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate intelectual em torno do legado de Euclides da Cunha é certamente um dos mais longevo e fecundo do pensamento social brasileiro. Trata-se de uma obra estudada por pesquisadores dos mais diversos campos do saber acadêmico. Dentre os estudiosos que se debruçaram sobre *Os Sertões*, encontram-se especialistas que vão da geologia ao jornalismo, da estética literária à estratégia militar, todos encontrando um rico material para as suas reflexões.

Além da sua abrangência, há o fato de essa obra ser um marco no desvendamento das contradições de um país dividido entre o litoral e o interior, entre regiões mais integradas aos centros de poder e hegemonia cultural e aquelas que ficaram a margem dos recursos materiais e institucionais mínimos de uma sociedade moderna, convivendo na estagnação social, com epidemias seculares, a fome e a opressão política.

Desde os seus primeiros leitores, ficou reconhecido no autor de *Os Sertões* o seu mérito como escritor e as suas qualidades como analista da sociedade. Ele transformou o resgate histórico da Guerra de Canudos em um livro um clássico, ao mesmo tempo do pensamento social, inclusive, para alguns autores, um livro inaugurador de um pensamento sociológico autenticamente brasileiro e, para outros, um clássico da nossa literatura, infelizmente incluído nos compêndios de literatura brasileira sob o sofrível rótulo de pré-modernismo.

Outra de suas características que também chamou atenção dos seus primeiros leitores é a grande quantidade de conhecimentos mobilizados com o objetivo de, junto com o relato da resistência dos sertanejos e da denúncia do massacre perpetrado pelo exército, apresentar uma interpretação do Brasil profundo e os seus dilemas, presentes naquele conflito que ocorreu nos confins do sertão baiano.

A noção de polifonia, usada por uma das estudiosas mais eminentes de Euclides da Cunha, Walnice Nogueira Galvão, é talvez uma das perspectivas mais adequadas para abordagem de uma obra que incorpora o discurso de diversas modalidades de conhecimento, que se manifestam como vozes que se apresentam no texto quase a revelia do autor, e mesmo, como salienta a referida autora, para em algum momento contradizerem-se entre si.

Por isso, *Os Sertões* é um livro que nos permite ler o seu autor e ler o sistema intelectual brasileiro de sua época. Um universo formado por uma diversidade muito grande de correntes intelectuais, cada uma delas com suas referências e sínteses intelectuais específicas, em que os campos de conhecimento e os especialistas se misturavam numa rica diversidade composta de atividades intelectuais.

Esse universo permitia a um engenheiro militar escrever sobre religiosidade popular, as características psíquicas de um líder religioso, as práticas materiais e simbólicas do homem do sertão, com a mesma desenvoltura com que tratava da flora e da geologia do sertão baiano, ou mesmo das correntes migratórias que formavam a população brasileira do interior, isso para não falar das suas longas e detalhadas análises sobre logística e estratégia militar.

A ideia de uma humanidade, constituída por raças, distintas e hierarquizadas entre si, era um tema do horizonte político e das ciências do século XIX e das primeiras décadas do século XX. A necessidade de enquadrar os fatos e os acontecimentos históricos numa escala evolutiva e associar esse processo à supremacia da sociedade europeia e, conseqüente à superioridade da raça branca, encontra-se inserida nos diversos ramos do conhecimento científico.

Essa visão cientificista e determinista do mundo estava presente tanto nas ciências médicas e biológicas, como na filosofia, na psicologia, no direito; assim como, no ainda pouco institucionalizado campo acadêmico das ciências sociais da época; inclusive, disputando espaço com aqueles, os autores, que a partir do estudo das características específicas da sociedade capitalista, construíram o que contemporaneamente são tidas como as referências clássicas das ciências sociais.

No Brasil, a presença dos autores do pensamento raciológico foi predominante em nosso meio intelectual, dominando instituições e correntes políticas e intelectuais, embora existissem exceções, como era o caso do movimento positivista. As elaborações feitas a partir dessa fundamentação serviram de referência para os debates acadêmicos e políticos colocados para uma nação que há menos de um século tinha adquirido a sua autonomia política e que há menos tempo ainda tinha libertado os seus escravos, e tendo sido um dos países mais envolvidos nas trocas mercantis que abarcaram a escravidão moderna, herdando a maior população de afrodescendentes do mundo.

O mito de uma raça forte, constituidora na nacionalidade, que animou algumas formas de racismo nacionalista presente em nações europeias, no Brasil,

deparava-se com um país com grande contingente da sua população constituída por descendentes de escravos ou mestiços, o que claramente destoava do horizonte europeu, obrigando os adeptos do pensamento raciológico, em solo nacional, fazer a sua síntese original diferente da fonte de origem, ou condenar o país a uma ausência de perspectiva histórica.

Mitologias, como a que se faz presente na literatura romântica brasileira, em que a união do índio com o europeu serviu como arquétipo para alimentar a ideia de essência nacional, constituída a partir da união desses dois povos, foi uma das tentativas que conseguiu mais adeptos no meio intelectual.

Euclides da Cunha era parte ativa desse ambiente intelectual. Desde a juventude, compartilhou alguns dos ideais e crenças que eram comuns a esse meio, principalmente no que diz respeito aos sistemas teóricos e políticos mais difundidos no ambiente militar; como, mais tarde, aqueles que se propagavam no seio da elite esclarecida da capital paulista, de onde se tornou um publicista prolífero.

É importante lembrar que a condição de detentor de um diploma de curso superior em um país em que a imensa maioria da população era analfabeta, tornava-o parte de uma minoria muito reduzida e privilegiada com relação à maioria de população, mesmo situado, como era o caso de Euclides da Cunha, no polo franco do sistema de forças do mundo intelectual e político do Brasil do século XIX.

A barbárie da Guerra, o contato com o homem do sertão, a heroica resistência do sertanejo, as evidências contrárias à tese de que Canudos era centro de reação monarquista foram fatores que alteraram significativamente a forma de pensar do engenheiro, capitão reformado, que partiu para o solo onde a República travaria o seu último combate como um soldado defensor da sua causa.

Os Sertões representa o esforço de pensar o significado daquela Guerra e de como os dilemas da nacionalidade estavam presentes nas batalhas travadas no sertão baiano. Mesmo nas reportagens enviadas como correspondente de guerra, percebe-se uma mudança de atitude com relação aos *jagunços*. É evidente o desenvolvimento de uma simpatia por aqueles combatentes heroicos, as suas táticas de guerra singulares, a adaptação ao meio, etc.; e ao mesmo tempo o sentimento de revolta diante da selvageria demonstrada pelos soldados da civilização republicana.

O livro de Euclides da Cunha é uma tentativa de compreender as diferenças existentes entre as civilizações que compunham o povo brasileiro, que se

encontraram de forma súbita no sertão baiano; é também um ajuste com antigos ideais, uma autocrítica com relação às posturas defendidas durante da Guerra. Apesar de crítico das ações de exército e de há muito haver se afastado politicamente de uma República que já se transformara em um sistema em que as oligarquias se revezavam no poder, o autor ainda aparece no livro imbuído da ideia de missão, o que o leva a interpretar a Guerra de Canudos em função de que aquele episódio poderia ser resgatado para a construção de uma nação, inclusive pela descoberta de uma raça forte.

No entanto, há um pano de fundo intelectual que marca todo o processo de interpretação da ação dos protagonistas do combate, particularmente, daqueles situados entre os combatentes conselheiristas, que é a marca da raça. A ideia de seres humanos portadores de características raciais, características essas que influenciam desde a capacidade de resistência física até a sua moral e a capacidade mental de cada indivíduo, é um traço marcante desse livro, estando presente na forma como Euclides analisa as práticas religiosas do sertanejo, a sua forma de encarar a Guerra, a estratégia usada em combate, nos medos e nos atos de coragem.

Ao analisar a Guerra e a repercussão social mais ampla dos seus efeitos, o autor recorre às referências intelectuais que eram predominantes no seu meio. É evidente que ele faz uma síntese original, apropriando-se de conhecimentos produzidos por autores europeus e outros nacionais, muitas vezes, sem fazer a devida justiça com as suas fontes, como no caso da ideia de singularidade de um mestiço sertanejo distinto do mestiço do litoral, que tem Nina Rodrigues como um dos seus formuladores.

Sem conseguir realizar uma reflexão mais profunda sobre as referências raciológicas e sobre a própria crença no absolutismo de uma ciência regida por leis universais, a denúncia da Guerra, a da condição de abandono social do sertanejo, a rica reflexão sobre as culturas próprias do homem do sertão ficam presas a um limite analítico que é a ideia de condição racial. O próprio mestiço do sertão tem o seu valor ressaltado pela pouca quantidade de sangue negro na sua formação.

Não se pretende, aqui, resumir *Os Sertões* a essa dimensão, nem diminuir a sua riqueza enquanto legado do nosso pensamento social e literário, que até hoje inspira interpretações das mais diversas naturezas, mas abordar, de forma sistemática, um tema que os próprios termos do autor, ao fazerem referência ele,

atestam do incômodo que causava. Para ele, era um “divagar pouco atraente”, ou “um parêntese irritante”. A intenção deste trabalho é tentar mostrar os vários momentos da presença do pensamento racial em *Os Sertões* e procurar identificar as fontes explícitas e, também, àquelas não mencionadas.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin e ALEXANDRE, Isabel M. M (Orgs.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998.

ALMEIDA, Ângela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2001.

AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos**. Ateliê Editorial: Cotia, 2009.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BORGES, Patrícia Cardoso. **A interpretação d'Os Sertões ontem e hoje**. Em Nascimento, José Leonardo (org.). **Os sertões de Euclides de Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BRANDÃO, Adelino. **A sociologia d'Os sertões**. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

_____. **Euclides da Cunha e a Questão Racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1990.

BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England**. 2 vols. New York: D. Appelation and Company, 1865. (Disponível em <http://books.google.com>)

CALAZANS, José. **Canudos não euclidiano**: fase anterior ao início da guerra do Conselheiro. In Sampaio, José Augusto Vaz et alii. **Canudos**: subsídios para uma reavaliação histórica. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

_____. **Quase biografias de jagunços**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1986

CANDIDO, Antônio. **Euclides da Cunha sociólogo**. Remate de Males. Numero Especial. Campinas. 1999. 29-33.

CASTRO, Celso. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio Janeiro e a República que não foi. Companhia das letras, 1987. 2008 – 3ª. Edição. 17 reimpressão.

_____. **A formação das almas:** imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 17ª. Reimpressão. 2007.

CARVALHO, José Carlos de. Meteorito Bendegó. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. (edição digital)

COSTA, Flávio José Simões. **Antônio Conselheiro, Louco?** Ilhéus, Editus, 1998.

COSTA, João Cruz. **O pensamento Brasileiro sob o Império.** In Francisco Iglésias [et al.] O Brasil Monárquico, Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA LIMA, Luís. **Euclides da Cunha:** contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000.

_____. **Terra Ignota:** a construção de *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUNHA, Euclides. **Obra Completa**, vol. 1 e 2. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

_____. **Diário de uma expedição** (Org. Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Retratos do Brasil)

_____. **À margem da história.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tempos Brasileiros).

_____. **Os Sertões:** campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

_____, GALOTTI, Oswaldo e GALVÃO, Walnice Nogueira (Orgs.). **Correspondência de Euclides da Cunha.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

ERNUCCI, Leopoldo M. **Imitação dos sentidos** – prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos de poder:** formação do patronato político brasileiro. 4ª. ed. . São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis.** 2ª. ed. aum. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana** – Ensaio sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____ (Org.); debatedores Garbúglio, José Carlos; Facioli, Valentim e Galvão, Walnice Nogueira. **Euclidianos e conselheiristas** – um quarteto de notáveis. Transcrição de mesa-redonda reunida na Editora Ática em 1986, com a participação de Antônio Houais, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti. Editora Terceiro Nome, 2009a.

_____. **O Império do Belo Monte: Vida e morte em Canudos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____; GALOTTI, Oswaldo (Orgs). **Correspondência de Euclides da Cunha.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. **No calor da hora.** 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Euclides, elite modernizadora e enquadramento.** In *Euclides da Cunha.* São Paulo: Ed. Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais; 45).

_____. **Gatos de outros sacos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Saco de Gatos.** São Paulo: Duas Cidades, 1976.

GÁRATE, Miriam V. **Civilização e Barbárie n'Os sertões:** entre Domingo Sarmiento e Euclides da Cunha. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

GILROY, Paul. **Entre campos** – nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GOBINEAU, Le Comte de. **Essai sur L'inégalité de races humaines.** 2 vols. 12ª. Paris: Ed. Librairie de Fimin Didot, 1884. (Disponível em www.gallica.bnf.fr)

GUMPLOWICZ, M. Louis. **La lutes de races** – recherches sociologiques. Paris: Librairie Guillaumin, 1893. (Disponível em www.gallica.bnf.fr)

HEGEL, George W. F. **Philosophy of History.** Ontario: Batoche Books, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª. edição. Companhia da Letras: São Paulo, 1995.

JÚNIOR, Araripe. **Os Sertões (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha).** Em NASCIMENTO, José Leonardo do; VALENTI, Facioli (Orgs.). **Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época.** São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003.

KOTHE, Fávio R. **O Cânone Republicano I.** Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2003.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.** 5ª edição. Ed. Ática, 1992.

LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido**: Trad. Mônica Dantas. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. **A sociologia desconcertante de Os Sertões**. Nascimento, José Leonardo (org.). **Os Sertões de Euclides de Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MAIO, Marco Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz\Centro Cultura Banco do Brasil, 1996.

MILTON, Aristides Augusto. **A campanha de Canudos**. Brasília: Senado Federal, 2003. (Edições do Senado Federal, vol. 05).

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**. In História da Civilização Brasileira, III – O Brasil Republicano, 2 – Sociedade e instituições. 2 a.ed. São Paulo: Difel, 1978.

NASCIMENTO, José Leonardo do; VALENTI, Facioli (Orgs.). **Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003.

_____. (org.). **Os Sertões de Euclides de Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. 8ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2004.

_____. **Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

_____. **A loucura Epidêmica de Canudos** – Antônio Conselheiro e os jangunços. Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental. III, 3, 145-157 (s/d).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2 ed. Revista e aumentada. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REVISTA DA USP – n. 26 – dez/jan/fev; 93-94.

RENAN, Ernest. **Marc - Aurèle et la fin du monde antique**. Paris: Calmann Lèvy, 1882. (Disponível em www.gallica.bnf.fr)

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: a construção do medo. Em SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). **Canudos**: Cartas para o Barão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais**. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.

SANTOS, Mariza Veloso Motta e MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras Brasileiras**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4^a. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SPENCER, Herbert. **Do progresso – sua lei e sua causa**. Lisboa: Editora Inquérito, 1939.

_____. **Essais scientifiques**. Librairie Germer Baillière, 1879. (Disponível em www.gallica.bnf.fr)

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompidoda vida de Euclides da Cunha**. Carvalho, Mario César e Santana, José Carlos Barreto (organizador). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP. 1997, Vol 40, n. 1.

_____. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Parte I – Estilo, raça e natureza.

VERÍSSIMO, J. **Uma História dos Sertões e da Campanha de Canudos. (Os Sertões, campanha de canudos por Euclides da Cunha, Laemmert & C., editores)**. Em NASCIMENTO, José Leonardo do; VALENTI, Facioli (Orgs.). **Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003.

VILLA, Marco Antônio. **O “Diário de uma expedição” e a construção de Os Sertões**. Em Nascimento, José Leonardo (Organizador). **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.